

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.189 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Palmeiras vai às semifinais

Alviverde perde para LDU, mas Carlos Miguel pega dois pênaltis e confirma duelo brasileiro contra o Flu na Libertadores. Estudantes elimina o Corinthians e aguarda por Fla ou Independiente del Valle, que duelam hoje no Maracanã.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Minervino Junior/CB/D.A Press



Idade? É só um número!

As remadoras da equipe master de canoagem havaiana (E) e as jogadoras de basquete da Avabra têm muito em comum. Com mais de 60 anos, elas encontraram no esporte a melhor forma de cuidar da saúde e manter a vida social ativa. E vão muito além do simples lazer e atividades físicas: as atletas disputam competições e ganham medalhas.

PÁGINAS 18 A 20

Em Ceilândia, Lula fala de BRB, critica rivais e dá recado a Trump

Num discurso, ontem, na Praça do Trabalhador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, pediu votos ao petista Leandro Grass, ao GDF e para Erika Kokay (PT) e Leila do Vôlei (PDT), ao Senado. O chefe do Planalto abordou temas importantes para os brasilienses, como a crise no Banco de Brasília. “Não vamos dar dinheiro ao BRB”, disse Lula, que acusou o ex-governador

Ibaneis Rocha de provocar a crise na instituição e criticou a atuação da atual governadora, Celina Leão. Em ataque à família Bolsonaro, chamou o ex-deputado Eduardo Bolsonaro de “vira-lata” por defender, nos EUA, sanções ao Brasil. Lula disse ainda que vai à ONU, na semana que vem, e numa conversa com o presidente Donald Trump dirá a ele para “não se meter nas eleições brasileiras”.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Lula discursou por 20 minutos e posou para fotos com candidatos e apoiadores, como grupos de hip-hop

Ed Alves/CB/D.A Press



“Rupturas talvez incontornáveis”

Diretor de Instituto de Combate à Corrupção, o advogado Melillo Diniz avaliou, no *CB.Poder*, a sessão de terça-feira do STF. Para o pesquisador e analista político, a crise revelou “uma instituição dividida em uma trajetória incerta”.

- **Estratégia de Flávio será colar presidente em Moraes**
- **Cármem Lúcia lamenta o desânimo com instituições**
- **Juristas e entidades veem sessão como “desastrada”**

Direito & Justiça

Muitas briga, pouca decisão

Uma eventual abertura de investigação de Alexandre de Moraes deve ficar para dezembro. Sessão de terça-feira confirmou a maior crise da história do STF.

Data venia

Gilmar e Dino formam a linha de defesa, eloquente e radical, de Alexandre de Moraes na polêmica sobre a amizade com Daniel Vrcaro.

PÁGINAS 2 A 5. NAS ENTRELINHAS E BRASÍLIA-DF. VISÃO DO CORREIO, 10

Na quinta redução seguida, BC fixa juro em 13,75% ao ano

PÁGINA 7

Extorsão

Chantagem com vídeos íntimos

Criminosos conseguiam imagens de casais e cobravam até R\$ 10 mil das vítimas para não divulgar o conteúdo. Polícia Civil do DF prendeu duas pessoas.

PÁGINA 15

Estética

Clínicas e salões são interditados

Neste ano, a Vigilância Sanitária do DF interditou 125 estabelecimentos que oferecem serviços de alto risco. Recentemente, uma professora morreu após receber uma injeção para queda de cabelo.

PÁGINA 17

PCC e CV

Para EUA, Brasil falha no combate

Relatório do governo Trump acusa autoridades brasileiras de ineficiência contra as duas organizações criminosas do país. Casa Branca cobra medidas mais “corajosas”.

PÁGINA 6

O DF que se vê na tela



Diretores brasilienses com destaque internacional falam ao *Correio* sobre a importância da Mostra Brasília para o cinema brasileiro.

PÁGINAS 21 E 22

ONU defende cooperação global sobre IA

Antônio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, instou os países a se unirem para lidar com os perigos da Inteligência Artificial e advertiu sobre “corrida ao abismo”. Alemanha e Canadá prometem criar sistema baseado na ética.

PÁGINA 9



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Lula ataca o clã Bolsonaro e Ibaneis

No comício em Ceilândia, presidente afirma que ligação entre o ex-governador do DF e o dono do Banco Master quebrou o BRB. Chefe do Executivo também acusa os irmãos Flávio e Eduardo de tramarem intervenção dos Estados Unidos no Brasil

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA
» ARMANDO HOLANDA
» LUIZA ALTOÉ
» IAGO MAC CORD

Em um discurso repleto de críticas aos adversários, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o senador Flávio Bolsonaro, candidato ao Planalto, mandou o irmão, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, para os Estados Unidos para “tramar contra o Brasil”. O chefe do Executivo também criticou o ex-governador do DF Ibaneis Rocha e disse que o governo federal não dará dinheiro para o Banco de Brasília (BRB).

As declarações ocorrem em ato de campanha na Praça do Trabalhador, em Ceilândia, ontem à noite. O evento teve a presença de candidatos do DF, como a senadora Leila Barros (PDT), a deputada federal e candidata ao Senado Erika Kokay (PT), o postulante ao Governo do DF Leandro Grass (PT) e a vice dele na chapa, Dora Gomes (PV). De acordo com o Planalto, o ato reuniu cerca de 15 mil pessoas.

Ao falar do clã Bolsonaro, Lula disparou: “Está lá, o Eduardo Bolsonaro, o traidor da pátria, falando mal do Brasil, pedindo para que Trump venha fazer intervenção nesse país”, discursou. “Este país não comporta política vira-lata. Este país não comporta político que, de dia, mostra a bandeira nacional, e, de noite, vai ficar de quatro para os Estados Unidos, para a bandeira americana.”

Ao citar a defesa da soberania, Lula disse que vai aos Estados Unidos, no domingo, “dizer a Trump que não se meta nas eleições no Brasil”. Ele viajou ao país para participar da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

“Domingo, pego avião e vou para a reunião da ONU bater papo com Trump e dizer para o Trump que não se meta nas eleições no Brasil. O Brasil só tem um dono, e o dono do Brasil se chama povo brasileiro”, frisou.

No ato, o presidente disse que a culpa pelo rombo deixado no BRB pelo esquema do Banco Master é do ex-governador Ibaneis Rocha. O chefe do Executivo acusou a governadora Celina Leão de tentar imputar à gestão federal os prejuízos financeiros ao banco distrital.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Lula com Leila Barros, Erika Kokay, Leandro Grass e Dora Gomes, na Praça do Trabalhador, em Ceilândia: “Este país não comporta político vira-lata”



Agora estão dizendo pra mim: ‘Ah, presidente, se o senhor não der dinheiro, não vai poder pagar o Bolsa Família’. Nós não vamos deixar o povo sem dinheiro, mas não vamos dar dinheiro para o BRB”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

“A governadora, de forma cínica e mentirosa, tenta jogar a responsabilidade no governo federal, mas quem quebrou o BRB foi a ligação entre o Ibaneis (Rocha) e o (Daniel) Vrcaro do Banco Master, quando o BRB comprou títulos que não existiam por R\$ 12 bilhões”, destacou.

Ele afirmou que tem recebido recados de que, caso o governo não

atue pelo empréstimo ao BRB, programas sociais poderiam ser prejudicados. “Nós não vamos deixar o povo sem dinheiro. Mas não vamos dar dinheiro para o BRB. Na verdade, a governadora deveria estar preocupada com a prisão do Ibaneis. Ele, quando foi denunciado, retirou a candidatura e está escondido onde? Gastando o dinheiro

que foi roubado”, acusou. “Deem uma chance a Brasília. Brasília é uma cidade bonita, uma cidade nova, precisa ser bem administrada. Vamos dar uma chance para esse jovem (Leandro Grass). Eu vou me dedicar para eleger o governador de Brasília”, completou.

Em post feito nas redes sociais, Celina rebateu Lula: “Lamento a declaração de um presidente da República que quer quebrar o BRB. Eu pensei que ele fosse presidente do Brasil. Pensei também que os brasileiros fossem brasileiros. Pensei que o DF fizesse parte da República Federativa do Brasil, mas para ele, não. Age como presidente de um partido. Lamento que haja assim. Ele ajuda, pela segunda vez, os Correios, mas se recusa a dar um aval para um empréstimo ao GDF”, publicou.

Moraes

Mais cedo, Lula afirmou que a crise envolvendo o Judiciário é negativa para o Brasil e disse que o banqueiro Daniel Vrcaro, dono do Master, teria estabelecido relações com diferentes setores do poder. Ele defendeu que eventuais irregularidades sejam investigadas, e citou o ministro Alexandre de Moraes, suspeito de envolvimento com o empresário.

“Todo mundo que cometeu erro em qualquer área tem que ser julgado. O que defendo é um julgamento justo, com o direito de defesa. Mas a pessoa que cometer delito tem que pagar o preço. Isso vale pra mim, para o Alexandre de Moraes, para o Fachin (presidente do STF)”, ressaltou, em entrevista ao podcast Desce a Letra Show.

Lula também lembrou que não

indicou Moraes ao STF, apesar de o rival Flávio Bolsonaro insistir em fazer associação entre os dois. “Eu não era presidente quando Alexandre de Moraes foi indicado para ministro da Suprema Corte. Ele (Flávio) era senador, ele deve ter votado no Alexandre de Moraes. Eu não era presidente quando indicaram Kassio, ele deve ter votado. Eu não era presidente quando ele indicaram o André Mendonça, portanto ele é o culpado, e não eu”, disse.

Moraes foi indicado ao STF em 2017 pelo então presidente Michel Temer. À época, Flávio Bolsonaro era deputado estadual no Rio de Janeiro. Ele assumiu o mandato de senador em 2019. Já Kassio Nunes Marques foi indicado em 2020, durante o governo Jair Bolsonaro, e André Mendonça chegou ao Supremo em 2021, também por indicação do então presidente.

O chefe do Executivo, no entanto, fez uma defesa da atuação de Moraes no comando dos processos relacionados aos atos golpistas de 8 de janeiro e à tentativa de ruptura institucional após as eleições de 2022. Lula afirmou que o magistrado fez um “trabalho extraordinário para garantir a democracia, prendendo Bolsonaro e os golpistas”.

Na avaliação de Lula, essa é a verdadeira motivação dos ataques de Flávio e do grupo político do senador contra o ministro do STF. “A obsessão deles é pegar o Alexandre de Moraes. Mas eles não querem brigar com o Alexandre pelo Banco Master. Não é por isso que eles têm raiva. Ele (Flávio) tem rabo preso ao Banco Master mais do que qualquer outra pessoa. A raiva dele do Alexandre é porque o Moraes mandou prender o cara que mandou matar a Marielle, ele tem raiva porque o Moraes mandou prender o pai dele e os golpistas do 8 de Janeiro”, enfatizou.

Flávio é suspeito de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção no caso de Dark Horse, filme sobre o ex-presidente, financiado pelo dono do Master. O senador é investigado pela Polícia Federal desde julho. A informação veio a público com a queda do sigilo de parte das investigações relacionadas às fraudes do banco.

ARTIGO

» POR: PALOMA OLIVETO

Nós, crianças, nos ombros de nossos pais

Era novembro de 1989. Os militares haviam pendurado os coturnos quatro anos antes, e a Constituição de 88 garantia que ouvíssemos Faróeste Caboclo na rádio com todos os palavrões a que tínhamos direito. O Brasil desfrutava de uma liberdade recém-adquirida e se preparava para eleger um presidente pela primeira vez desde 1960.

Nós, as crianças, acompanhávamos as aventuras dos filhos do Gaspar na novela Top Model. Em Brasília, comprávamos genéricas da Barbie num camelódromo

da W3 Sul, subíamos no foguete do Parque da Cidade, fazíamos pique-pegas abaixo dos blocos, lanchávamos no Trucks ou no Cupim do Parkshopping.

Também participávamos ativamente da nova vida política. Imitávamos o candidato Eneas e seus discursos de 15 segundos, cantávamos “eyeyemaeeeeel, o democrata cristão...” Nas carreatas e passeatas, empunhávamos bandeiras: algumas vermelhas, outras verde-amarelas ou azuis.

Eu estava no time das vermelhas e, no dia 12, tinha um encontro com Luiz Inácio Lula da Silva. Só que ele demorou demais a chegar e fomos embora para casa, decepcionadas por não ter visto o ex-torneio mecânico (que eu pensava produzir torneiras), mas impressionadas com o mar de gente na Esplanada dos Ministérios. Aquele era o último comício do candidato em Brasília na campanha

de 89. Segundo o **Correio** da época, entre 80 mil e 100 mil pessoas acompanharam o evento.

Voltemos ao presente. Que diferente este Brasil de 2026. Não assistimos mais a novelas.

16 de setembro. Lula faz seu último comício em Brasília como candidato. Mas, agora, chega como presidente. É a primeira vez que o chefe do Palácio do Planalto realiza um evento do tipo na capital.

No **Correio** de 1989, a reportagem conta que Lula chegou à Esplanada dos Ministérios às 12h47, usando camisa branca de manga curta e calça de tergal bege, acompanhado da então mulher, Marisa. Hoje (ontem), pisou no palanque, montado na Praça do Povo, em Ceilândia, às 20h12, vestido de camisa vermelha de manga longa e calça preta de alfaiataria. Estava com a esposa Rosângela, a Janja.

Não havia um mar de gente. O local

escolhido comporta, no máximo, 10 mil pessoas. Aparentemente, não havia nem metade disso. O público parecia tão apático quanto qualquer público destes tempos de smartphone, selfie e rede social.

No discurso de 1989, Lula se dirigiu aos servidores públicos, acusou o governo da época de irresponsável nas questões sociais, criticou o salário mínimo e defendeu o direito de greve.

No de 2026, voltou a dizer que o mínimo era pouco, afirmou que o Brasil, mais do que commodities, tem de exportar tecnologia, acusou o ex-governador Ibaneis Rocha e a atual chefe do Buri e candidata, Celina Leão, de quebrarem o BRB.

Já bastante rouco, combateu o feminicídio e disse que, na semana que vem, falará para o presidente estadunidense Donald Trump, na Assembleia das Nações Unidas, que o dono do Brasil é o povo brasileiro.

Há 37 anos, Lula encerrou o discurso dizendo que a classe dominante tinha medo do povo politizado. “Tem medo também dessa menina que vem aos comícios nos ombros dos pais, porque sabem que essas crianças, participando desde cedo de atos públicos como esse aqui, jamais vão permitir outro golpe militar e vão garantir a democracia do Brasil.”

Naquele 8 de janeiro de 2023, nós, as crianças de 89, não permitimos. Mas foi por pouco.

As crianças que ontem, no comício de 2026, estavam nos ombros dos pais; às crianças que sobem nos ombros dos pais nos comícios de Flávio Bolsonaro, Augusto Curry, Romeu Zema, Renan Santos, Ronaldo Caiado e demais candidatos: não permitam, jamais, outro golpe. Garantam a democracia do Brasil para que, daqui a quatro décadas, sequer seja necessário falar disso.



Flávio liga presidente a Moraes

Em campanha em Juazeiro do Norte (CE), candidato do PL volta a dizer que, se eleito, indicará cinco ministros para o STF

» DANANDRA ROCHA
» ARMANDO HOLANDA
» LUIZA ALTOÊ

N a esteira da crise no Supremo Tribunal Federal (STF), o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, voltou a vincular o ministro Alexandre de Moraes ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em agenda de campanha na cidade cearense de Juazeiro do Norte, Flávio disse que “quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”. O senador voltou a prometer que, caso seja eleito, indicará cinco ministros para o STF e enfatizou a possibilidade de renovação na Corte.

“Ninguém aguenta mais o Lula, ninguém aguenta mais quatro anos do atual governo, ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo, melando o Brasil, atrapalhando a nossa democracia”, discursou.

Flávio também voltou a comentar a sessão de terça-feira no STF, que deveria decidir a abertura ou não de investigação contra Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vrcaro. O julgamento, marcado por bate-boca e acusações, acabou adiado sem uma decisão a respeito do caso. “O que nós vimos, no meu ponto de vista, é a esperança do povo brasileiro que ainda está viva, porque, sem os ministros do Lula no Supremo, a democracia vive, o Brasil vive, o Judiciário vive”, disse.

Em outro momento da agenda, ele afirmou: “O próximo presidente da República, que vai ser o

Charles Vieira/Campanha Flávio Bolsonaro



Flávio Bolsonaro em ato no Ceará: “Quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”

Flávio Bolsonaro, indicando mais cinco ministros do Supremo, nós não veremos mais esse triste espetáculo de tentativa de proteger Alexandre de Moraes”. A promessa de fazer cinco indicações já havia sido apresentada pelo candidato em ato realizado na Avenida Paulista, em 7 de Setembro.

O coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), reforçou a associação entre Lula e Moraes. “O fato de Alexandre Moraes hoje ter uma

relação estreita com Lula é claro para toda a sociedade brasileira”, frisou. “São duas faces da mesma moeda. Vocês assistiram, nos últimos três anos e meio, em diversas oportunidades diferentes, à forma como Alexandre foi recebido no Palácio do Planalto, ovacionado pela militância, incensado por Lula, com várias declarações de Lula colocando-o como defensor da democracia, como alguém que salvou o Brasil.” Marinho também afirmou que a crise envolvendo

o ministro teria reflexos sobre a campanha do presidente.

A sessão do STF também provocou manifestações de outros candidatos à Presidência. Augusto Cury, do Avante, classificou o episódio como um “teatro” e criticou o pedido de vista feito por Flávio Dino, que suspendeu o julgamento. O candidato relacionou o adiamento à disputa eleitoral entre Lula e Flávio e afirmou que o eleitor deveria ter acesso às informações antes do primeiro turno.

» “Novo Visconde de Mauá”

Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, afirmou, na agenda no Ceará, que quer ser reconhecido como o “novo Visconde de Mauá”, caso seja eleito. Ele disse que pretende destravar projetos de infraestrutura, com prioridade para ferrovias, e citou a conclusão da Transnordestina. “Quero ser reconhecido como o novo Visconde de Mauá, porque eu quero destravar todos esses projetos e conclusões de projetos, em especial de ferrovias”, declarou a jornalistas em visita a Juazeiro. Visconde de Mauá (1813-1889) foi um empresário, banqueiro e industrial brasileiro do século XIX. É lembrado como um promotor da industrialização e da modernização da infraestrutura do Brasil no Império.

“Pode ser que vão deixar de baixo do tapete o problema para depois das eleições”, criticou. “E os dois grupos dos meus adversários que estão na frente simplesmente não querem uma solução com um julgamento justo, isento, sério até o dia 4 de outubro”, ressaltou.

Renan Santos, do Missão, também criticou a interrupção da sessão e classificou o episódio como uma “pizza horrorosa”. Em transmissão com o deputado Kim Kataguiri (Missão-SP), afirmou que a Corte estaria “destruindo” o país. Em Londrina, Renan defendeu que ministros do STF envolvidos no caso Master deveriam ser “afastados e presos”.

Ronaldo Caiado (PSD), por sua vez, chamou a sessão de “espetáculo de horror” e disse que o episódio equivaleria a “um dos golpes mais severos” à democracia.

Já Romeu Zema (Novo) retomou as críticas ao Supremo nas redes sociais e disparou: “Intocável protege intocável”.



Ninguém aguenta mais o Lula, ninguém aguenta mais quatro anos do atual governo, ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo, melando o Brasil, atrapalhando a nossa democracia”

Flávio Bolsonaro (PL),
candidato à Presidência da República

JURISTAS AVALIAM

Sessão “desastrada” e críticas a Dino

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), que deveria decidir se abriria investigação contra o ministro Alexandre de Moraes, por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vrcaro, repercutiu negativamente entre entidades, juristas e a sociedade civil. O julgamento foi suspenso com quatro votos a três pela tramitação separada dos casos de Moraes e do ministro André Mendonça, depois de pedido de vista de Flávio Dino.

Um grupo de 198 juristas, entidades, empresários e ex-ministros, que enviou ao STF uma carta de apoio ao presidente da Corte, Edson Fachin, no domingo, classificou a sessão como “desastrosa”. A avaliação é de que o ministro falhou na condução dos trabalhos, o que desgastou ainda mais a imagem do STF.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se manifestou sobre a sessão e repudiou a fala do ministro Flávio Dino sobre a advocacia. O magistrado afirmou que “não existe venda de sentença sem um advogado comprando”. Ele havia questionado a decisão do presidente da Corte de assumir a relatoria do procedimento que estava sob responsabilidade do ministro André Mendonça. Segundo Dino, a ação abre espaço para distorções no Judiciário.

“A afirmação, feita por um ministro do STF durante julgamento acompanhado por todo o país, lança sobre a advocacia uma suspeita genérica e indevida. Eventuais desvios de conduta devem ser apurados e punidos individualmente, sem atingir toda uma categoria profissional indispensável à administração da Justiça”, ressaltou a entidade, em nota. “A OAB não aceita a criminalização da advocacia. A entidade exige respeito às advogadas e aos advogados brasileiros, que diariamente exercem sua profissão em defesa da liberdade, da Justiça e do Estado Democrático de Direito.”

Para o advogado criminalista e sócio do Burg Advogados Associados, Daniel Allan Burg, a sessão do STF reforçou o debate sobre a necessidade de mudanças nos procedimentos adotados pela Corte em situações

Gustavo Moreno/STF



Dino afirmou não existe venda de sentença sem um advogado comprando



A afirmação, feita por um ministro do STF durante julgamento acompanhado por todo o país, lança sobre a advocacia uma suspeita genérica e indevida. Eventuais desvios de conduta devem ser apurados e punidos individualmente, sem atingir toda uma categoria profissional indispensável à administração da Justiça”

Trecho da nota da OAB

excepcionais, especialmente quando os próprios ministros são alvo de investigação.

“Não é de hoje que esse clamor por mudanças tem crescido na opinião pública. Depois de tantos e

sucessivos casos, para dizer o mínimo, mal-explicados, acho que o STF nunca mais terá o mesmo respeito se não instituir regras mais claras para situações excepcionais, sobretudo aquelas nas quais seus próprios membros figuram como investigados por fato”, afirmou.

Burg ressaltou que divergências entre ministros fazem parte do funcionamento de um tribunal, mas avaliou que a situação se torna problemática quando os conflitos deixam de ser percebidos como divergências jurídicas. “A sessão expôs ao público divergências que ultrapassaram o campo estritamente jurídico e chegaram ao confronto pessoal”, avaliou.

Para o advogado, a legitimidade de uma Corte não depende apenas da imparcialidade de seus integrantes, mas também da existência de procedimentos capazes de demonstrar essa imparcialidade à sociedade.

Para Henrique Smidt Simon, professor de direito constitucional do Centro Universitário de Brasília (Ceub), a sessão mostrou que a Corte estava “despreparada”. “Ficou a impressão, para o público, de uma disputa entre grupos que se protegem e que têm posições próprias, distantes da técnica jurídica exigida, seja pelo direito penal e pelo processo penal, seja pelo direito constitucional.”

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, PETROBRAS E SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL APRESENTAM

59.

FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO

11 A 19 DE SETEMBRO

Ceilândia
Planaltina
Plano Piloto
Samambaia
Taguatinga

APRESENTA

Lei Rouanet

PATROCÍNIO

PETROBRAS

PATROCÍNIO

BNDES

PATROCÍNIO

SEBRAE

PATROCÍNIO ESPECIAL

BRB

REALIZAÇÃO

Instituto Pivovoda Brasil

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA



Um dia depois de se desculpar por causa da crise no STF, ministra volta ao tema. E adverte que confiança da sociedade na gestão pública alicerça a democracia

Rosinei Coutinho/STF



A democracia vive da confiança que o cidadão e a cidadã têm nas suas instituições. Eu digo isso com muito lamento pelos momentos que nós estamos passando de descrença, de desânimo com a administração pública. Como eu disse, erros são dos seres humanos, são dos nossos limites, mas a busca do acerto é uma imposição, é um dever que todos nós servidores temos para garantir essa confiança que faz com que cada pessoa possa acreditar no país, possa acreditar mais na democracia"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal

Cármen lamenta haver descrença nas instituições

» LUÍZA ALTOÉ

Após pedir desculpas públicas à sociedade por não ter conseguido ajudar a evitar o desgaste do Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia voltou ontem ao tema, embora sem mencionar diretamente a sessão de terça-feira que discutiria a abertura de um processo investigativo contra o ministro Alexandre de Moraes, também do STF. Ao participar da abertura do XXII Encontro Nacional de Controle Interno, em Belo Horizonte, lamentou o momento de “descrença e desânimo” da administração pública diante dos cidadãos. afirmou, ainda, que a busca por acertos é “dever” dos servidores públicos, como forma de garantir a confiança dos cidadãos, sobretudo, na democracia.

“A democracia vive da confiança que o cidadão e a cidadã têm nas suas instituições. Eu digo isso com muito lamento pelos momentos que nós estamos passando de descrença, de desânimo com a administração pública. Como eu

disse, erros são dos seres humanos, são dos nossos limites, mas a busca do acerto é uma imposição, é um dever que todos nós servidores temos para garantir essa confiança que faz com que cada pessoa possa acreditar no país, possa acreditar mais na democracia”, afirmou, no evento promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que prossegue hoje na capital mineira.

A ministra também destacou que a prestação de um bom serviço público é uma obrigação dos agentes públicos. Ela defendeu ainda o fortalecimento das estruturas de controle interno e melhores condições para o trabalho dos órgãos responsáveis pela fiscalização da administração pública. “Não é favor, não é uma prerrogativa, é uma obrigação que nós temos que cumprir com o apoio do controle, que precisa cada vez mais de ter o nosso instrumento de trabalho e ótimas condições de trabalho”, afirmou.

No fim da sessão de terça-feira, depois de momentos de confronto entre os ministros Moraes, Edson Fachin, Flávio Dino, André

Mendonça, Gilmar Mendes e Luiz Fux, no momento em que proferiu o voto contrário à junção dos processos investigativos de Moraes e Mendonça, a ministra disse estar “envergonhada” e em “profunda consternação e tristeza” com a crise no STF. Ela ainda pediu desculpas: “Talvez tenham esperado de mim uma postura diferente, de tentar resolver, e as coisas não foram resolvidas e cresceram demais”, observou.

Solidariedade

Em solidariedade, 12 coletivos de juízas e desembargadoras de todo o país enviaram flores e uma carta em apoio e solidariedade a Cármen Lúcia. Na mensagem, as magistradas dizem que a ministra “não está sozinha” e defenderam que ela diferencie os sentimentos de culpa e responsabilidade, sem transformar “em culpa pessoal a tristeza de quem ainda se importa profundamente”.

Ao prestarem solidariedade, as magistradas dizem que as flores representam o apoio de diversas mulheres que também atuam no

Judiciário. Ressaltaram que “conhecem, cada uma à sua maneira, o peso de decidir” em espaços que foram ocupados, ao longo da história, majoritariamente por homens.

Para as juízas e desembargadoras, o discurso da ministra na sessão não representou uma confissão de culpa, mas de “humanidade”. “Clarice (Lispector) precisou imaginar que alguém lhe dava a mão para conseguir atravessar a experiência que narrava. A senhora, ministra, não precisa imaginar. Estamos aqui. Por trás de cada uma destas flores existe uma mulher estendendo a mão”, frisam.

Nas redes sociais, o coletivo Candangas TJDF, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, afirmou que o gesto de Cármen Lúcia foi uma forma de demonstrar reconhecimento à trajetória, à sensibilidade e à atuação da ministra no Judiciário.

“Em momentos de consternação, a sororidade também se faz presente: ninguém precisa atravessar sozinho momentos difíceis”, escreveu. **(Com Agência Estado)**

Divulgação



Candidata crê que chegou a hora de uma jurista negra no Supremo

nunca tivemos duas mulheres ao mesmo tempo. Aliás, só tivemos duas mulheres”, disse, referindo-se às ministras aposentadas Ellen Grace e Rosa Weber.

Entre as medidas para reformar o Judiciário, ela defende o fim

dos penduricalhos e que decisões monocráticas no STF sejam, posteriormente, avaliadas pelo plenário da Corte. Tebet ainda expressou o desejo de participar, caso eleita ao Senado, da comissão que irá avaliar questões relacionadas ao Judiciário.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Moraes, um cabo eleitoral involuntário de Flávio contra Lula

O ministro Alexandre de Moraes parece aquele amigo inconveniente a quem se deve um grande favor, mas cuja presença, num momento de crise, passa a produzir constrangimentos e prejuízos. É mais ou menos essa a situação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o magistrado. Sem desconsiderar a responsabilidade dos demais ministros — inclusive de alguns indicados pelo próprio Lula —, a manobra construída na sessão de terça-feira para adiar uma decisão sobre a abertura de investigação contra Moraes transformou o Supremo Tribunal Federal (STF) num passivo eleitoral para o presidente da República.

É uma grande ironia. Moraes foi o principal responsável pela condução dos processos que levaram à condenação de Jair Bolsonaro e de seus aliados pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Por isso, tornou-se símbolo da resistência institucional aos ataques à democracia. Agora, porém, as suspeitas sobre suas relações com o banqueiro Daniel Vrcaro, antigo controlador do Banco Master, fazem do ministro, involuntariamente, o maior cabo eleitoral que Flávio Bolsonaro poderia desejar para desgastar Lula a menos de três semanas da eleição.

A sessão do STF forneceu à oposição imagens e declarações devastadoras. Gilmar Mendes chamou André Mendonça de “policialesco” e o acusou de “desfaçatez”. Mendonça reagiu aos gritos: “A desfaçatez é de Vossa Excelência! Me respeite!”. Diante do confronto, Flávio Dino interrompeu o julgamento com um pedido de vista: “Se Vossa Excelência vai ficar assistindo a isso, eu não vou. Faço um pedido de vista. O clima é daí para pior e o país assistindo”.

O país assistiu ministros votarem em processos nos quais seus próprios interesses estavam em jogo. Moraes pediu a reunião do pedido de investigação contra ele com a representação que apresentou contra Mendonça. Este, por sua vez, votou pela separação dos casos. Viu também Cármen Lúcia pedir desculpas aos brasileiros e declarar-se envergonhada porque o país, a poucos dias das eleições, está voltado para as disputas internas do Supremo

Ao pedir vista, na sessão plenária de terça-feira do Supremo, Dino evitou uma escalada verbal, mas apenas transferiu o desfecho para depois das eleições, sem evitar o desgaste da Corte. A suspeita de que o pedido de vista serviu para proteger Moraes é politicamente mais poderosa do que os argumentos processuais apresentados. Para o eleitor, o Supremo fez tudo para impedir que um de seus integrantes fosse investigado.

É nesse terreno que Flávio Bolsonaro avança. No Ceará, afirmou que “ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo melando o Brasil” e procurou colar as duas imagens: “Quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”. Trata-se de uma simplificação oportunista, mas eleitoralmente eficiente. A presença destacada de Dino, ex-ministro da Justiça e indicado por Lula, e de Cristiano Zanin, antigo advogado do presidente, no grupo favorável à estratégia que beneficiou Moraes, alimenta a narrativa bolsonarista.

Armadilha eleitoral

Flávio também tenta fazer da segurança pública outro eixo de sua campanha. Promete “libertar o Ceará” das facções criminosas e acusa os governos petistas de entregarem o estado ao crime organizado. A ofensiva coincide com o relatório de Donald Trump, segundo o qual o governo brasileiro “falhou” no combate ao Primeiro Comando da Capital e ao Comando Vermelho. Classificadas por Washington como organizações terroristas, as duas facções, segundo Trump, teriam transformado o Brasil num centro relevante do fluxo mundial de cocaína.

A declaração não pode ser examinada isoladamente. Trump elogiou governos ideologicamente alinhados aos Estados Unidos e atacou adversários ou países com os quais mantém disputas. A seletividade política do documento é evidente. Ainda assim, ao exigir que o Brasil adote “medidas agressivas” contra o PCC e o CV, o presidente norte-americano introduz na campanha brasileira uma questão de soberania. E já não se pode descartar que Washington cogite medidas unilaterais contra pessoas, empresas ou estruturas financeiras no Brasil, supostamente relacionadas às facções, com grande repercussão política e econômica.

A atuação de Eduardo Bolsonaro amplia o risco. Autoexilado nos Estados Unidos, ele se reuniu com representantes do Departamento de Estado para apresentar um “briefing” sobre a crise do Supremo e anunciou que trabalha por uma nova rodada de sanções contra ministros brasileiros. Essa estratégia pode favorecer Flávio Bolsonaro, mas contém uma contradição: ele próprio é investigado por suspeitas relacionadas ao financiamento do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória de Jair Bolsonaro, com recursos que teriam sido solicitados a Vrcaro. Inicialmente, Flávio negou conhecer o banqueiro; depois, diante das mensagens divulgadas, admitiu o contato e o pedido de financiamento, embora negue as irregularidades.

Lula procura escapar dessa armadilha. Reconheceu que “a imagem não está boa”, chamou Vrcaro de “mafioso” e afirmou que todo aquele que cometer delito deve pagar, “isso vale para mim, para Alexandre de Moraes, para Fachin”. Ao mesmo tempo, recordou o papel de Moraes na defesa da democracia e cobrou de Fachin uma solução capaz de impedir que a crise contamine a eleição. Defendeu ainda a abertura integral do sigilo e uma reforma do Judiciário acompanhada de uma reforma política.

O problema é que a hesitação do Supremo torna insuficiente o esforço de Lula para se descolar de Moraes.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A aposta de Flávio

Paralelamente aos ajustes no discurso petista, Flávio Bolsonaro faz algumas alterações na mensagem ao eleitor. Diferentemente daqueles idos de 2018, quando Eduardo Bolsonaro dizia que para fechar o STF era preciso um tanque “um cabo e um soldado”, a linha agora é focar em Alexandre de Moraes, reforçando a necessidade de fortalecimento das instituições. A ordem é não soar “golpista” ou contra a democracia.

Por falar em Eduardo...

A estratégia de Flávio, porém, não é compartilhada por toda a família. Eduardo Bolsonaro, o Zero Três de Jair Bolsonaro, esteve no Departamento de Estado do governo americano, pedindo sanções não só contra Moraes, mas também contra os ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes. Em tempo: é Flávio Dino quem está investigando as emendas parlamentares que teriam abastecido o caixa da produtora do filme *Dark Horse*, sobre a vida do ex-presidente Bolsonaro.

Tratamento diferenciado

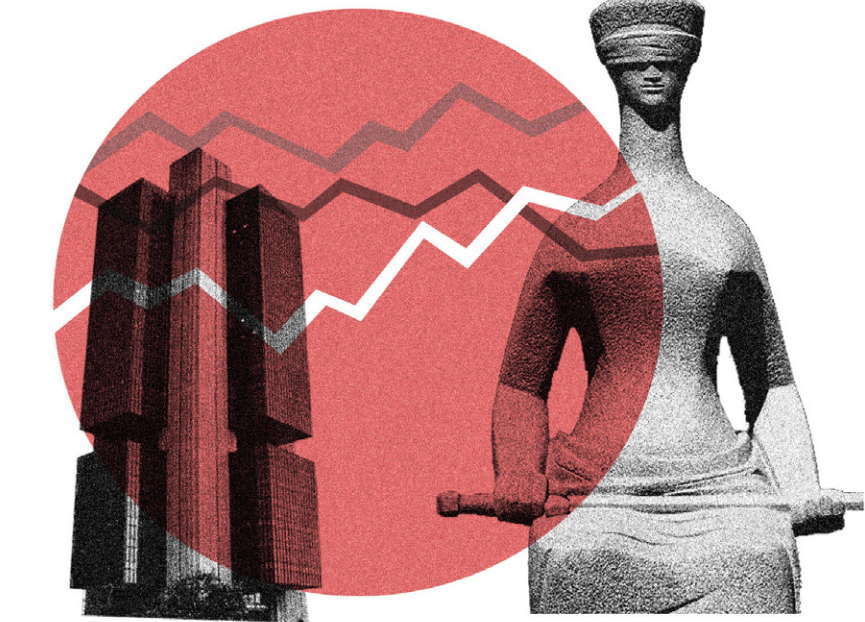
A oposição não deverá abraçar o ministro do STF Kassio Nunes Marques como abraçou André Mendonça. A declaração de impedimento foi malvista por políticos de direita e centro. Por isso, as manifestações em apoio a Kassio Nunes não devem aparecer.

O tribunal está sangrando e caminha para um suicídio institucional"

Do ministro aposentado do STF Marco Aurélio Mello, ao defender que se investigue os ministros dentro do processo legal.

Aguarde o fim da eleição

O setor de combustíveis está na expectativa de novas operações contra o crime organizado. Instituições ouvidas pela coluna afirmam que a Polícia Federal tem em mãos dados suficientes para deflagrar diversas operações pelo país, mas essas não teriam sido realizadas devido ao período eleitoral. A aposta é de que, em novembro, a PF volte a atuar com força nesse sentido.



Economia, STF e eleição

Em meio à crise no Supremo Tribunal Federal, vêm do Banco Central as boas notícias para o governo, seja na economia, com a queda dos juros alinhada às expectativas do mercado financeiro, seja para ajudar o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva a montar o discurso para se afastar da conexão de ministros do STF com o ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Primeiramente, a campanha de Lula pretende massificar a narrativa de que foi no governo do petista que o Master foi investigado e seu controlador, Daniel Vercaro, foi preso e teve o seu banco liquidado pelo Banco Central, assim como outras instituições ligada ao Master. “Esse banco teve autorização para trabalhar no governo de Jair Bolsonaro e foi nos aliados de Bolsonaro, como Ibaneis Rocha e o governador do Rio (Claudio Castro) que foi captar recursos”, comenta o coordenador da campanha petista em São Paulo, Marco

Aurélio Carvalho, à coluna. É nessa toada que o PT entrará daqui para frente para tentar rebater a narrativa da campanha de Flávio Bolsonaro sobre a ligação entre Alexandre de Moraes e Lula.

» » » » »

E por falar em Xandão.../ Com o ministro do STF virando um personagem da campanha, o PT também começa a alterar o discurso sobre o magistrado. Afinal, Alexandre de Moraes chegou ao STF pelas mãos do presidente Michel Temer, a quem os petistas sempre chamaram de “golpista”. “Reconhecemos o papel do STF na defesa da democracia, mas isso não dá o direito de as pessoas se sentirem blindadas. Isso não dá salvo conduto para ninguém. Todos precisam se explicar. E é bom lembrar que essa crise é do Poder Judiciário, não do Poder Executivo”, completa Marco Aurélio.

CURTIDAS

Não dá voto/ Muitos parlamentares ficaram irritados com as convocações de última hora para entrevistas coletivas e atos em Brasília devido à sessão do Supremo Tribunal Federal (STF). Deputados e senadores alegam que esse tipo de manifestação não rende votos em seu domicílio eleitoral e questionam quem vai recuperar esses eleitores. Na véspera e no dia da sessão, houve muita movimentação na capital federal, mas nem todo mundo que apareceu nas imagens queria estar ali.



Gerardo Bubniak/Governo do PR

Enquanto isso, no Paraná.../ Licenciado do cargo de governador para participar da campanha de Sandro Alex (PSD) à sua sucessão, Ratinho Jr. (PSD, **foto**) vai para cima do senador Sergio Moro, o principal adversário de Alex. Ratinho Jr não gostou nada de ver o senador citando uma publicação antiga em que o elogiava pela atuação como juiz da Lava-Jato.

Revelou-se/ Agora, Ratinho acusa Moro de ter traído o ex-presidente Jair Bolsonaro e não ter realizado nada nos quatro primeiros anos de mandato no Senado. “Hoje fica ainda mais claro quem é você, Moro. Você não só não acaba o que começa, como também deixou o cargo de juiz, deixou o cargo de ministro no meio da pandemia, e agora quer deixar pela metade o seu mandato de senador”, afirmou em vídeo.

Tradução da soberania/ O presidente Lula sancionou, nos últimos dias, os três projetos aprovados durante a semana de esforço concentrado no Congresso Nacional: fim da taxa das blusinhas, o regime tributário para data center (Redata) e a política nacional de minerais críticos e terras raras. As últimas duas medidas serão uma das formas de valorizar a soberania nacional, enfatizando produção e investimento no país, sem entregar nada às mãos de países estrangeiros.

CB.PODER

Crise coloca o STF em rumo incerto

Diretor de instituto de combate à corrupção, Melillo Dinis vê como provável pedido de vista para caso André Mendonça

» BEATRIZ VASCONCELOS*

A sessão de terça-feira do Supremo Tribunal Federal revelou uma instituição dividida em uma trajetória incerta e com reflexos na corrida eleitoral. Esses foram alguns pontos elencados pelo diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Melillo Dinis, em entrevista ao *CB.Poder* ontem.

Advogado, pesquisador e analista político, Melillo Dinis ressaltou que o ineditismo da autoinvestigação dos magistrados da Corte — os ministros se reuniram para definir se havia elementos para abrir uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes — foi uma dificuldade para a sessão, já que não existe tradição regimental de enfrentar situações como a atual crise do STF.

“Se houvesse regras mais precisas, a sessão de ontem (terça-feira) seria menos difícil para quem assistiu e para a sociedade brasileira como um todo”, comentou Dinis no programa do *Correio* em parceria com a TV Brasília.

Como segundo problema, o advogado mencionou o fato de o STF enfrentar “rupturas que talvez sejam incontornáveis”.

Ao analisar os embates, Melillo espera que a Suprema Corte encontre meios para evitar uma “luta fratricida” em plenário e “ministros interrompendo ministros com uma linguagem não muito comum com o decoro que se exige da Suprema Corte Brasileira”.

Na conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer, o analista político ressaltou como um fenômeno antigo continua muito presente: “a judicialização da política e, como

Ed Alves/CB/D.A Press



Melillo Dinis: STF ainda está sem regras para evitar luta fratricida

consequência e parte do processo, o aumento da politização da justiça”. Durante a sessão, os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes acusaram o ministro André Mendonça, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, de agir em favor de um grupo político dentro do tribunal.

Dano colateral

O especialista avaliou também as estratégias adotadas durante o julgamento. Para ele, o pedido de vista do ministro Flávio Dino traduziu um movimento para evitar o dano principal — ter um ministro do Supremo submetido a um processo de investigação — e ao mesmo tempo reduzir os dados colaterais, especialmente a relação da crise no STF com a eleição para presidente da República.

Sobre as expectativas para o julgamento de André Mendonça, marcado para o próximo dia 23 no STF, o especialista aposta em nova interrupção, assim como ocorreu no julgamento de Moraes. “Muito

possivelmente se terá um novo pedido de vistas, porque qualquer um dos ministros pode pedir, deixando para isso acontecer quando for devolvido o pedido de vista do ministro Flávio Dino”, observou.

Melillo Dinis afirmou, ainda, que Alexandre de Moraes deve ser investigado, declarando que ninguém está acima da lei. “Se eu estivesse no lugar dele, [Alexandre de Moraes] repetiria e até insistiria muito para que fosse investigado com todo o direito ao devido processo legal, à ampla defesa, ao contraditório, como deve ser no estado de direito”, disse.

O especialista afirmou que a crise no STF tem grande prejuízo aos eleitores brasileiros, que podem reduzir a sua confiança nas instituições, causando um impacto para a democracia. “Creio que é um grande risco à democracia, não só brasileira, mas no mundo inteiro que enfrenta o desafio do desencanto, do desânimo do cidadão”, afirmou.

*Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza



AMBIENTAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050



CRIME ORGANIZADO

EUA acusam Brasil de tolerância com PCC e CV

Relatório do Departamento de Estado aponta falhas na contenção do avanço das facções, o que teria tornado o país em "centro relevante para o fluxo global de cocaína". Governo do presidente Lula é cobrado a adotar "medidas agressivas"

» ARMANDO HOLANDA
» FERNANDA STRICKLAND

O governo dos Estados Unidos acusou o Brasil, ontem, de ter falhado no combate às facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). É o que consta de documento elaborado pelo Departamento de Estado, assinado pelo presidente Donald Trump e entregue ao Congresso norte-americano.

No trecho dedicado ao Brasil, o documento afirma que o PCC e o CV — classificados como organizações terroristas estrangeiras pelas autoridades dos EUA — transformaram o país em um "centro relevante para o fluxo global de cocaína". Segundo o relatório, "enquanto muitos governos no Hemisfério Ocidental estão tomando medidas corajosas para reduzir o fluxo de drogas e erradicar cartéis, o governo do Brasil falhou em confrontar" as duas facções.

O Departamento de Estado cobra do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adoção de "medidas agressivas" de enfrentamento aos dois grupos criminosos antes que eles ampliem a atuação. O tom, porém, contrasta quando a pasta comandada pelo secretário Marco Rubio se refere a outros países latino-americanos "aliados" — casos de Argentina, Equador e El Salvador, ao passo que o Peru é citado pelo compromisso de trabalhar com Washington e outros parceiros no combate a organizações criminosas e na redução do fluxo de cocaína ao mercado norte-americano.

Reprodução



Além de classificado como grupo terrorista, EUA consideram que PCC ajudou a transformar o Brasil num "hub" para a distribuição de cocaína

O relatório menciona trocas de governo na Venezuela, Bolívia e Colômbia — que "criaram oportunidades históricas para a cooperação dos Estados Unidos". Apesar dos "avanços" nessas nações, o documento adverte que são necessárias novas medidas para combater o narcotráfico.

O governo brasileiro, por sua

vez, rebateu o relatório. Em nota divulgada ontem à noite, desqualificou as "alegações de que existem falhas ou omissões no enfrentamento ao crime organizado transnacional". Observou, ainda, que os EUA desconsideraram "os esforços do governo federal no enfrentamento ao crime organizado, como a Lei Antifacção, sancionada

em março de 2026, que prevê penas mais severas para líderes de facções e cria mecanismos que asfixiam suas operações".

Ainda de acordo com o governo brasileiro, o relatório do Departamento de Estado desconsidera "as dezenas de milhares de operações de combate ao crime por forças federais, com bilhões

de reais de prejuízo aos criminosos, bem como as múltiplas ações implementadas em 2026 no âmbito do Programa Brasil contra o Crime Organizado, lançado em maio último, que sufoca economicamente as facções, fortalece o sistema prisional, qualifica a investigação de homicídios e enfrenta o tráfico de armas".

Ação contra o STF

A cobrança de um combate mais intenso do Brasil ao PCC e ao CV vem à tona no momento em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro volta a transitar por organismos do governo norte-americano. Ele se reuniu, ontem, em Washington, com representantes do Departamento de Estado. Segundo interlocutores do filho 03 do ex-presidente Jair Bolsonaro, o encontro teve como um dos temas centrais a situação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Eduardo levou aos integrantes do governo Trump um "briefing" sobre o que se passa na Corte. O ex-deputado também defendeu nova rodada de sanções contra os ministros do Supremo.

A ofensiva havia sido anunciada por Eduardo na terça-feira, enquanto acompanhava a sessão do STF que discutiu a possibilidade de abertura de uma investigação sobre o ministro Alexandre de Moraes. Nas redes sociais, afirmou que estava reunindo registros das manifestações dos magistrados para apresentá-las em Washington.

A movimentação de Eduardo junto a autoridades norte-americanas ocorreu antes da reunião de ontem, e vinha sendo articulada há algum tempo. O ex-deputado afirmou que pretendia defender a retomada de medidas contra Moraes com base na Lei Magnitsky. O ministro chegou a ser alvo da legislação em 2025, mas a punição foi retirada após negociação entre os governos brasileiro e norte-americano.

Atividade ilícita se mistura à economia formal

» Tecnologia de rastreamento

A atuação do crime organizado no Brasil mudou de perfil e se aproximou perigosamente da economia formal. A advertência é do promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), feita terça-feira durante o *CB Talks — Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado*, realizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o Sindigas, Instituto Combustível Legal e Livre Mercado. Ele deixou claro que as organizações criminosas passaram a incorporar estruturas empresariais complexas.

Com 35 anos de atuação no combate ao crime organizado,

Gakiya afirmou que o perfil dos alvos das investigações mudou. O foco, segundo ele, já não está apenas em traficantes e criminosos armados que atuam nas ruas. "A gente não persegue mais, infelizmente, esse tipo de criminoso comum. Até tem, mas não é o motivo de atuação do Gaeco hoje, pelo menos em São Paulo", explicou.

Para ilustrar a transformação, Gakiya relatou uma conversa que teve em Palermo, na Itália, uma das regiões historicamente associadas à atuação da Cosa Nostra, o grupo criminoso local. Segundo ele, a percepção transmitida pelos italianos foi de que os mafiosos continuam presentes, mas se tornaram menos identificáveis. "A máfia está

em todos os lugares e, antigamente, nós os víamos. Hoje, eles continuam aqui, mas nós não os vemos mais", disse.

Na avaliação de Gakiya, um processo semelhante ocorre no Brasil. A infiltração do crime organizado teria alcançado setores estratégicos da economia, inclusive a região da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Nesse modelo, as facções não dependem apenas de empresas de fachada para lavar dinheiro. Também podem incorporar negócios lícitos e utilizar estruturas formais para movimentar recursos de origem criminosa. "O crime trocou o revólver pela planilha", resumiu.

Segundo o promotor, a nova estratégia envolve a entrada de

capital ilícito em negócios aparentemente regulares. Com recursos de origem criminosa, essas empresas passam a disputar mercado em condições diferentes das concorrentes que dependem exclusivamente de receitas lícitas.

Gakiya citou como exemplo recursos provenientes do tráfico internacional de cocaína que seriam misturados ao capital obtido por atividades legais. "Hoje são empresas lícitas que estão na economia formal, portanto, estão no meio de nós, no meio dos senhores, das suas atividades", provocou.

Segundo o promotor, isso pode gerar concorrências desleais. O dinheiro ilícito amplia a capacidade financeira de determinadas empresas e permite que ofereçam

condições que concorrentes dependentes apenas de receitas legais não conseguem. O modelo, segundo Gakiya, também pode envolver ameaças e extorsões para garantir a permanência de empresas e empresários no mercado.

Ele defende que o Primeiro Comando da Capital (PCC) seja tratado de maneira distinta de organizações criminosas de menor estrutura. Para Gakiya, a facção reúne características de uma organização mafiosa e deveria receber tratamento legislativo específico.

"Classifico o PCC como a primeira máfia do Brasil", frisou, acrescentando que a facção tem uma organização semelhante à de grandes corporações. **(Fernanda Strickland).**

O Brasil dispõe de tecnologia para rastrear produtos de ponta a ponta, mas utiliza pouco esse recurso no combate ao crime organizado e à sonegação. É o que afirma Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, que defende a adoção de sistemas de acompanhamento de produtos desde sua origem até o consumidor. No *CB Talks — Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado*, Kapaz afirmou que sistemas utilizados em outros países rastream produtos da produção ao destino.

Três perguntas para

LINCOLN GAKIYA — Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo

Por que a batalha contra o crime organizado está perdida?

Não me lembro de a gente ter índices tão assustadores de homicídios, roubos, feminicídios, como estamos vendo hoje, em uma crescente desordenada. Também não me lembro de ter visto a segurança pública como o primeiro problema do brasileiro. É por isso que entendo que a batalha está perdida, sim.

O que falta para vencer o crime organizado no Brasil?

Temos de ter um pacto nacional, um pacto federativo entre governos federais e governos

estaduais, independentemente de partido político ou de quem vença as eleições, para que comecemos a entender que segurança pública é o primeiro problema do país. Hoje, em todos os estados, a União precisa, a partir da eventual aprovação da PEC da Segurança, coordenar os esforços, integrar as inteligências e as informações dos estados e agir de maneira conjunta. Então, o que a gente espera é isso: essa integração, essa coordenação.

PCC e Comando Vermelho são organizações terroristas, como os Estados Unidos classificam?

Atualmente, no Brasil, elas não são consideradas terroristas porque nossa legislação de terrorismo exige, para que determinada organização seja assim considerada, que além de praticar atos de natureza terrorista — e isso tanto o PCC quanto o CV praticam —, tenha uma finalidade ideológica e política. Nem o PCC nem o CV têm essa finalidade. A finalidade é apenas obter ganhos ilícitos, a partir de mercados ilícitos. Por isso, pela legislação brasileira, eles não podem ser considerados terroristas. Agora, se houver uma mudança

legislativa, tudo bem. A Lei Antifacção, hoje, pune os integrantes do PCC e do CV de maneira mais severa do que a legislação de terrorismo. A partir da Lei Antifacção, um integrante do PCC ou do CV estará sujeito a uma pena de 20 a 40 anos de reclusão. Se ele integrar, hoje, no Brasil, uma organização terrorista, há uma previsão de pena de cinco a oito anos de reclusão. Então, também, se internamente formos classificar essas organizações como terroristas, vamos precisar mudar a lei de terrorismo e aumentar a pena.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Gakiya, ataque às facções só é eficiente com atuação conjunta



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,51% São Paulo	187.206 11/9 14/9 15/9 16/9	R\$ 5,151 (- 0,07%)	9/setembro 5,112 10/setembro 5,102 11/setembro 5,125 14/setembro 5,169 15/setembro 5,155	R\$ 1.621	R\$ 5,911	13,90%	13,62%
1,21% Nova York							Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom reduz taxa de juros para 13,75%

Em decisão unânime, Banco Central reforça a cautela e não dá sinais de continuidade do ciclo de cortes de juros

» ROSANA HESSEL

Em mais uma decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, anunciou, ontem, a redução da taxa básica da economia (Selic) de 14% para 13,75% ao ano. No comunicado divulgado ao final da reunião, o colegiado não deu certeza se continuará reduzindo os juros na próxima reunião, após o primeiro turno das eleições de 4 de outubro.

“Em decorrência da dinâmica dos riscos associados à evolução dos preços, o Comitê reafirma que a magnitude total do ciclo de calibração será estabelecida à luz de novas informações visando assegurar a convergência da inflação à meta”, destacou o comunicado.

Esse foi o quinto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual nos juros básicos. Ainda assim, descontada a inflação, os juros reais do Brasil permanecem em primeiro lugar no ranking global.

Conforme levantamento da MoneYou em parceria com a Lev Intelligence, feito com 40 países, considerando a inflação acumulada para os próximos 12 meses, o juro real brasileiro, de 8,45% ao ano, enquanto a Rússia. A média dos juros analisados foi de 1,62% anuais.

Além de reforçar o aumento das incertezas nos cenários interno e no externo, o BC elevou de 5,1% para 5,2% a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Contudo, manteve em 3,2% a perspectiva para a inflação oficial no horizonte relevante monitorado pelo Copom, no primeiro trimestre de 2028.

Na avaliação de analistas, a decisão do Copom foi em linha com o consenso do mercado. Contudo, as opiniões divergiram entre uma pausa do ciclo de afrouxamento monetário, iniciado em março de 2026, ou de mais cortes nos juros, como pede o setor produtivo.

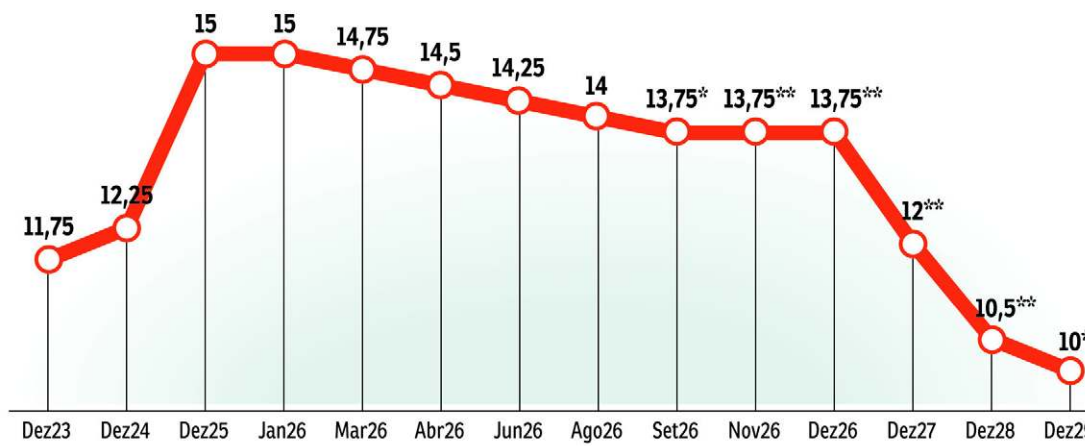
O economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, considerou que o ciclo de corte de juros acabou e só será retomado no ano que vem. “Essa era uma decisão amplamente esperada pelo mercado. Todo mundo estava de olho, no entanto, a comunicação trouxe pouquíssimas mudanças em relação à decisão anterior. Basicamente, o BC repetiu o comunicado, mostrando preocupação com o risco inflacionário, que é o que reflete o balanço de riscos, e uma estratégia dependente de dados. Então,

Avanço gradual

Na contramão dos Federal Reserve, o banco central Estados Unidos, o Comitê de Política Monetária (Copom), Banco Central brasileiro, volta a cortar a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual pela quinta reunião consecutiva, mantendo o ciclo gradual de afrouxamento monetário

REUNIÃO DO COPOM

Taxa Selic — Em % ao ano



* Consenso das projeções do mercado

** Mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 4 de setembro de 2026

CARESTIA

Apesar de apresentar desaceleração recente, a inflação oficial segue acima do centro da meta, de 3%, nos próximos anos

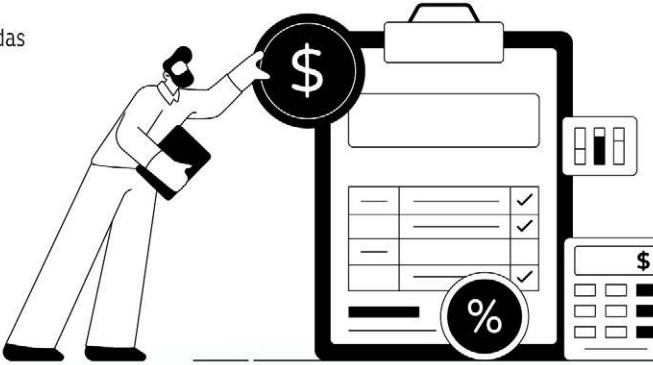
HISTÓRICO DO IPCA*

Variação acumulado em 12 meses — Em %



*Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE

**Mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 11 de setembro de 2026



RANKING GLOBAL

Apesar da redução na taxa básica para 13,75% ao ano, o Brasil segue na liderança mundial de juros reais, conforme levantamento da MoneYou com a Lev Intelligence

Juros reais* — Em %

1	Brasil	8,45
2	Rússia	6,79
3	Colômbia	6,33
4	Turquia	6,25
5	México	3,08
6	África do Sul	2,93
7	Argentina	2,69
8	Hungria	2,51
9	Indonésia	2,14
10	Chile	2,09
13	Índia	1,63
25	Estados Unidos	0,74
33	China	0,52
37	Japão	-0,44
38	Suíça	-0,50
39	Filipinas	-0,62
40	Nova Zelândia	-0,91

Média Geral 1,38

*Descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e MoneYou/Lev Intelligence

BC dos EUA eleva taxa

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) anunciou, nesta quarta-feira (16/9), aumento na taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 3,75% a 4% ao ano, em linha com a expectativa do mercado. A decisão dos 12 integrantes do Fomc, comitê de política monetária do Fed, foi unânime e o comunicado foi bastante curto, revelando a marca da nova gestão de Kevin Warsh, escolhido pelo presidente dos EUA, Donald Trump, para iniciar o ciclo de corte de juros que seu antecessor não conseguiu realizar.

Trata-se da primeira alta de juros pelo Fed desde julho de 2023. Naquele ano, a instituição ainda era comandada por Jerome Powell. E essa decisão é a primeira de mudança de taxa sob o comando Warsh.

O aumento de juros do Fomc ocorre em mais uma superquarta, quando a reunião coincide com a do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central do Brasil, que, na contramão do Fed e do Banco Central Europeu (BCE), deve reduzir a taxa básica da economia (Selic), em 0,25 ponto percentual, hoje, para 13,75% ao ano.

O comunicado do Fed reforçou o mandato duplo do Federal Reserve, consolidando maior preocupação com a inflação, uma vez que o índice PCE, principal referência inflacionária acompanhada pelo Fed, acumulou alta de 3,7% em 12 meses, permanecendo significativamente acima da meta de 2% perseguida pela instituição. O “Comitê mantém sua política de assegurar ampla liquidez de reservas no sistema bancário”, reforçou a nota.

“A atividade econômica vem se expandindo em ritmo sólido. Embora a incerteza permaneça elevada — em parte devido a desdobramentos geopolíticos —, os gastos domésticos têm demonstrado resiliência. O crescimento da produtividade é forte, e o investimento em capital, robusto. A geração de empregos tem acompanhado a evolução da força de trabalho, e a taxa de desemprego apresentou pouca variação”, destacou o comunicado.

Segundo o comunicado, a preocupação do Fed segue persistente com a inflação, que permanece elevada. “A medida de política monetária adotada hoje apoiará um retorno mais célere à meta de 2% estabelecida pelo Comitê. O Comitê assegurará a estabilidade de preços”, concluiu a nota.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da Sintra, destacou que a surpresa foi a sinalização dos materiais de projeções do Fed de que haveria mais uma alta de juros ainda neste ano. “Ontem, a previsão do mercado era de uma probabilidade de 48%, mas, agora, essa probabilidade de mais uma alta aumentou, podendo ocorrer em novembro ou em dezembro”, disse.

Na avaliação de Cruz, deverá haver pressão do mercado para que o Fed aumente os juros novamente na próxima reunião de novembro, “considerando que o barril do petróleo já está US\$105” (RH)

Prévia do PIB’ indica economia mais lenta

» RAPHAEL PATI

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou mais um período de queda em julho de 2026. Na comparação com o mês anterior, a ‘Prévia do PIB’ — como é conhecido o indicador, por acompanhar, mensalmente, o desempenho da economia — recuou 0,2%. Excluindo-se o setor agropecuário, que caiu 1,2% nesse período, o IBC-Br teve queda de 0,1% no mesmo mês, segundo os dados divulgados nesta quarta-feira (16/9), pelo BC.

Além da queda de 1,2% da agropecuária, o que mais pesou para o resultado negativo do índice foi o recuo de 0,4% da indústria, que segue em trajetória de crescimento mais fraco em 2026, de apenas 0,4% se comparados os meses de janeiro a julho dos dois últimos anos. Os serviços, que carregam o maior peso no IBC-Br, fecharam o mês com estabilidade (0%) em relação a junho.

Apesar da queda ante junho, o resultado mais recente foi superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior, com crescimento de 1,1% do índice nesta comparação, já no

acumulado de janeiro a julho, o IBC-Br ainda registrou um avanço de 1,5% ante o mesmo período em 2025.

Nos últimos 12 meses (agosto de 2025 a julho de 2026), o índice avançou 1,5%. É importante ressaltar que o mercado ainda espera um crescimento de 1,89% do PIB em 2026. A previsão dos agentes divulgada nesta segunda-feira (14) sofreu uma queda em relação à semana anterior, em 0,04 ponto percentual, da mesma forma em que houve uma queda de 0,05 p.p. na previsão para 2027, quando a expectativa mais recente indica avanço de

apenas 1,45% na economia.

Desaceleração

A queda de julho no índice ocorre após outra queda em junho, que havia sido de -0,6%, e confirma a tendência de desaceleração da economia brasileira em 2026, na avaliação do professor Benito Salomão, doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). “O IBC-Br é um indicador antecedente do PIB, cujo dado só é informado trimestralmente e com alguma defasagem. Por isso,

os economistas olham pra ele a fim de conjecturar o comportamento esperado do PIB”, explica.

“O dado de junho, veio negativo, ainda assim, no acumulado do 2º trimestre o PIB cresceu na variação trimestral em 0,5%, e 1,9%, na variação acumulada. Agora conhecemos o dado de julho: uma nova queda. Julho é o primeiro mês do 3º trimestre, ainda é prematuro conjecturar que esse indicador isolado irá influenciar negativamente o PIB que vem mostrando grande resiliência — um crescimento trimestral ininterrupto há 19 trimestres.”

INDÚSTRIA EXTRATIVA

Agenda para minerais críticos

Em solenidade no Palácio do Planalto, presidente sanciona a lei que prevê investimentos de R\$ 7 bilhões na exploração dos minérios

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da soberania e do desenvolvimento nacional ao discursar, ontem, na cerimônia de sanção da lei que institui a Política Nacional de **Minerais Críticos**, Estratégicos e Terras Raras, no Palácio do Planalto. Para implementar a proposta, estão previstos investimentos de até R\$ 7 bilhões em iniciativas de processamento e transformação de minerais.

“Temos agora uma nova agenda de mineração do futuro em que países, empresas e investidores façam uma mineração justa, sustentável e industrializante entre países em desenvolvimento”, disse Lula. O novo regramento cria o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (Fgam), com aporte de R\$ 2 bilhões da União para atividades vinculadas à produção de minerais críticos e estratégicos.

Outros R\$ 5 bilhões serão destinados ao beneficiamento e a transformação desses minerais em território nacional. O fato de a lei prever investimentos na transformação dos minerais no Brasil foi ressaltado por Lula, que descartou a ideia de o país explorar seus recursos minerais apenas para exportá-los como commodities.

Em plena campanha política, Lula não deixou de provocar o bolsonarismo, ao destacar que os minérios processados no Brasil serão exportados com valor agregado. “Como sempre, os traidores da pátria, mais uma vez, caíram de joelhos diante dos Estados Unidos, prometeram entregar nossos minerais críticos e terras raras, em estado bruto, a preço de banana,

Foto: Ricardo Stuckert.



Lula salientou que o único dono dos minérios é o povo brasileiro, em referência a “traidores da pátria” que “caíram de joelhos aos EUA”

Riqueza natural

Os minerais críticos e terras raras são insumos indispensáveis para as indústrias de tecnologia, automobilística, defesa e para a concretização da transição energética. Os minerais críticos são aqueles cujo suprimento pode envolver diferentes riscos de abastecimento. Terras raras são um grupo específico de minerais críticos. São 17 elementos químicos dispersos na natureza.

como aconteceu no passado com nosso minério de ferro. Não permitiremos que a história se repita”, declarou o presidente.

Ele disse ainda que o governo não vai permitir que minérios sejam explorados com prejuízo ao Brasil, citando ciclos históricos do país. “Que os inimigos do Brasil entendam de uma vez por todas: nossa soberania não está à venda. As riquezas do Brasil têm um único dono: o povo brasileiro”, disse Lula, que classificou as terras raras e os minerais críticos como a “grande novidade do século.”

O presidente também agradeceu ao Congresso Nacional pela aprovação da proposta, a qual sancionou sem vetos. Lula disse que vai incentivar universidades a participarem da formação de novos cursos sobre terras raras, a fim de formar profissionais capacitados a trabalharem com o material.

Representando as empresas do setor, o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) Pablo Cesário, elogiou a criação do novo marco e do fundo. “A mineração exige investimentos intensivos e ciclos produtivos

que frequentemente chegam a 40 anos. Por isso, previsibilidade e estabilidade, especialmente a fiscal, são premissas indispensáveis para atrair investimento de longo prazo”, ressaltou.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, explicou que o Serviço Geológico do Brasil terá um aumento de verba, de R\$ 8 milhões para R\$ 300 milhões, para investir em conhecimento do solo. “O Brasil vai conhecer em profundidade seus recursos e preservar a capacidade de decisão sobre suas cadeias produtivas”, disse. **(Com agências)**

Segurança jurídica

A crescente demanda global por minerais críticos e estratégicos é um dos temas do Congresso Internacional de Direito Minerário 2026, organizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que terminou ontem. O Brasil é apresentado como potencial líder na produção e na industrialização dessas substâncias, como terras raras, lítio, vanádio, grafita, entre outros.

Na abertura do evento, terça-feira, Pablo Cesário, diretor-presidente do Ibram, destacou que a segurança jurídica é uma condição essencial para que os investimentos no setor possam gerar benefícios para o país. Ao abordar os desafios ambientais da atividade, Cesário defendeu que a indústria avance na construção de uma mineração capaz de conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental. “Essa é a forma como criamos uma mineração não apenas aceitável, mas desejável. A gente precisa ser portador da bandeira da segurança e do baixo impacto ambiental, idealmente criando mais benefícios do que efeitos negativos ambientais”, sinalizou.

O ministro Luís Carlos Gambogi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), disse que “problemas travam o desenvolvimento do país, no campo da mineração e em outros campos”, ao participar, ontem, do congresso.

O evento reúne autoridades federais, especialistas brasileiros e estrangeiros em Direito e Mineração, e executivos de mineradoras.



Prêmio Correio Braziliense CASACOR / BRASÍLIA 2026

Os melhores ambientes merecem o seu voto!

**Votação aberta para o Prêmio Correio Braziliense
CASACOR Brasília 2026.**

Vote nos ambientes que mais te encantaram com criatividade, inovação e emoção na maior mostra de arquitetura, paisagismo e design de interiores de Brasília.



**Não perca essa oportunidade
ESCOLHA OS SEUS FAVORITOS**

Realização:

**CORREIO
BRAZILIENSE**

Produção:

CASACOR
/ BRASÍLIA

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ONU pede aliança global sobre segurança

Antônio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, defende uma coordenação internacional para debater os perigos da IA e fala em “corrida ao abismo”. Canadá e Alemanha prometem desenvolver a nova tecnologia “a serviço da população”

No dia em que o papa Leão XIV expressou preocupação com o avanço dos algoritmos na tomada de decisões que caberiam ao ser humano, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, defendeu uma “coordenação global” para lidar com os riscos da inteligência artificial (IA) e advertiu sobre uma “corrida ao abismo”. “O mundo enfrenta três ameaças existenciais: a IA fora de controle, a crise climática e o aprofundamento intolerável das desigualdades”, disse o chefe da ONU. “Na próxima semana, líderes mundiais se reunirão na Assembleia Geral. Minha mensagem a eles: a cooperação internacional é mais importante do que nunca”, alertou, em mensagem publicada na rede social X. Em outro momento, durante entrevista coletiva, o chefe da ONU admitiu que a ação em nível nacional é “essencial”; no entanto, considerou “indispensável” a aliança internacional. “A IA não respeita fronteiras e tampouco seus riscos”, destacou.

“Os governos devem assumir suas responsabilidades. A primeira responsabilidade de qualquer governo é proteger seus cidadãos, inclusive contra as ameaças relacionadas à inteligência artificial”, lembrou Guterres. O diplomata português acrescentou: “A inteligência artificial tem um potencial enorme para acelerar o desenvolvimento sustentável, melhorar o aprendizado, fortalecer os sistemas de saúde, impulsionar a resiliência climática e muito mais. Mas um número crescente daqueles que a desenvolvem está soando o alarme, advertindo que o avanço está ocorrendo mais rápido do que a nossa compreensão dos riscos”. “O mundo não pode se dar ao luxo de uma corrida rumo ao abismo em matéria de segurança da IA”, aconselhou Guterres, que terminará seu mandato em 107 dias.

A diplomata equatoriano-libanesa Iyona A-Baki, candidata a suceder Guterres, cobrou que a IA seja regulamentada da mesma maneira que o arsenal nuclear. “Estamos quase à beira de uma Terceira Guerra Mundial... E é a mais perigosa. Dessa vez não será somente o perigo nuclear, mas também a IA”, declarou à agência France-Presse A-Baki, cujos laços estreitos com o presidente americano, Donald Trump, forjados durante várias etapas como embaixadora do Equador em Washington, poderiam ajudá-la a

Papa faz alerta contra a dependência dos algoritmos

Filippo Monteforte/AFP



O papa Leão XIV voltou a fazer um alerta contra a tentação de delegar aos algoritmos decisões que competem exclusivamente à responsabilidade humana, em um contexto de crescente inquietação com os rumos da inteligência artificial (IA). O pontífice americano dedicou sua primeira encíclica, Magnífica Humanitas (Magnífica humanidade), publicada em maio, à IA, com um apelo para “desarmar” essa tecnologia para “impedir que domine o humano”. “O desenvolvimento tecnológico, a difusão dos meios de comunicação de massa e das redes sociais, o

recurso cada vez maior à inteligência artificial abrem novas possibilidades, ao derrubar barreiras e distâncias”, declarou o pontífice durante a audiência geral semanal no Vaticano. “Por outro lado, as relações tendem a se tornar cada vez menos pessoais, cada vez mais virtuais, e corremos o risco de nos acostumarmos a delegar aos algoritmos decisões que competem apenas à consciência humana. (...) Velar para que as relações sociais tenham uma verdadeira consistência e uma profundidade pessoal é, nesse sentido, a contribuição que a comunidade cristã se propõe a oferecer.”

se destacar entre os oito candidatos a chefiar a ONU. “O presidente Trump e o presidente Xi Jinping (...) não deveriam competir. Deveriam cooperar.”

Ética

Diante da preocupação mundial, os governos de Canadá e Alemanha comprometeram-se a colaborar no

desenvolvimento de uma inteligência artificial “a serviço da população”. Ministro de Inteligência Artificial do Canadá, Evan Solomon admitiu que nenhum país pode lidar, sozinho, com o tema e anunciou uma aliança com Berlim para “criar uma IA ética, de acordo com nossos valores”. Por sua vez, Karsten Wildberger, ministro alemão da Digitalização, esclareceu que

seu país e o Canadá almejam “transformar a pesquisa em produtos confiáveis” de IA, mantendo “compromisso com a democracia e os valores”.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que reuniria grandes atores do setor da IA para apoiar os esforços voltados a desacelerar o desenvolvimento dos modelos mais potentes.

» Zuckerberg rejeita apelos

Mark Zuckerberg, CEO da Meta, rejeitou os apelos para suspender ou desacelerar o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA), por considerar que os mecanismos de mercado e o risco de ações judiciais constituem as melhores salvaguardas diante desta tecnologia. “As pessoas não vão querer usar agentes que estejam desalinhados com elas e que não façam o que elas pedem, então os laboratórios têm um forte incentivo natural para tornar seus modelos mais alinhados”, escreveu Zuckerberg no X. O “alinhamento” é uma referência aos esforços para conseguir fazer com que os modelos se comportem exatamente como os humanos desejam. “Qualquer laboratório que não focar no alinhamento ficará para trás”, acrescentou o CEO da Meta.



Os governos devem assumir suas responsabilidades. A primeira responsabilidade de qualquer governo é proteger seus cidadãos, inclusive contra as ameaças relacionadas à inteligência artificial

Antônio Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

DIPLOMACIA

Europa acena ao Canadá com parceria

O Canadá tem na mão o convite para se tornar o primeiro “membro associado” da União Europeia (UE). Em mensagem aplaudida no parlamento do bloco, a presidente da Comissão Europeia (CE, braço executivo da UE), Ursula von der Leyen, formalizou a proposta e pediu o aumento da cooperação em tecnologia, defesa e energia. O status de membro associado não está juridicamente definido pelos tratados da UE. A Alemanha propôs a medida para a Ucrânia e sugeriu que permitiria a participação de Kiev em reuniões e cúpulas europeias, mas sem direito a voto.

“Gostaria de trabalhar com você para abrir a porta para que o Canadá seja o primeiro membro associado da UE”, declarou Von der Leyen ao primeiro-ministro canadense, Mark Carney, em mensagem recebida com aplausos no Parlamento Europeu.



Essa aliança não é direcionada contra ninguém, mas para a nossa força comum

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia

O status de membro associado não está juridicamente definido pelos tratados da UE. A Alemanha propôs a medida para a Ucrânia e sugeriu que permitiria a participação de Kiev em reuniões e cúpulas europeias, mas sem direito a voto. UE e Canadá foram afetados pelas tarifas e pelas ameaças territoriais dos Estados Unidos, assim como pela concorrência da China.

“Em um mundo mais perigoso e dividido, o Canadá está fortalecendo as relações com parceiros de confiança”, destacou o gabinete de Carney, em comunicado. As conversas com Von der Leyen se concentraram em áreas como minerais críticos, energia, defesa, pesquisa e desenvolvimento, além de tecnologias avançadas, acrescentou. O premiê canadense, primeiro chefe de governo estrangeiro a assistir a um discurso sobre o estado da União do

Christophe Licoppe/European Union/AFP



A chefe executiva da UE com o premiê canadense: proposta inédita de associação

bloco, deve discursar hoje ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

A UE, cujas relações com Washington também são tensas, busca apoio para a estratégia de reequilíbrio entre as duas

superpotências, China e EUA. Von der Leyen afirmou que é hora de avançar para uma “aliança pelo futuro”, mais ampla, e “levar a relação com o Canadá ao nível mais elevado possível”. “Trabalharemos

na manufatura inteligente. Criaremos uma aliança tecnológica. Integraremos as bases da indústria de defesa. Faremos do Ártico um projeto emblemático conjunto”, declarou. “Essa aliança não é direcionada contra ninguém, mas para a nossa força comum.”

“Vemos o mundo com os mesmos olhos, da IA (inteligência artificial) à mudança climática, do Ártico à geopolítica”, ressaltou, para em seguida declarar Ottawa e Bruxelas a “construir um futuro comum”. Canadá e UE são parceiros econômicos graças a um acordo que proporcionou um aumento de mais de 75% no comércio entre as partes, “em menos de uma década”, segundo Von der Leyen. A presidente da CE considerou “urgente reinventar nossas alianças”, ao defender uma perspectiva de membro associado para o Canadá.

Em meio à escalada de atritos comerciais com os EUA, principais parceiros comerciais do país, o governo de Ottawa também espera concluir um acordo que permita ao Banco Europeu de Investimento financiar projetos canadenses de minerais críticos, disse à AFP o embaixador do país na UE, Jonathan Wilkinson. O Canadá tornou-se, neste ano, a primeira nação não europeia a aderir a um programa de empréstimos para a defesa. O governo de Carney também espera concluir um acordo que permita ao Banco Europeu de Investimento financiar projetos canadenses de minerais crítico.

VISÃO DO CORREIO

STF, pressão dos EUA e oportunismo

Longo na retomada da tumultuada sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde da última terça-feira, o ministro Flávio Dino chamou a atenção dos pares presentes ao plenário para nova ameaça norte-americana de sanções a integrantes da Corte, na tentativa de intimidar o STF e direcionar uma decisão. Com prints de reportagens a mão para quem quisesse vê-los, advertiu para a possibilidade de reenquadramento de Alexandre de Moraes na Lei Magnitsky. A sanção contra ele foi retirada em 12 de dezembro de 2025.

Desta vez, porém, outros magistrados seriam alcançados — entre eles, o próprio Dino e Gilmar Mendes. Até então, tiveram somente suspensos os vistos de entrada nos Estados Unidos. A justificativa — se é que existe alguma minimamente aceitável — para a nova ameaça com a Magnitsky é o mesmo chorrilho de bobagens que Washington já levantou contra Moraes. À época, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, afirmou que o ministro brasileiro era “responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos politizados”.

Nem se diga que os Estados Unidos não têm qualquer direito de intervir nas decisões da Corte brasileira, por mais que sejam equivocadas e incômodas. O que se percebe é que novamente se assanham as mesmas mãos que agiram, meses atrás, contra Moraes e outros ministros do Supremo por causa da condenação de um ex-presidente que chefiou uma quadrilha que urdiu um golpe de Estado.

Brandir o uso da Lei Magnitsky contra ministros do STF neste instante não é uma ameaça surgida do nada. É nova e explícita tática dos mesmos personagens que, em território norte-americano, agem contra o Brasil. A disputa pelo Palácio do Planalto

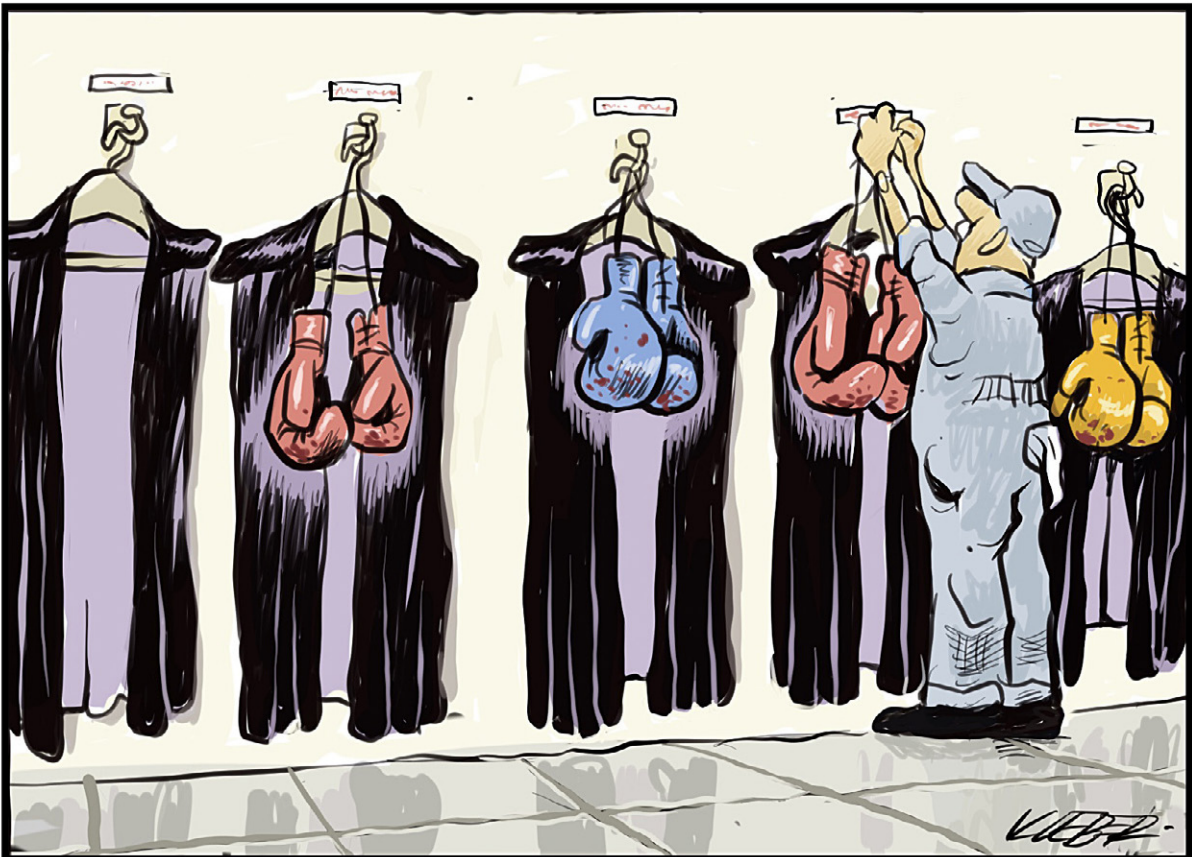
é a meta deles a curtíssimo prazo. Trabalham para fazer o novo presidente, e sabem quem querem.

Não se pode perder de vista que, seguindo a estratégia, Donald Trump retomou, ontem, em documento enviado ao Congresso estadunidense, o discurso de que o governo brasileiro “falhou em confrontar” o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) e precisa tomar “medidas firmes” para enfrentar as facções criminosas. Peru, Argentina, Equador e El Salvador são elogiados no texto pela luta contra o narcoterrorismo. Os três últimos são apontados como os “três dos maiores aliados” do republicano no hemisfério.

À medida que se aproximam as eleições, intensificam-se as tentativas de trazer a instabilidade em que o STF mergulhou para o centro da corrida presidencial. Fulanizam os males da Corte em Moraes, mesmo que hoje se saiba que os estragos feitos pelo radioativo Daniel Vrcaro alcançam outros ministros.

Pelos relatos das reportagens levadas ao plenário do STF, o reenquadramento de Moraes na Magnitsky dar-se-á até a data do primeiro turno das eleições. Tal medida pode ser acelerada pelo fato de que o julgamento de uma abertura de investigação contra o ministro foi paralisado por um pedido de vista.

Flávio Dino foi claro ao advertir que o calendário eleitoral não pode ser intoxicado pela crise do Supremo, sobretudo quando se tem noção da grandeza do estrago que faz na sociedade por induzi-la nas escolhas. Mas, ao disponibilizar os prints das reportagens aos pares, o ministro chamou a atenção para uma segunda, mas não menos importante questão: a de que o oportunismo político não pode servir de alicerce para decisão de inédita gravidade na Corte.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Crise no STF 1

Para o ministro Gilmar Mendes, é um absurdo que os supostos crimes cometidos por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) sejam expostos. Deduz-se, portanto, que caberia aos colegas apenas fazer vista grossa diante da transgressão de seus pares. Em seguida, o decano usa a máfia como régua moral. Considerando os rumos que a Suprema Corte vem tomando, faz todo o sentido essa comparação.

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Crise no STF 2

Esse julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) foi uma aberração, e a charge do **Correio Braziliense** de hoje (quarta-feira) simboliza o labirinto em que o Supremo se colocou. Com pelo menos quatro ministros envolvidos de alguma maneira com Daniel Vocardu, até mesmo o acusador, pergunta-se o que há por trás dessa escola de Alexandre de Moraes como o único a ser levado ao patíbulo. Vingança? Porque justiça certamente não é!

» **Afonso Marçal**
Sobradinho

Crise no STF 3

O ser humano é um lirismo ácido. Todos sabem que errar é humano, mas algumas pessoas insistem em ser deuses, tem a necessidade neurótica de ser o criador, o mandante, dono da razão e perfeição. A energia gasta pela necessidade psicótica de ser o dono da razão é caríssima, aprisiona-se e esmaga o prazer de viver socialmente livre. A crítica, a rejeição ao pensamento alheio, dos olhares sociais, tem feito mentes do Judiciário apagarem seus lúzeiros. Por nada e ninguém pode deixar de decidir o quesito da liberdade e espontaneidade. Quem não o avalia pouco a pouco se torna um alienado da sociedade. Nossa liberdade de expressão não pode estar à venda por preço algum. Mas a vendemos por status, a trocamos com incrível facilidade. Quando alguém relata uma ação estúpida, ficamos indignados. Quando as relações em que a autoridade se manifesta de maneira monocrática, a situação é pior e devastadora. Infelizmente, nas relações entre os Três Poderes, o vírus do orgulho e da magnitude do cargo contagia em frações de segundo o cérebro daquele que se considera superior, levando-o a silenciar a voz do oponente. Portanto, quem usa a relação do poder para impor proposituras e objetivos não é digno da função em que está investido.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Exploração sustentável?

Pleno de atenção e perplexidade, li a reportagem “Petróleo que desafia” na edição de 6 de setembro do **Correio**. Apesar da disponibilidade daquele recurso natural (fóssil) finito, aferida na Bacia da Foz do Amazonas, somada à autorização — via retificação da licença de operação — concedida pelo Ibama, a exploração do petróleo na costa do Amapá, região brasileira ainda suficientemente preservada, causa um misto de apreensão e incômodo. Enfim, apesar de bem redigido, o texto que destacou opinião otimista do presidente do Senado, Davi

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A Justiça precisa estar acima das disputas políticas. E a transparência é parte fundamental dessa confiança. Que tudo seja esclarecido!

Adriana Carvalho — Brasília

Gilmar Mendes, ao trazer a máfia para o festival de barbaridades com que o STF nos brindou, apenas ratificou a ideia de Fachin sobre a necessidade de se ter um “código de ética” para a Corte, além de ter reconhecido o nível a que chegou o Supremo. No entanto, pairou uma dúvida no ar: será o código no padrão Cosa Nostra, Camorra ou tupiniquim mesmo?

Ary Braga Pacheco Filho — Sudoeste

É incrível como toda obra pública é cara. O exemplo disso é a cobertura da quadra esportiva da Escola Parque 210/211 Sul, que custou R\$ 780 mil. Um absurdo!

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Essa lei para incentivar datacenters no Brasil é um completo e total absurdo. Se eles fossem bons, os americanos estavam com eles.

Arley Augusto — Goiânia (GO)

Alcolumbre (União Brasil-AP), justificada pela expectativa de “desenvolvimento e oportunidade”, a meu ver falha em não consultar outro juízo: o da deputada federal (ex-senadora e ex-presidencialável) Marina Silva (Rede), que, acredito, seria relevante para reflexão dos(as) assíduos(as) leitores(as).

» **NetoKobra**
Brasília

Metrô

O Gama agradece o fato de fazer parte do projeto da linha 2 do metrô do DF, mas esperamos que isso realmente saia do papel. O projeto ficou bom, só falta tornar realidade de mesmo. Senti falta de Planaltina e Sobradinho, mesmo eu não sendo dessas cidades. Elas também são longe do centro e não mereciam ser esquecidas.

» **Márcio Júnio**
Gama



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Direitos, com absoluta prioridade

Mais de 500 organizações, redes e coalizões da sociedade civil, de todas as regiões do país, atuam desde 2022 para que meninas e meninos sejam tratados com a "absoluta prioridade" determinada pela Constituição Federal. A corrente de entidades cobra o efetivo cumprimento do artigo 227 da Carta Magna: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Essa mobilização apartidária, batizada de Agenda 227, lançou neste ano a campanha "Prioridade Absoluta nas Eleições 2026", na qual elenca uma série de propostas de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes e de metas a serem cumpridas nos próximos quatro anos.

As propostas são direcionadas às gestões federal, estaduais e distrital. O site da Agenda 227 tem atualizado a lista de candidatos que assumiram o compromisso ao longo do processo eleitoral. "Mais do que coletar assinaturas, a expectativa é fortalecer um compromisso político que possa ser cobrado ao longo dos próximos mandatos — inclusive por meio do monitoramento contínuo que a Agenda 227 já realiza sobre a implementação de políticas públicas para a infância e a adolescência", diz o grupo.

A iniciativa vai ao encontro do que tem feito, também, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A entidade se comprometeu a apresentar aos candidatos à Presidência e a governos estaduais uma carta-compromisso com propostas para assegurar os direitos de meninas e meninos. O foco principal é o enfrentamento à violência dentro e fora de casa, uma chaga neste país.

As denúncias de agressões a crianças e adolescentes mais que dobraram de 2020 até o ano passado: saltaram de 73.635 para 165.413. O abuso sexual foi o crime mais frequente, com 34% dos registros; a violência física respondeu por 32,9%. A maioria das violações ocorreu na casa da vítima. O levantamento é da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, com base em dados do Ministério da Saúde. E esses números não refletem plenamente a realidade, por causa da subnotificação.

Espancamentos, estupro, humilhações, negligências, assassinatos — entre outras perversidades contra a camada mais vulnerável da população — são rotinas no país, sem que haja um combate eficaz. O poder público não age com a urgência e a efetividade que o problema exige, nem na prevenção nem na redução dos danos.

O país tem de atentar para o suplício a que crianças e adolescentes são submetidos diariamente. É necessária uma mobilização nacional dedicada a discutir e definir estratégias realmente eficientes para protegê-los, com a "absoluta prioridade" que ordena a Constituição.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ WZ
associação
gratuita

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotograficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

No meu voto mando eu



» GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Procurador-geral do Trabalho

Há quase 100 anos, o Brasil instituiu o voto secreto como forma de evitar pressões indevidas, compra de votos e violência física durante o período eleitoral. O chamado voto de cabresto foi muito comum durante a República Velha e utilizado pelos antigos “coronéis” para obrigar seus empregados a votarem nos candidatos de suas preferências.

O que parecia superado há quase um século retornou com força desde as eleições de 2022 e ligou um alerta do Ministério Público do Trabalho: o voto de cabresto existe, persiste e precisa ser combatido. Se antes as ameaças eram feitas com uma arma apontada para os eleitores, hoje elas vêm disfarçadas das mais variadas formas e com um novo nome: assédio eleitoral.

Ameaça de demissões, promessas de vantagens, convocação para ato político-partidário, palestras no ambiente de trabalho, obrigação do uso de camisetas políticas, desinformação deliberada e outros artifícios ilegítimos são registrados nas disputas eleitorais.

Com desdobramentos no âmbito eleitoral, penal, civil, administrativo e trabalhista, o assédio

eleitoral é uma violência que se manifesta em uma relação de trabalho. Além de atentar contra a liberdade individual da pessoa trabalhadora — do ponto de vista político, filosófico e, sobretudo, de consciência —, ele corrói os pilares da democracia, pois vulnera e enfraquece a legitimidade do pleito.

Quando o poder econômico busca influenciar, intimidar ou direcionar escolhas que cabem exclusivamente ao foro íntimo de cada cidadão e cidadã, a conduta extrapola a esfera individual. Não é apenas a liberdade do eleitor que se encontra em risco, é a democracia que se desvirtua e perde a essência.

Sob essa perspectiva, o assédio eleitoral revela uma tentativa arcaica de colonizar a liberdade política pela imposição do poder: uma herança que carregamos da República Velha, quando o voto sequer era secreto.

A partir de uma análise coletiva e social, o assédio eleitoral representa a subversão da cidadania à lógica da subordinação econômica, convertendo uma relação jurídica laboral destinada à produção de riqueza em instrumento de dominação e de condicionamento da liberdade política, que fere o direito de livre escolha constitucionalmente garantido.

Diferentemente de outras violações trabalhistas em que o empregador tenta “esconder” sua postura, o assédio eleitoral tem um componente peculiar: é o assediador que, muitas vezes, contribui com a investigação ao divulgar o ato ilegal, especialmente em suas redes sociais, campo decisivo para campanha eleitoral.

Para eles, não basta manifestar o seu candidato

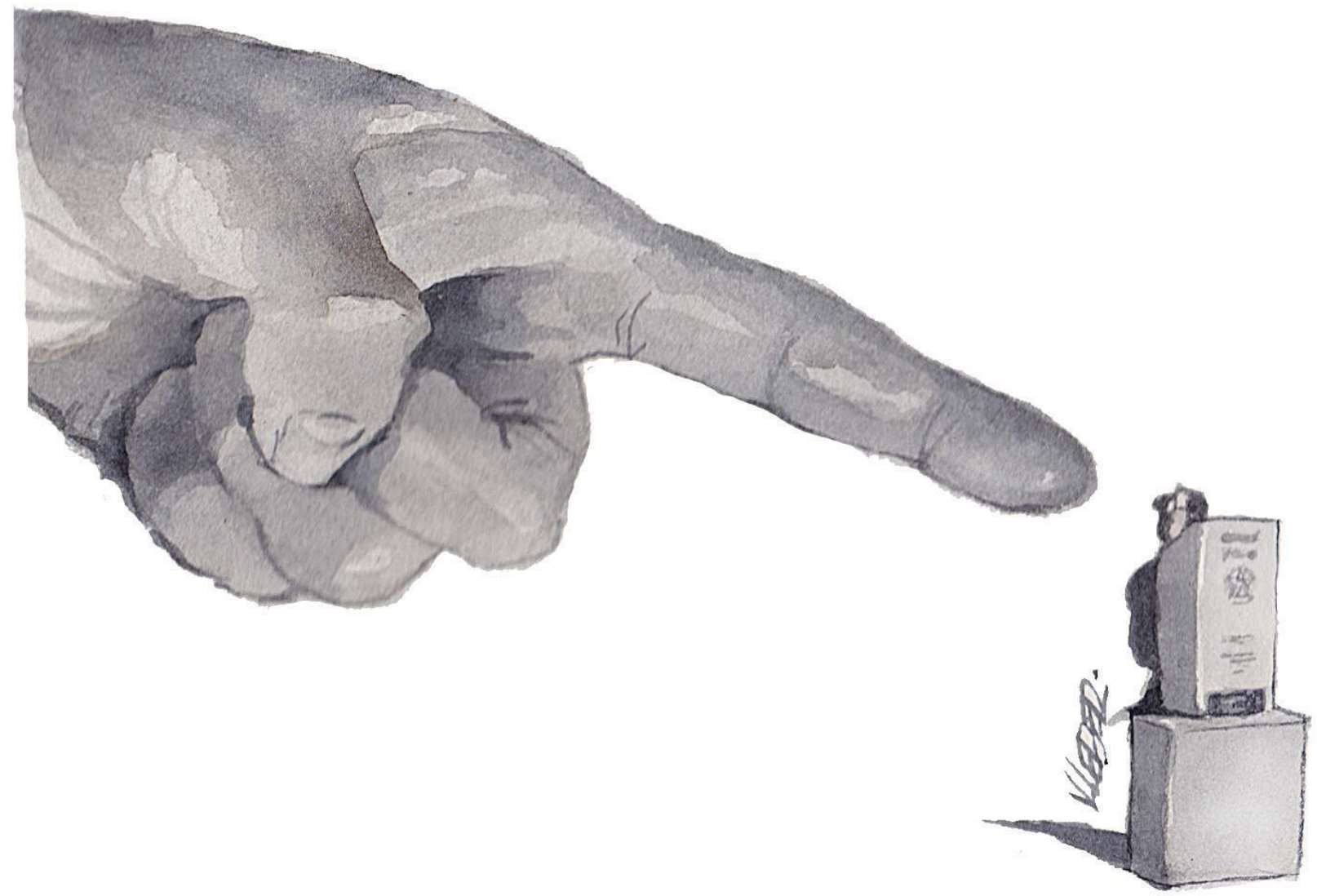
de preferência. É necessária a exposição pública de seus empregados para que todos os seus seguidores saibam que “quem manda no seu voto sou eu”.

Em 2022, fomos surpreendidos pela avalanche de denúncias de empregadores públicos e privados que queriam mandar no voto de seus subordinados. Foram 3.371 denúncias, sendo 2.639 somente no mês de outubro, período entre o primeiro e segundo turno, quando a polarização se acentua. Em 2026, até meados de setembro, foram mais de 400 denúncias, quase cinco vezes o que havia no mesmo período em 2022.

Desde a última eleição, há uma mobilização institucional, articulada com outros órgãos, para prevenir, investigar e combater o assédio eleitoral, especialmente, ao considerar a crescente precarização das relações de trabalho e a vulnerabilidade dos vínculos empregatícios. Entre as iniciativas para este ano, o Ministério Público do Trabalho criou uma ferramenta de inteligência artificial que auxilia no mapeamento dos casos em todo o país e garante mais celeridade na atuação finalística.

Também foi firmada parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Ministério Público Eleitoral para compartilhamento de dados, recebimento de denúncias e articulação interinstitucional. Foi nesse contexto que os quatro órgãos lançaram a campanha “No meu voto mando eu”, que, de forma simples, clara e direta, dá um recado direto a quem pensa que é dono da vontade do outro.

No meu voto mando eu. E mais ninguém.



Abertura do mercado de energia: o consumidor está preparado?



» EDUARDO MÜLLER MONTEIRO, RICHARD HOCHSTETLER E JOACI LIMA
Membros do Instituto Acende Brasil

Abertura do mercado de eletricidade é um dos temas mais discutidos do setor nos últimos anos e, com a publicação do Decreto 13.097 em 12 de agosto último, o tema passou a ter cronograma concreto. A partir de 25 de novembro deste ano, consumidores industriais e comerciais de baixa tensão poderão escolher seu fornecedor de energia. E a partir de 25 de novembro de 2028, a opção será estendida a todos os consumidores, caracterizando a “abertura varejista” ou “abertura total” do mercado de energia.

Hoje, apenas os consumidores atendidos em média e alta tensão — o chamado Grupo A, conectado em tensão igual ou maior que 2,3kV — podem escolher seu fornecedor no mercado livre, tecnicamente denominado Ambiente de Contratação Livre (ACL). Desde janeiro de 2024, todos os consumidores do Grupo A — como indústrias e grandes comércios — podem migrar para o ACL, qualquer que seja seu porte. Os consumidores maiores — com carga acima de 500kW — podem se afiliar diretamente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) como consumidor livre, enquanto os de carga menor precisam ser representados por um comercializador varejista.

A abertura agora em curso, formalizada pela Lei 15.269/2025 e regulamentada pelo Decreto 13.097/2026, estende essa liberdade aos

consumidores de baixa tensão (conectados abaixo de 2,3kV, ou Grupo B), categoria na qual se enquadram domicílios e pequenos comércios, hoje restritos ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) ou mercado regulado.

A cautela do desenho legal e regulatório é necessária porque a migração de consumidores de baixa tensão impacta três dimensões: a tarifa de eletricidade, a segurança de mercado e a concorrência entre fornecedores. É por isso que os formuladores de política pública optaram pela abertura gradual, com regras de migração, criação do Supridor de Última Instância (SUI) e previsão de retorno ao mercado regulado.

O SUI existe para resolver o problema que acontece quando um consumidor no mercado livre fica sem fornecedor por falência ou saída de seu comercializador varejista. Sem o SUI, a abertura seria inviável: poucos migrariam para um ambiente em que uma falha contratual implicasse ficar sem energia. O Decreto 13.097/2026 definiu que o serviço de SUI será prestado com exclusividade pelas distribuidoras até 31 de dezembro de 2030, e que, após esse prazo, outras empresas também poderão prestá-lo mediante tarifa especificada pela Aneel.

Os cuidados na abertura total do mercado de energia também se justificam porque o consumidor, apesar de mais preparado do que há alguns anos — com mais informação e mais experiência na escolha de fornecedores nos setores de telecomunicações, bancos e seguros —, ainda enfrenta desafios: linguagem técnica, dificuldade para comparar as ofertas e, muitas vezes, barreiras para entender a conta de energia.

Uma abertura mal-planejada gera riscos: consumidores eventualmente poderão escolher mal ou perder benefícios tarifários — como a Tarifa

Social e os descontos de irrigação e aquicultura — que não se transferem ao mercado livre, além de enfrentar a exigência de aviso prévio de um ano para retornar ao mercado regulado após a migração.

Um dos riscos centrais da abertura é a sobrecontratação involuntária: migrações em volume superior ao previsto podem resultar em sobras de energia previamente contratada pelas distribuidoras para atender aos consumidores regulados. Para o regulador e o sistema como um todo, o desafio é garantir concorrência sem permitir que a transição gere conflitos operacionais, judicialização e insegurança regulatória.

Quatro pilares resumem o que precisa funcionar para que a abertura varejista dê certo: informação clara e padronizada sobre as ofertas disponíveis; concorrência de fato, com portabilidade simples e comparabilidade real entre as propostas dos fornecedores; segurança de mercado, com um SUI que funcione e regras nítidas de retorno ao mercado regulado; e regulação previsível que garanta a coexistência equilibrada e sem subsídios cruzados entre os mercados livre e regulado (ACL e ACR).

Aliás, é bom lembrar que a abertura do mercado não elimina a importância do mercado regulado porque uma parcela relevante dos consumidores continuará optando por permanecer no ACR por diferentes razões: perfil de consumo, aversão a risco, benefícios tarifários ou a simples preferência pela simplicidade de não ter que escolher entre fornecedores.

O cronograma da abertura varejista já está definido e o setor elétrico brasileiro caminha para uma transição relevante cujo sucesso depende de desenhos institucionais e regulatórios robustos que equilibrem liberdade de escolha, proteção ao consumidor e estabilidade do sistema.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@adabr.com.br

Banco Master e STF: O templo profanado pela crise institucional

O enredo envolvendo o Banco Master e Supremo Tribunal Federal (STF) promete virar ficção de grande bilheteria em breve. O roteiro já está pronto e reúne todos os ingredientes de um suspense de grande impacto. A história acompanha um banqueiro de 40 anos que inflou um banco pequeno até transformá-lo em um fenômeno de captação. No entanto, a trama envolve títulos de crédito inexistentes e uma venda ao banco público do Distrito Federal barrada na última hora. O caso revelou um fluxo atípico de bilhões entre as duas instituições. O ápice ocorreu com ministros do STF trocando acusações em sessão pública transmitida ao vivo. Enquanto isso, as eleições se aproximam e deixam milhões de eleitores apreensivos.

Impactos da crise

A crise resulta em fundos de pensão de trabalhadores lesados em todo o país, o envolvimento de políticos, reguladores e ministros da Suprema Corte, R\$ 12,2 bilhões em movimentações atípicas investigadas pela Polícia Federal, tensão institucional elevada às vésperas da eleição presidencial.

Sem credibilidade

Revelou-se também um encontro entre um ministro e o investigado meses antes da relatoria do caso. Da mesma forma, apareceram remessas ao exterior para bancar a cinebiografia de um ex-presidente com recursos públicos. Embora cada personagem negue as acusações dentro do devido processo legal, a credibilidade das instituições sofreu um duro golpe. Em política institucional, afinal, a plausibilidade representa metade do patrimônio público.

Engenharia das chicanas

A partir desse ponto, a velha caixa de ferramentas nacional entrou em ação. O juridiquês das manobras espertas transforma pedidos de investigação em um labirinto de preliminares. Nulidades são arguidas antes do mérito, e competências são discutidas antes dos fatos. Além disso, a erudição serve apenas como escudo retórico. A ética camaleônica muda de cor conforme o investigado seja aliado ou adversário político, produzindo decisões indefensáveis.

Resistência

Por outro lado, vale registrar o que funcionou no país. O jornalismo profissional trouxe relatórios, encontros, remessas e mensagens à superfície com apuração rigorosa. Da mesma forma, a fiscalização técnica do Banco Central interrompeu operações que transfeririam riscos ao contribuinte. A investigação policial também resistiu a pressões descritas nos autos. Para acompanhar atualizações e regulamentações oficiais, consulte o Portal do BC e as notas do Supremo.

Apagão do Congresso

Os maus presságios para o futuro estão visíveis no horizonte. O calendário empilha uma crise de credibilidade da alta Corte sobre uma eleição presidencial polarizada. Um tribunal desmoralizado em ano eleitoral representa um convite aberto a aventureiros políticos. Além disso, o custo econômico da quebra bilionária testou a paciência do sistema financeiro. O país sofre com a fadiga de quem já viu esse enredo no Mensalão e na Lava-Jato.

Soluções necessárias

Precisa-se de: exigência de regras claras e públicas sobre contatos entre autoridades e investigados, transparência obrigatória em contratos de honorários de escritórios ligados a agentes públicos, sorteio auditável de relatorias com impedimento automático diante de encontros prévios, quarentena real entre a alta cúpula regulatória e o mercado financeiro regulado.

Desçam as cortinas

A transparência recente foi humilhante, mas extremamente útil para a sociedade. É possível seguir o caminho difícil de investigar a todos sem corporativismo ou seletividade. O Brasil está na beira do precipício e precisa decidir se dá um passo atrás ou se continua avançando rumo ao abismo.

A frase que foi pronunciada:

“A reputação de mil anos pode ser determinada pela conduta de uma hora.”

Provérbio japonês

História de Brasília

Um senhor chegou ao Banco do Brasil em Brasília e quase não conseguiu o que queria, porque seu nome não era outro senão José Cadê Negócio. (Publicada em 26/5/1962)

O cérebro humano traduzido por ratos

Modelo de camundongo foi desenvolvido para o estudo de doenças e condições neurológicas graves, como esquizofrenia e autismo severo. Pesquisadores completaram crânio do roedor com tecidos cultivados em laboratório

» PALOMA OLIVETO

Pesquisadores da Stanford Medicine, nos Estados Unidos, criaram um camundongo com metade do cérebro de origem humana para estudar distúrbios do neurodesenvolvimento, autismo severo e doenças como esquizofrenia e demências raras. O experimento, descrito na revista *Nature*, resultou em animais com redes neurais funcionando normalmente, o que foi comprovado por testes de laboratório.

Em uma coletiva de imprensa on-line, Sergio Pasca, professor de psiquiatria e ciências comportamentais e líder do estudo, explicou que há décadas busca modelos cerebrais para estudo de condições desafiadoras associadas ao cérebro. Porém, mesmo quando os cientistas conseguiam cultivar organoides — “minicérebros”, ou tecidos tridimensionais que reproduzem regiões cerebrais —, limitações técnicas impediam investigações complexas.

“Por exemplo, mesmo quando mantidos em laboratório durante anos, esses modelos não crescem até atingir o tamanho que teriam no cérebro. Eles não apresentam a mesma atividade eletrofisiológica e, naturalmente, não recebem os estímulos nem produzem as conexões de saída que são tão importantes para o desenvolvimento do cérebro humano”, explicou Pasca. Foi então que o cientista teve a ideia de produzir organoides com células do cérebro humano e implantá-las em camundongos.

Lentidão

Os primeiros modelos foram frustrantes, recordou. “Quando transplantávamos as células humanas, elas mantinham seu próprio ritmo. Em outras palavras, se desenvolviam pelo menos 20 vezes mais lentamente do que as células do roedor.” Enquanto os neurônios do organoide começavam a crescer, os naturais do camundongo já estavam fazendo milhares de conexões entre elas.

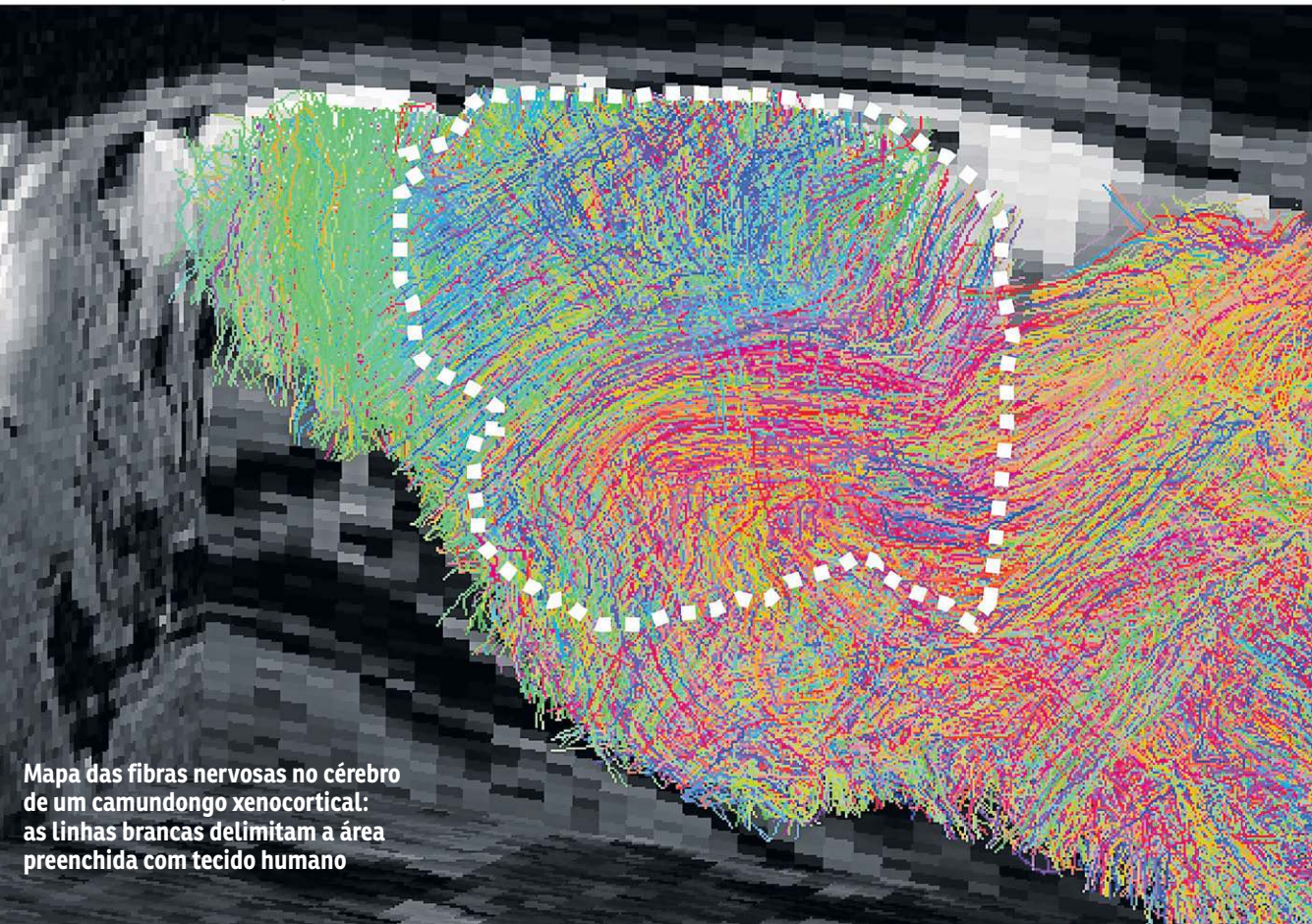
Para enfrentar o problema, os cientistas desenvolveram com engenharia genética um camundongo com “meio cérebro”. “As células que normalmente dariam origem ao córtex ou ao hipocampo são modificadas para que não consigam se dividir. Isso produz o que chamamos de camundongo palial, animais que não possuem cerca de metade do volume do cérebro, embora sejam surpreendentemente funcionais.”

Mesmo sem 98% do córtex, a camada externa associada a muitas funções superiores, como cognição, linguagem, atenção e tomada de decisões, os camundongos paliais se movimentavam normalmente, relatou Pasca. Segundo o cientista, essa é uma evidência de que, quando partes do sistema nervoso são removidas no início do neurodesenvolvimento, as restantes conseguem assumir algumas dessas funções, o que não ocorreria em animais já adultos.

Xenoenxerto

Na cavidade restante do crânio dos camundongos modificados geneticamente, os

S. Pasca, Universidade de Stanford/Divulgação



Mapa das fibras nervosas no cérebro de um camundongo xenocortical: as linhas brancas delimitam a área preenchida com tecido humano

Palavra de especialista

Inovação vital

“O novo estudo eleva o transplante de tecido humano em roedores a um novo patamar, ao tentar substituir uma região inteira do cérebro de um rato por células humanas. Inovar em modelos pré-clínicos é vital, e esse trabalho se baseia no sucesso recente do transplante de organoides cerebrais humanos cultivados em placas de Petri para cérebros de roedores, que demonstrou que, alguns meses após o transplante, o cérebro hospedeiro vasculariza os organoides e acelera a maturação do tecido neural humano. O problema é que novas terapias com potencial altamente promissor em modelos

animais tradicionais quase sempre falham em ensaios clínicos com humanos. Apesar do nosso crescente conhecimento sobre a anatomia e a função do cérebro humano, o progresso terapêutico em neurologia praticamente estagnou. Enquanto isso, os distúrbios cerebrais estão aumentando em nossas sociedades com populações envelhecidas e, para a maioria, não há cura disponível. A comunidade científica agora percebe, cada vez mais, a necessidade de modelos pré-clínicos mais centrados no ser humano, em conjunto com as abordagens existentes.”

Cedric Bardy, professor da Faculdade de Medicina e Saúde Pública da Universidade Flinders

cientistas implantaram o tecido cerebral humano cultivado em laboratório. O xenoenxerto (em grego, xeno significa “estranho”, “forasteiro”) sobreviveu, prosperou e desenvolveu conexões funcionais com os neurônios dos roedores — inclusive com a medula espinhal.

“As células humanas colocadas nesses animais conseguem se dividir e crescer. Em poucas semanas a alguns meses, elas ocupam grande parte desse espaço e formam tecido cortical”, explicou o cientista de Stanford. “Essas células humanas, como descobrimos, ficam relativamente bem conectadas, porque têm mais espaço e mais tempo

para estabelecer conexões com o restante do sistema nervoso. Elas são eletricamente ativas. Podemos examiná-las e observar como estão formando essas redes.”

Segundo Pasca, o modelo animal representa “uma grande oportunidade para começar a utilizar esse modelo na investigação de questões difíceis relacionadas aos transtornos psiquiátricos”. Foi o que os cientistas fizeram em seguida, quando investigaram a possibilidade de modelar, nos animais, aspectos de uma condição chamada lesão hipóxica, provocada pela falta de oxigenação cerebral.

Oxigênio

“Por razões ainda desconhecidas, o cérebro humano é particularmente vulnerável à baixa concentração de oxigênio, especialmente durante o desenvolvimento”, explicou Pasca. Bebês humanos, especialmente prematuros, são muito vulneráveis à condição e, mesmo que o episódio seja curto, as consequências futuras podem ser devastadoras, incluindo epilepsia, paralisia cerebral e aumento do risco de transtorno do espectro autista. Já os filhotes de camundongo podem ser expostos à hipóxia e continuam bem.

Em um dos testes, os pesquisadores expuseram animais normais, paliais (com metade do cérebro) e aqueles que receberam o tecido humano à baixa concentração de oxigênio durante algumas horas. Dias depois, os primeiros e os segundos não haviam sido afetados. Porém, os xenotransplantados começaram a apresentar déficits motores, particularmente na maneira como estabilizavam a marcha. “Esse é um dos primeiros sinais de uma lesão que pode levar à paralisia cerebral e indica que a presença das células humanas provavelmente está contribuindo para esse déficit”

Segundo o psiquiatra, isso é útil não só para compreender como o processo acontece, mas poderá ser essencial para descobrir como tratar as condições. “Não temos falta de ideias sobre como prevenir ou reverter a hipóxia no cérebro em desenvolvimento. O que falta é uma plataforma para testar essas ideias, porque realizar ensaios clínicos nesse estágio tão precoce é extremamente difícil.”

Pasca afirmou que o modelo animal poderá ser usado para testar, futuramente, tratamentos para paralisia cerebral, entre outras

Duas perguntas

IVÁN FERNÁNDEZ VEGA, COORDENADOR DO NÚCLEO DE ORGANOIDES NA PLATAFORMA DE BIOMODELOS E BIOANCOS DO INSTITUTO DE SAÚDE CARLOS III

A abordagem usada pelos pesquisadores foi adequada?

Sim. Trata-se de um estudo tecnicamente muito abrangente que combina histologia e imuno-histoquímica, transcriptômica espacial e de célula única, ressonância magnética, rastreamento neuronal, imagem de cálcio, eletrofisiologia e estudos comportamentais. O uso de abordagens independentes que convergem na mesma direção fortalece consideravelmente as conclusões. Elas examinam o fenômeno a partir de diferentes níveis. Os autores também utilizam controles apropriados, analisam o sexo quando possível e observam que os experimentos e análises foram realizados de forma cega (sem saber quem era do grupo controle) sempre que viável. Alguns dos experimentos mais sofisticados são realizados com apenas alguns animais, portanto, algumas descobertas precisarão ser replicadas em grupos maiores e com um número maior de linhagens celulares.

Quais as implicações clínicas da pesquisa?

A aplicação imediata não é clínica. Trata-se fundamentalmente de um novo modelo experimental. Sua principal utilidade reside no estudo de processos de neurodesenvolvimento, lesões como a hipóxia perinatal e certas doenças neurológicas, utilizando células humanas integradas a um sistema nervoso vivo, e na subsequente avaliação de potenciais tratamentos. O estudo serve como prova de conceito, demonstrando que o estresse hipóxico produz uma resposta marcante no tecido humano enxertado e alterações funcionais mensuráveis no animal. A médio prazo, o valor estará em determinar quais doenças humanas ele reproduz melhor do que os modelos atuais e se os resultados são reproduzíveis em diferentes linhagens de células-tronco pluripotentes, laboratórios e protocolos.

condições. Porém, o cientista alertou que há diversas limitações que impedem uma aplicação imediata. “Também é importante dizer que esse não é um sistema universal. Não é um modelo que substituirá os modelos de células-tronco humanas in vitro ou outros modelos, mas será útil para determinadas aplicações ou características que são difíceis de reproduzir em outros sistemas.”

DESCOBERTA

T.rex: tirano de sangue quente

O temível Tiranossauro rex não era como um lagarto preguiçoso que fica horas sob o Sol para regular sua temperatura. Na verdade, tinha sangue quente, concluiu uma equipe da Universidade da Califórnia em Los Angeles (Ucla), nos Estados Unidos. Os cientistas chegaram à conclusão examinando partes de dentes desse que é considerado um dos mais perigosos predadores do Cretáceo Superior.

Mesmo vivendo mais de 66 milhões de anos antes dos primeiros seres humanos, em um ambiente bastante diferente daquele que daria origem ao Homo sapiens, a temperatura do T.rex beirava os 36 graus celsius, a mesma de uma pessoa. Segundo os cientistas, que usaram fósseis do Museu de História Natural do Condado de Los Angeles, o “rei dos lagartos tiranos” era um predador

ágil capaz de sobreviver em climas frios, que seriam mortais para outros répteis.

A chave para medir a temperatura do T. rex reside em uma interação química de isótopos raros de carbono e oxigênio dentro do esmalte dentário. O número dessas ligações aumenta em temperaturas mais frias e diminui nas mais quentes. “Essa é a base do uso de isótopos como termômetro”, disse Robert Eagle, geobiólogo da Ucla e coautor do estudo.

Durável

Segundo Eagle, teoricamente, é possível fazer essa medição usando qualquer parte do esqueleto, mas os ossos estão constantemente sendo remodelados, dissolvidos e substituídos. “O esmalte dentário possui grandes estruturas cristalinas extremamente

duráveis, tornando-o a parte do esqueleto que mais resiste à alteração química pelo ambiente ao longo dos milênios.”

Eagle e o autor principal, Randy Flores, usaram uma broca odontológica para remover o esmalte dos fósseis e dissolveram o pó resultante em ácido fosfórico para liberar gás carbônico contendo as ligações isotópicas. A medição gasosa com um espectrômetro de massa revelou as proporções isotópicas, explicaram os autores.

Segundo a pesquisa, um T. rex com termorregulação reforça as teorias de que os tiranossauros eram animais ativos, que caçavam ou buscavam alimento para sustentar seu metabolismo acelerado, disse Eagle. Isso também amplia a cronologia, mostrando o quanto esse ancestral das aves modernas, de sangue quente, já havia divergido dos dinossauros de sangue frio.

Pixabay/Divulgação



O fóssil de um dente do tiranossauro: um dos mais predadores do Cretáceo Superior



Candidatos apresentam ações para infância

Da ampliação de creches ao fortalecimento do ensino técnico, os concorrentes ao Palácio do Buriti destacam as prioridades voltadas a crianças e adolescentes no DF. Especialistas alertam sobre a questão das desigualdades regionais

» LETÍCIA MOUHAMAD

Um em cada quatro residentes do Distrito Federal é criança ou adolescente, dos quais 60,8% correspondem à faixa etária de 0 a 11 anos e 39,2%, aos de 12 a 18 anos. É o que indica o levantamento “Retratos do Distrito Federal: crianças e adolescentes”, produzido pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF) e divulgado em outubro de 2025, com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A 2024).

Na ocasião da pesquisa, os resultados mostraram que aspectos como saúde, educação, conectividade, inserção no trabalho e condições domiciliares “estavam fortemente associados ao nível de renda, ao local de residência e à raça/cor”. As evidências destacaram a necessidade de políticas públicas voltadas a esse público, com ações que promovam bem-estar, proteção e oportunidades.

A menos de 20 dias para o primeiro turno das eleições, essas questões continuam urgentes, de vagas em creches à cobertura vacinal. Por isso, além de questionar as propostas dos concorrentes ao Palácio do Buriti, o **Correio** conversou com especialistas em políticas públicas para a infância e juventude a fim de mapear quais são — e quais deveriam ser — as prioridades dos postulantes no que diz respeito às crianças e aos adolescentes.

Foco no ensino integral

A governadora e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), estrutura suas propostas a partir do acompanhamento contínuo da população jovem, integrando desde o suporte inicial na gestação até a inserção no mercado de trabalho. “Acredito que cuidar do futuro começa na primeira infância. Por isso, estamos apoiando as famílias desde a gestação, ampliando a educação em tempo integral e criando o (programa) Primeiras Letras, para que toda criança termine o 2º ano sabendo ler e escrever”, declara.

Na transição para a juventude, a candidata aposta na capacitação profissional e na ampliação de oportunidades sociais. “Vamos acompanhar essa criança até a juventude, abrindo portas para o primeiro emprego com o Primeiro Sim e para a formação profissional com o Trampo Novo, além de ampliar oportunidades no esporte e na cultura”, acrescenta. O compromisso, segundo Celina, é de que cada criança e jovem do DF tenham “oportunidade de sonhar e, principalmente, condições para realizar”.

O ex-governador e candidato José Roberto Arruda (PSD) estabelece a expansão escolar como eixo central, mas direciona suas propostas ao fornecimento de serviços essenciais dentro das unidades de ensino. “É essencial ter vagas em creches para todos, para que os responsáveis, principalmente as mães, possam trabalhar com tranquilidade”. Para a educação básica, fundamental e média, o concorrente ao Buriti promete entregar escolas em tempo integral, reformadas, com ensino bilíngue e cinco refeições diárias.

Arruda destaca a retomada de projetos assistenciais e a construção de infraestrutura para afastar os jovens da vulnerabilidade. “Vamos voltar com os programas Bolsa Universitária, Ciência em Foco e Dentista nas Escolas. Esporte é parte da socialização dos jovens, por isso vamos construir novos 12 centros olímpicos para manter jovens próximos de uma atividade extracurricular e longe da criminalidade”, complementa.

Alinhado ao objetivo de zerar a fila na educação infantil, Leandro Grass (PT) foca na infraestrutura física e propõe metas quantitativas com apoio federal. “Para a primeira infância, meu compromisso é



zerar a fila das creches, construindo 100 unidades com a ajuda de programas federais. Na escola, vou levar a educação integral em tempo integral, com cultura, esporte e qualificação para os jovens”, afirma.

Para a faixa etária mais elevada, o candidato reforça o suporte financeiro e a descentralização do acesso a serviços nas periferias. “Para os jovens, vou implementar o programa Juventude com Futuro, garantindo o primeiro emprego, bolsa-formação e estágio. Além de proporcionar mais acesso à cultura e ao esporte na própria região em que vivem”, ressalta Grass.

Primeiro emprego

A candidata pelo PSDB, Paula Belmonte, defende a articulação entre diferentes áreas da gestão para garantir o suporte às famílias. “Nosso plano de governo prevê ampliação de creches e uma rede integrada de cuidado que una educação, saúde, assistência e proteção às famílias. Vamos implementar a educação integral de verdade, com alimentação de qualidade, esporte, cultura, tecnologia e idiomas dentro da jornada escolar”, enfatiza.

Na fase de transição para o mercado de trabalho, Paula propõe adequar o ensino técnico ao perfil econômico local. “Para os jovens, vamos fortalecer o ensino técnico e profissional, aproximando a formação das vocações de cada região e do mercado de trabalho”, diz. O objetivo, segundo ela, é garantir oportunidades para que crianças e jovens desenvolvam talentos e “construam o próprio futuro”, pontua.

O fortalecimento do ensino técnico é

prioridade para Kiko Caputo (Novo), que propõe o acompanhamento pedagógico contínuo desde os primeiros anos de vida. “Na primeira infância, vamos ampliar as vagas em creches e pré-escolas, priorizar a alfabetização e acompanhar de perto o desenvolvimento e a aprendizagem de cada criança”, propõe.

Para a juventude, o candidato prevê ampliar o ensino técnico e tecnológico, criar o programa Passaporte de Talentos e Futuro e aproximar a formação das oportunidades de trabalho. “Também vamos criar caminhos para a primeira experiência profissional, com estágios e programas de primeiro emprego, além de ampliar o esporte no contraturno escolar”, explica Caputo.

Em relação à primeira infância, Ricardo Cappelli (PSB) pretende priorizar a atenção perinatal e o atendimento nas maternidades públicas. “Temos que resolver o problema das maternidades no DF. Não é possível que a gente tenha bebês e mães morrendo por falta de atendimento, por negligência e por incompetência. Nós também vamos zerar o deficit de vagas em creches”, sustenta.

Além de defender a escola em tempo integral como apoio às mães, Cappelli enfatiza a valorização do magistério e a descentralização de espaços públicos para a juventude. “Temos hoje o pior Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio do Brasil. Precisamos reverter isso contratando professores efetivos, zerando banco, fazendo concursos, garantindo o maior salário do Brasil para

os professores”, descreve. Cappelli promete criar equipamentos de esporte e cultura e acesso à tecnologia.

Mais compreensão

Para Robert Lamas, professor de direito do Ceub e especialista em psicopedagogia, falta às propostas dos postulantes ao GDF a compreensão da primeira infância como uma política de redução das desigualdades regionais, e não apenas como uma pauta assistencial.

“Em geral, aparece o discurso de ‘ampliar creches’, mas sem explicar onde, com quais recursos e com qual padrão de qualidade. Quase ninguém aborda a questão a partir do recorte por região administrativa, que é justamente onde a desigualdade se manifesta de maneira mais concreta”, justifica.

No DF, segundo Lamas, há dois cenários diferentes dentro de um mesmo território: a universalização do ensino no Plano Piloto e o deficit educacional nas regiões periféricas. “Vaga em creche é um direito exigível. Não se trata de uma promessa de campanha, mas de uma obrigação legal”, diz o professor, acrescentando que o grande desafio não é apenas abrir vagas, mas garantir um padrão pedagógico mais sólido.

“Construir CEPs (Centros de Educação da Primeira Infância) demanda tempo, mas garante um padrão pedagógico mais sólido. A parceria com a rede privada responde mais rapidamente, mas, sem a devida fiscalização, corre o risco de criar uma ‘colcha de retalhos’ pedagógica”, alerta.

Outra fragilidade apontada pelo

docente é a falta de comunicação entre os serviços públicos nas periferias. “Hoje, uma criança de 2 anos na Estrutural precisa da creche, da Unidade Básica de Saúde e do Cras, mas esses três sistemas praticamente não se conversam. Cada um opera com a sua própria ficha. Embora o Marco Legal da Primeira Infância preveja essa intersetorialidade, a integração não existe na prática”, adverte.

Como solução, o especialista defende a criação de um comitê gestor na Casa Civil e um prontuário único de zero a 6 anos: “Sem essa busca ativa conjunta, o governo continuará perdendo janelas cruciais de desenvolvimento que não voltam mais”.

Invisibilidade

Mestra em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), Evelyn Apolinária ressalta que as propostas eleitorais costumam limitar as demandas da infância e juventude ao ambiente escolar, ignorando vulnerabilidades sociais mais amplas.

“Há uma série de habilidades em esporte, lazer e arte que ficam negligenciadas porque as famílias de baixa renda não conseguem arcar com esses custos. Além disso, enfrentamos urgências como a gravidez na adolescência, que atingiu 2 mil jovens de 14 a 18 anos no DF em 2024, sendo 65,8% delas negras”, aponta.

Evelyn, que participou da consolidação do levantamento “Retratos do Distrito Federal: crianças e adolescentes”, destaca que o debate eleitoral precisa encarar os dados de dependência da rede pública de saúde e a queda na cobertura vacinal. “Cerca de 88% das crianças de regiões de baixa renda no DF dependem exclusivamente do SUS. Se a cobertura de vacinas essenciais cai, o impacto é direto nessas famílias, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade”.

Outro indicador preocupante para a cientista política trata do trabalho infantil e juvenil, que atinge 11,2% dos adolescentes de 14 a 18 anos na capital, “forçando-os a abandonar os estudos para compor a renda familiar”, diz, ao defender propostas de estado de longo prazo em vez de promessas imediatistas de campanha.

Planejamento

O professor da UnB e coordenador do Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude (NEIJ/UnB), Assis da Costa Oliveira, pontua que o DF possui arcabouço normativo avançado — como o Plano Distrital pela Primeira Infância —, mas falha em transformar os R\$ 7,2 bilhões empenhados no Orçamento Criança e Adolescente (OCA) em resultados concretos nas periferias.

“O desafio central não é apenas gastar mais, mas saber quem está sendo alcançado e quem continua excluído. Crianças e adolescentes não votam e acabam invisibilizados nos discursos gerais sobre saúde ou mobilidade, descumprindo o princípio constitucional da prioridade absoluta”, argumenta.

Assis defende que o próximo governador trate a pauta como uma dimensão transversal gerida no centro do governo, reinstituindo instâncias como o Comitê de Participação Adolescente e o Comitê Intersetorial da Primeira Infância.

“Precisamos olhar para a infância por meio da diversidade territorial e de novos desafios urgentes, como o impacto das mudanças climáticas no Cerrado — que afeta a saúde respiratória e o acesso ao saneamento no período de seca —, além do direito à cidade. Políticas de transporte, parques públicos e segurança pública também são, fundamentalmente, políticas de proteção à infância e à juventude”, ressalta o coordenador do NEIJ.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

História de cinema

Jamais imaginaria que Nietzsche, o meu filósofo preferido, baixaria na Estrutural. Mas é isso mesmo que aconteceu no premiado curta de ficção *Meu amigo Nietzsche*, do talentoso cineasta brasileiro Faúston Silva.

Quando estava filmando, uma senhora perguntou ao diretor se Nietzsche era o nome de algum traficante da

comunidade. Nietzsche dizia que não era um homem, mas, sim, uma dinamite. Em *Meu amigo Nietzsche*, numa trama engenhosa, Lucas, um garoto com desempenho escolar ruim, encontra no Lixão um exemplar de *Assim falava Zaratustra*, e a leitura do livro desencadeia uma revolução na vida dele, na relação com a família e com a comunidade.

Ele se transforma em um garoto-dinamite. Lucas é tomado pelas profecias de Zaratustra de maneira semelhante ao Dom Quixote, que enlouquece ao ler as aventuras de cavalaria. Mas Faúston mostra o confronto dramático do menino-filósofo com a comunidade de uma maneira

inteligente e bem-humorada.

Ao proclamar que “Deus está morto!”, por exemplo, ele passa por uma sessão de descarrego em uma igreja evangélica fundamentalista. Na escola, arregimenta uma legião de pequenos super-homens entre os colegas.

É, simultaneamente, um filme sobre o analfabetismo funcional, sobre o poder da transformação do conhecimento e sobre a força transfiguradora da poesia. “Avaliar é criar; sem avaliação, a existência seria oca”, proclama o garoto-dinamite, a plenos pulmões. Sem formular nenhuma tese, Faúston toca nos temas mais espinhosos com rara delicadeza. Ele mostra que a loucura

lúcida da poesia salva da mediocridade.

Meu amigo Nietzsche colecionou uma galeria de prêmios pelo Brasil e pelo mundo. Ganhou, entre outros, o Prêmio de Melhor Filme do Público e Melhor Comédia no prestigioso Festival Internacional de Clemond-Ferrand, na França, um dos mais importantes eventos do gênero. Pois bem, o filme ganhou o Prêmio Câmara Legislativa em 2012 e, com isso, decolou uma carreira internacional.

Em entrevista ao **Correio**, Faúston lembra que a reação da plateia de Clemond-Ferrand lhe proporcionou um dos momentos mais epifânicos da vida. Quando terminou a exibição de *Meu amigo*

Nietzsche, 1,4 mil pessoas ficaram de pé, aplaudindo e cantando. O evento não costumava brindar dois prêmios para o mesmo filme, mas a exceção foi aberta para a fita brasiliense, que recebeu laureas de Melhor Filme e Melhor Comédia.

Lembrei-me do filme exibido na Mostra Brasília de 2012 por causa das ameaças que pairaram de não realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Dessa mostra saíram outros filmes que se destacaram em festivais internacionais. Então, em vez de ser ameaçada, ela deveria receber mais incentivo. É a cultura que nos representa, é a cultura que confere dignidade a Brasília.



Transporte como prioridade

Candidatos apresentaram propostas de tarifa zero, ampliação do metrô e construção de VLT e BRT em várias regiões

Investimento em mobilidade urbana

» MILA FERREIRA

A governadora do Distrito Federal e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), anunciou, ontem, a conclusão do estudo de viabilidade para a construção da Linha 2 do sistema metrôviário, passando pelo Gama e por outras regiões. Ela também anunciou a finalização de outros estudos para a implementação de duas linhas do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

“O estudo da linha 2 foi feito

diante da demanda do crescimento populacional daquela região, que tem um fluxo migratório diário para o centro de Brasília”, destacou Celina. “No caso da linha 1 do VLT, ela irá do aeroporto até o Noroeste. Seremos a primeira cidade do Brasil a ter VLT saindo de dentro do aeroporto. A segunda linha do VLT vai de Taguatinga até o Sol Nascente”, completou.

Em São Sebastião, a governadora inaugurou o comitê de campanha e fez uma carreata pela região.

Ela anunciou que, se for eleita, entregará o hospital da cidade. “Estamos com a previsão de mais dois viadutos aqui nessa região do Caminho do Sol. Também fizemos um grande planejamento para a área de drenagem fluvial e de saneamento de esgoto para esses novos bairros, que são Novas Crixás e Morro da Cruz, isso nós já estamos fazendo os projetos básicos. A previsão de investimento nessas obras é de quase R\$ 1 bilhão”, acrescentou.

Foto: Fábio Cruz/Ascom



Celina anunciou a conclusão de estudos técnicos para o metrô

» PAULA BELMONTE

PROTEÇÃO À MULHER

Durante agenda no Centro de Ceilândia, ontem, a candidata ao GDF Paula Belmonte (PSDB) prometeu inaugurar outro hospital na região e comentou sobre suas ações para garantir acolhimento à mulher. “Vamos cuidar da saúde, tanto para Ceilândia como para Brasília. Temos o foco de fortalecer as Unidades Básicas de Saúde (UBS), que são a atenção primária. Atendendo a atenção primária, com certeza vamos fazer com que a saúde tenha uma qualidade melhor”, afirmou. Outra ação, segundo ela, será oferecer mais apoio para mães atípicas e mulheres, de uma forma geral. “Vamos fazer política de verdade para as mulheres. Temos várias mães atípicas que precisam de emprego e que, muitas vezes, também sofrem nas filas dos hospitais”, pontuou.

» KIKO CAPUTO

CARTA DE COMPROMISSO

O candidato ao GDF Kiko Caputo (Novo) afirmou, ontem, que não pretende acabar com o modelo de escolas cívico-militares no Distrito Federal e admitiu a possibilidade de ampliar a experiência em um eventual governo. A declaração ocorreu durante a assinatura de uma carta de compromissos com o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), que apresentou ao candidato uma pauta de reivindicações da categoria. “Vejo com bons olhos a escola cívico-militar. Acho que é uma experiência que já se mostrou exitosa”, afirmou. Ao comentar as demandas apresentadas pelo Sinpro, Kiko assinalou que a educação estará entre as prioridades de um eventual governo.

» RICARDO CAPPELLI

BRT E ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Ricardo Cappelli, candidato do PSB ao GDF, defendeu, ontem, projetos de mobilidade urbana. Ele cumpriu agenda na Rodoviária do Plano Piloto e em Sobradinho I e II, onde enfatizou a importância da implementação do BRT no eixo norte. Cappelli também propôs isenção de IPVA para motoristas de aplicativos e entregadores. O candidato apontou a expansão do BRT como uma das prioridades de seu governo. Além disso, defendeu a implementação de corredores expressos como alternativa para diminuir o tempo gasto pela população em seus trajetos diários. Sobre a redução de impostos para motoristas e entregadores por aplicativos, Cappelli disse que “esse é um compromisso com quem trabalha, trabalha muito e precisa ter menos imposto para poder ganhar mais com o seu trabalho”.

Divulgação



Em sabatina, Arruda prometeu enxugar a máquina pública

Direito de ser julgado nas urnas

» ANA CAROLINA ALVES

O candidato ao GDF José Roberto Arruda (PSD) participou, ontem, de uma sabatina promovida por veículos de comunicação. Sobre suas condenações por improbidade administrativa, ele ressaltou que cumpriu a pena determinada pela Justiça e que está apto a disputar as eleições. “Se eu tivesse matado alguém, já estaria livre. Só quero ter o direito de ser julgado nas urnas”, destacou.

A respeito da gestão do Banco de Brasília (BRB), Arruda defendeu o fechamento de agências, o cancelamento de patrocínios e a regionalização da instituição. “Não tem salvação para o BRB se não tiver um novo aporte de recurso. Eu buscaria, em negociação com o governo federal, trazer o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) para ser aplicado no BRB”, destacou.

Ele citou iniciativas de sua gestão anterior, como a criação da

Secretaria Especial de Educação Integral, o programa Ciência em Foco e a Bolsa Universitária. “Eu não estou prometendo, eu já fiz”, afirmou. O candidato também propôs um 14º salário para servidores de escolas que aumentarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de um ano para o outro.

Na administração pública, prometeu reduzir de 37 para 18 o número de secretarias e de 27 mil para 12 mil os cargos comissionados.

Reprodução/Jr Rosa



Grass panfletou no Restaurante Universitário da UnB

Tarifa zero para estudantes da capital

» LUIZ FELLIPE ALVES

Em panfletagem no Restaurante Universitário (RU) da UnB, na tarde de ontem, o candidato pelo PT ao GDF, Leandro Grass, destacou propostas para o transporte público, com foco nos estudantes. Ele também propôs integrar pesquisas feitas na universidade aos planos de soluções do governo.

Sobre o transporte público, a principal proposta de Grass é implementar a tarifa zero para os

estudantes. “O primeiro passo é garantir aos alunos o transporte público de qualidade, implementação da tarifa zero todos os dias e mais linhas de ônibus”, disse.

Grass afirmou que pretende firmar uma parceria entre o governo e a universidade. “Queremos, por meio da pesquisa e da inovação, ampliar as oportunidades de trabalho de primeiro emprego para a juventude”, destacou.

O candidato também comentou suas propostas para a

segurança pública, que incluem mais policiamento e integração tecnológica, bem como a criação de protocolos de combate ao feminicídio. “Vamos ampliar as delegacias da mulher e garantir às mulheres a possibilidade de denunciar e ter a proteção do Estado”, garantiu.

À noite, Grass participou de um evento na Praça do Trabalhador, em Ceilândia, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

CONFIRA AGENDA DOS CANDIDATOS AO GDF HOJE

CELINA LEÃO (PP):

8h30 | Café da manhã com empresários e funcionários do SOF Sul
9h30 | Café da manhã com defensores públicos - Asa Sul
11h | Visita às tendas do programa GDF na Sua Porta, edição de Brazlândia

15h | Reunião na DF Aves - Brazlândia
15h30 | Visitas em Brazlândia
20h | Reunião com a equipe da gerente da UPA de Brazlândia, dona Célia
20h30 | Reunião com moradores da Ceilândia, Grupo 8
21h30 | Bate-papo com Carlos

Dalvan e Rôney Nemer - Ceilândia

ARRUDA (PSB):

11h45 | Sabatina em emissora de TV
15h | Reunião Marcelo Manieros — BH Distribuidor
16h30 | Carreata/Caminhada (Ponto de partida a confirmar)
19h | Reunião do Tornáz em Santa Maria
20h | Feira Noturna da Ponte Alta

LEANDRO GRASS (PT):

11h | Sabatina em emissora de TV
12h30 | Panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto
15h | Sabatina SINDEPO
17h | Conversa com rodoviários na Asa Norte
18h30 | Conversa com médicos veterinários no Teatro dos Bancários
19h | Encontro com advogados e juristas - Oca do Lago

PAULA BELMONTE (PSDB):

10h | Sabatina em veículos de imprensa
13h | Reunião com Diego Gordinho, Presidente da Assinfra
15h | Visitas e caminhada na Estrutural e na Chácara Santa Luzia
18h30 - Bate Papo com candidatos ao GDF - ASSESPRO-DF
20h30 - Sessão Solene em Homenagem a JK

KIKO CAPUTO (NOVO):

8h30 | Entrevista para emissora de TV
11h | Sabatina no Sinduscon-DF
14h | Reunião com lideranças sindicais - Asa Norte
16h | Entrevista para Podcast - Sindepo
19h | Debate ACDF

RICARDO CAPPELLI (PSB):

6h | Panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto
9h | Panfletagem em Planaltina
14h | Panfletagem no Arapoanga

SAMARA MINEIRO (UP):

6h | Panfletagem em conversa com trabalhadores da

fábrica da Coca-Cola
7h | Panfletagem na Praça do Relógio
12h | Visita ao campus de Ceilândia da UnB
13h30 | Almoço com apoiadores em Ceilândia
17h | Reunião com apoiadores e lideranças em Ceilândia
18h | Visita à Universidade Estácio campus Taguatinga

PROFESSOR ROBSON (PSTU):

11h às 13h | UnDF/lesb de Ceilândia
16h | Gravação para emissora de tv

ELISSON FERREIRA (AGIR):

7h | Panfletagem na Estação Ceilândia
8h36 | Encontro em Taguatinga
10h | Diálogo na Asa Sul
12h | Almoço na Asa Sul
14h | Encontro no Taquari
15h36 | Agenda em Sobradinho II
16h36 | Visita ao Noroeste
17h36 | Encontro na Asa Norte
18h36 | Agenda no Lago Norte
22h | Encontro no Setor de Clubes Norte
23h36 | Panfletagem em bares da Asa Sul e Sudoeste

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026
UASG 253002

Objeto, Aquisição de material de consumo para formação de registro de preços mediante assinatura de atas, nos termos do edital.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 02/10/2026, às 10:00h, www.compras.gov.br.

INFORMAÇÃO GERAL: O edital encontra-se à disposição dos interessados no site oficial do Governo Federal: www.compras.gov.br e na Coordenação de Licitações Públicas - COLIP/GGGA/ANVISA, localizada no SIA, Trecho 5, Área Especial nº 57, Bloco D, Térreo, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:59 horas.

RENATA MENESES DE MELO
Coordenadora de Licitações Públicas

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 171/2026

Objeto: Contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de serviços de condução de veículos (motoristas), executados de forma contínua com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas de transporte na Sede da ANTT, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos. Data de início de recebimento de propostas: 16/09/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica Data de Abertura: 02/10/2026, 10:00 Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras/acompanhamento-compra?compra=39300105001712026>.

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

INVESTIGAÇÃO

Dois presos por extorquir casais

Criminosos obtinham acesso a imagens e vídeos íntimos de pessoas que utilizavam uma plataforma de relacionamento voltada a casais liberais

» DARCIANNE DIOGO

Um grupo suspeito de extorquir vítimas que utilizavam uma plataforma de relacionamento voltada a casais liberais foi alvo de uma operação policial que resultou na prisão preventiva de duas pessoas. Outros quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos nos estados do Mato Grosso e de Santa Catarina. O grupo ameaçava divulgar conteúdo íntimo e chantageava as vítimas com valores que variam de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil.

A ação foi deflagrada ontem pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos, vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DRCC/DECOR) da Polícia Civil.

Segundo o delegado Pedro Sardá, os criminosos conseguiram acesso a imagens e vídeos íntimos e, depois, entravam em contato com as vítimas para exigir pagamentos em dinheiro sob ameaça de divulgar o material a familiares, colegas de trabalho e outras pessoas próximas.

A operação apontou que os crimes eram praticados de forma coordenada e que os investigados mantinham vínculos entre si. A polícia identificou a movimentação de valores por meio de contas bancárias digitais e intermediários financeiros,

utilizados para receber e distribuir o dinheiro obtido nas extorsões, dificultando o rastreamento dos recursos e a identificação dos envolvidos.

Os suspeitos foram localizados a partir do cruzamento de vestígios digitais e financeiros obtidos durante a investigação. Dispositivos eletrônicos e outros materiais foram apreendidos nas buscas e serão submetidos à perícia para identificar novas vítimas, envolvidos e possíveis crimes. A análise também indicou que o grupo continuava em atividade, o que motivou a adoção das medidas cautelares.

Pena máxima

Os investigados poderão responder, em tese, por extorsão, associação criminosa e divulgação ou transmissão de cena de nudez ou conteúdo íntimo sem consentimento. Somadas, as penas máximas previstas para esses crimes podem chegar a 18 anos de reclusão, sem prejuízo de outros delitos que sejam identificados no decorrer das apurações.

Em nota, a Polícia Civil orienta que vítimas desse tipo de crime não façam pagamentos e procurem uma unidade policial para registrar a ocorrência. A recomendação é guardar mensagens, comprovantes de pagamento e outros registros das ameaças. O material pode auxiliar na investigação.

PCDF/Divulgação



Ação foi liderada pela Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos

CANDANGOLÂNDIA

PCDF apreende dezenas de canetas emagrecedoras

PCDF/Divulgação



Outros tipos de medicamentos também foram apreendidos

Dezenas de canetas emagrecedoras de tirzepatida, da marca TG, e retatrutida vendidas irregularmente foram apreendidas durante uma operação conduzida pela 11ª Delegacia de Polícia (Núcleo Bandeirante). A ação foi na última terça-feira na Candangolândia e resultou na prisão em flagrante de um homem.

A operação Bula Negra cumpriu mandado de busca e apreensão em uma residência apontada pelas investigações como local de armazenamento dos produtos. Além das canetas, os policiais encontraram Dysport, Sculptra, Line Body e Glow GHK-CU, e diferentes tipos de anabolizantes. Segundo a investigação, os produtos eram comprados no Paraguai e mantidos na residência sem condições consideradas adequadas de conservação.

A polícia afirma que a venda ocorria principalmente pela internet. Depois da negociação, os produtos eram entregues por motoboys. Os investigadores também identificaram a oferta dos medicamentos sem a exigência de prescrição médica.

No lugar da receita, segundo a apuração, os consumidores recebiam um chamado “protocolo alternativo”. Em algumas situações,

os medicamentos também seriam aplicados no próprio local, de maneira irregular.

Um dos investigados foi preso em flagrante. A investigação apura a comercialização irregular de produtos sujeitos a controle sanitário e a condições em que eram armazenados, vendidos e, em alguns casos, aplicados aos consumidores.

Riscos

A endocrinologista Ana Paula Rocha alerta que a compra de canetas emagrecedoras fora de farmácias autorizadas pode comprometer a segurança do tratamento. Segundo ela, não há garantia sobre a composição, pureza ou concentração do produto. “As vezes, ele pode ser autêntico, mas a concentração pode estar diferente da do rótulo, então você perde a segurança.”

A especialista ressaltou os riscos relacionados à conservação inadequada das canetas. “Quando você as expõe a oscilações térmicas muito grandes, há comprometimento da estabilidade e da potência”, afirmou. Sem acompanhamento médico, o uso pode ocorrer em doses inadequadas ou até em casos de contraindicação. (Darcianne Diogo e Davi Cruz)



27 ANOS CONSTRUINDO O QUE PERMANECE

Há 27 anos, a Faenge cresce junto com Brasília e faz parte das histórias que dão vida à cidade. O que construímos até aqui inspira tudo o que ainda vamos construir.

ÁGUAS CLARAS,
NOROESTE E PARK SUL
STUDIO, 1, 2, 3 E 4 QUARTOS
COBERTURAS E LOJAS

SEU IMÓVEL
MERECE SER
UM **FAENGE**

VISITE OS DECORADOS



CENTRAIS DE VENDAS
30202000



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Minervino Junior/CB/D.A Press



Lula diz que Ibaneis é o responsável pela crise do BRB

Em evento de campanha, em Ceilândia, o presidente Lula pediu votos a Leandro Grass (PT) e criticou o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) e a governadora Celina Leão (PP) pela situação do BRB. “Quem quebrou o BRB foi a ligação entre o Ibaneis e o Vorcara, do Banco Master. O BRB comprou títulos que não existiam: R\$ 12 bilhões”. Lula acrescentou: “A governadora deveria estar preocupada era com a prisão do Ibaneis, porque ele quebrou o banco quando foi denunciado, retirou a candidatura e está escondido onde? Gastando o dinheiro que foi roubado”. Lula e Ibaneis estão em confronto desde o 8 de Janeiro. Lula não perdoa o ex-governador por acreditar que ele poderia ter evitado a invasão na Praça dos Três Poderes.

Celina: “Lula age como presidente de um partido”

Ao saber que o presidente Lula garantiu que não ajudará o BRB, Celina postou uma manifestação nas redes sociais: “Lamento a declaração de um presidente da República que quer quebrar o BRB. Eu pensei que ele fosse presidente do Brasil. Pensei também que os brasileiros fossem brasileiros. Pensei que o DF fizesse parte da República Federativa do Brasil, mas para ele, não. Age como presidente de um partido”.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Minervino Junior/CB/D.A Press



Voto no mesmo time

No ato de campanha ontem, o presidente Lula insistiu muito no voto nas duas candidatas ao Senado do

seu time no DF, Leila do Vôlei (PDT) e Érika Kokay (PT). Falou e repetiu várias vezes. É para deixar claro que não concorda com algumas possíveis resistências a Leila entre petistas.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Arruda insiste em atacar o TRE-DF e pode ter problemas

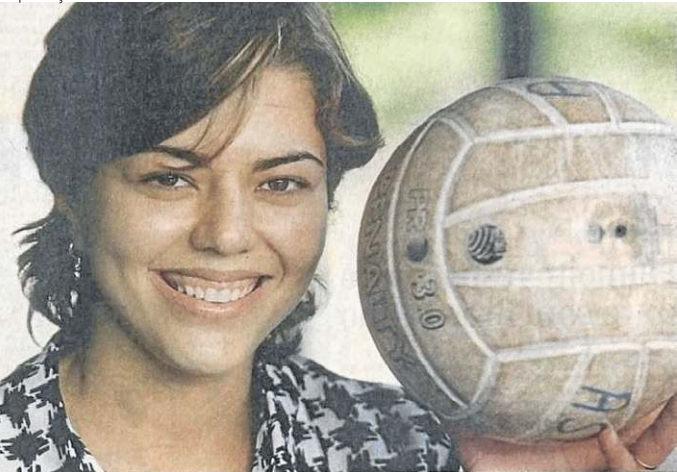
No dia seguinte ao indeferimento do registro de sua candidatura pelo TRE-DF, José Roberto Arruda (PSD) convocou uma entrevista coletiva para afirmar que sua campanha segue viva. Não passaram batidas, porém, insinuações gravíssimas

de Arruda sobre a atuação da Corte eleitoral. Embora tenha dito que o Judiciário deve ser respeitado quando se ganha e quando se perde, o candidato, ao perder, levantou suspeitas, sem apresentar provas, de que haveria algum tipo de atuação contaminada dos magistrados. Na véspera, durante o julgamento, o presidente do TRE-DF, desembargador Angelo Passarelli, havia se pronunciado e defendido a imparcialidade de seus membros. Ele chegou a afirmar que não serão aceitas bravatas que ponham sua seriedade em dúvida. Mesmo recebendo um “alerta” do Tribunal, em entrevista à CBN ontem, Arruda dobrou a aposta e falou em um “acordo” do TRE para barrar sua candidatura, influenciado por outros candidatos.

Rugas

A declaração — que busca mobilizar a base em momento em que, diante das incertezas, Arruda derrete nas pesquisas — não apenas pode gerar uma indisposição com o TRE-DF que ainda julgará outros temas dessa eleição, mas tem potencial para gerar rugas também com o TSE, de quem Arruda ainda depende no seu sonho de seguir candidato. A aposta é de advogados e magistrados que conhecem o funcionamento da Justiça.

Reprodução



Consagração

Em outubro, quando Leila do Vôlei (PDT) tentará a reeleição como senadora do Distrito Federal, a atleta completará 30 anos da consagração no esporte que a tornou conhecida. Em 1996, Leila retornava a Brasília, aos 25 anos, eleita como melhor jogadora do Grand Prix de Vôlei, vencido pelo Brasil, na China.

Imperador e pena de morte

Em entrevista ao **Correio**, Renan Santos (Missão), candidato à Presidência da República, disse ser a favor da pena de morte por princípio, mas jamais, caso eleito, tentaria mudar a Constituição. E foi irônico: “O Congresso transformaria o Daniel Vorcara em imperador do Brasil”.

Ana Maria Campos/CB/D.A Press



Reprodução/Redes Sociais



Reforma do STF, já

Candidato ao Senado, o ex-deputado federal Ronaldo Fonseca (PSD) fez um pronunciamento para as redes sociais ontem em frente ao STF: “É aqui onde estão os problemas da sociedade. Além de julgar, eles estão criando os problemas. Por isso, o Senado precisa decidir. O Senado é o controle externo desses ministros que estão criando problemas para a sociedade. Sem radicalismo, mas com responsabilidade, reforma do STF já”.

Novo show

Após um período afastado dos palcos, o humorista Gustavo Mendes volta à cena exatamente como o público gosta: mais afiado, mais livre, mais provocador. *Mais atrevido*, seu novo show, reúne os textos mais marcantes de sua trajetória, observações inéditas sobre o cotidiano, improvisos e histórias nunca contadas, além das imitações que o transformaram em um fenômeno nacional, com destaque para a ex-presidente Dilma

Rousseff, personagem que o projetou para todo o país e se tornou um marco do humor brasileiro a partir de 2011. Nesta campanha, ele apareceu bastante ao provocar os candidatos Celina Leão (PP) e José Roberto Arruda (PSD). O ator fará única apresentação do espetáculo, em 3 de outubro, no Teatro dos Bancários, em Brasília. Um dia antes da eleição.

Ronaldo Gutierrez



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

MEIO AMBIENTE

Ampliação de áreas protegidas

GDF cria o Parque Distrital das Águas, em Brazlândia, com 1,7 mil hectares na região da Bacia do Descoberto. Outras seis unidades de conservação completam política de preservação do Cerrado e de recursos naturais, além de gestão patrimonial

» CARLOS SILVA

O Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou a criação do Parque Distrital das Águas, em Brazlândia, com, aproximadamente, 1,7 mil hectares. Segundo o Executivo local, a unidade na Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto será a maior da categoria no DF. De acordo com o governo, o território abrangido pelo novo parque tem relevância para a preservação do Cerrado, das nascentes, dos cursos d'água e da biodiversidade, além de integrar a região da Bacia do Descoberto, considerada estratégica para o abastecimento da população da capital. Durante a assinatura do decreto que cria a unidade, a governadora do DF, Celina Leão (PP), destacou que a medida busca assegurar a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações. “O nome Parque Distrital das Águas traduz exatamente aquilo que queremos defender: nossas nascentes, nossos cursos d'água, nossa biodiversidade e a segurança hídrica para as próximas gerações”, afirmou. A governadora também classificou a criação da unidade como uma medida de proteção do território

Fotos: Ascom/Ibram



Criação do parque também resolve pressão para ocupação territorial

diante das pressões de ocupação. “Esta área vinha sofrendo pressão pela ocupação territorial. E nós escolhemos o caminho da responsabilidade: proteger, preservar e transformar esse território em patrimônio de todos os brasileiros”, disse.

Rede de proteção

Segundo o governo, a criação do parque integra uma política de ampliação da rede de unidades de conservação do DF. O Executivo afirma que, desde abril de



Área do novo parque de Brazlândia tem 1,7 mil hectares, aproximadamente

2026, foram criadas sete unidades de conservação em diferentes regiões, com foco na proteção do Cerrado, de nascentes, áreas de recarga hídrica, biodiversidade e corredores ecológicos.

Além do Parque Distrital das

Águas, a lista apresentada pelo governo inclui o Parque Distrital da Serrinha; o Monumento Natural do Ribeirão Sobradinho; a Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do Ribeirão Sobradinho; o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Canela de

Ema, em Sobradinho 2; o Parque Distrital Lobo-Guará, em Planaltina; e o Refúgio de Vida Silvestre dos Córregos Cachoeirinha e Coqueirão, no Paranoá. Com a criação das áreas, o governo afirma que o DF passa a contar com 88 unidades de conservação, considerando parques e outras categorias de proteção ambiental. A administração local sustenta que a expansão da rede tem como objetivo não apenas aumentar a quantidade de território protegido, mas também estabelecer mecanismos de gestão e planejamento para essas regiões. A política de conservação apresentada pelo Executivo prevê, ainda, que as unidades sejam utilizadas para atividades de educação ambiental, pesquisa, lazer e turismo sustentável. A estratégia é transformar áreas consideradas ambientalmente relevantes em territórios submetidos a regras específicas de proteção, gestão e planejamento. “A nossa política ambiental não é apenas criar parques. É construir uma rede de áreas protegidas capaz de conservar o Cerrado, proteger a água e conectar os territórios”, afirmou Celina.



Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem

Zygmunt Bauman



Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

Para a indústria, há "excesso de prudência" do Copom

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou ainda pequena a redução da Selic. Avaliou como “extremamente cautelosa” a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual para 13,75% ao ano. Segundo a entidade, o excesso de prudência fica “evidente” diante do comportamento da inflação corrente. Aponta que há trajetória consistente de desaceleração, alcançando 4,22% no acumulado em 12 meses até agosto, e melhora das expectativas de mercado, indicando convergência gradual em direção à meta de 3% ao ano no horizonte relevante para a política monetária.

Valter Pontes



“É essencial que o Banco Central dê continuidade ao ciclo de redução da Selic. Manter a taxa básica em patamar tão restritivo por período prolongado significa impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade de preços. Há espaço para avançar no ciclo de cortes sem comprometer a convergência da inflação para a meta”, afirma Ricardo Alban, presidente da CNI.

Maior delegação brasileira da história embarca para a WorldSkills Shanghai

Preparados pelo Senai e pelo Senac, os jovens competidores integram a maior delegação brasileira já enviada à WorldSkills, com representantes em todas as 64 ocupações da competição. Entre os dias 22 e 27 de setembro, eles vão enfrentar mais de 1,4 mil concorrentes de 70 países. São 71 jovens que embarcam hoje rumo à China para disputar a maior competição de educação profissional do mundo. Selecionados entre milhares de candidatos, cerca de 76% dos competidores são da rede pública de ensino, e 66% conquistaram a vaga em curso técnico por meio do regime de gratuidade do Senai.



Gabriel Pinheiro/SENAI

Cibersegurança e robótica móvel autônoma

A competição também evidencia a conexão entre educação e indústria, já que as provas simulam desafios reais enfrentados pelas empresas. Além disso, demonstra o alinhamento da formação profissional do Senai com as ocupações do futuro, como energia renovável, indústria 4.0, cibersegurança e robótica móvel autônoma.

Redes sociais

Soluções para o futuro

“Esses jovens passaram por uma trajetória de aprendizagem e capacitação alinhada às necessidades da indústria. A presença do Brasil entre as maiores delegações reforça a força da educação profissional brasileira e o potencial desses estudantes para transformar conhecimento em oportunidades e soluções para o futuro”, destaca o superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai, Carlos Braguini.



Divulgação



CDL-DF em missão empresarial ao Paraguai

A diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF) está, desde segunda-feira, em missão técnica empresarial em Assunção, capital do Paraguai. “A política de incentivos para atrair indústrias é um dos pontos fortes que identificamos nesta missão ao Paraguai. Esse modelo, que estimula a produção local e a exportação, merece a atenção do setor produtivo do Distrito Federal. Estamos conhecendo essas condições de perto para avaliar oportunidades de parceria e novos mercados para as empresas do DF”, destacou Eduardo Rodrigues, presidente da CDL-DF. Também participam da missão, até sábado, o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-DF, Fernando Cezar Ribeiro, e o gerente de Negócios em Rede da instituição, Carlos Cardoso de Souza.

Mais atuação internacional

A agenda inclui uma imersão na Câmara de Comércio e Indústria Paraguai-Brasil, com debates sobre o cenário macroeconômico paraguaio, benefícios e incentivos fiscais, questões aduaneiras e logística entre os dois países. A delegação também terá encontros na Embaixada do Brasil, no Congresso Nacional paraguaio e no Ministério da Indústria e Comércio. A iniciativa integra o movimento da CDL-DF para ampliar sua atuação internacional e criar novas conexões para o empresariado brasileiro.

Felipe Soares/Divulgação

Homenagem

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) prestou homenagem a Rodrigo Moccia por sua gestão à frente da Comissão de Relações Institucionais e Governamentais (Crig) de 2019 a 2026.



Vice-presidente da Crig e diretora de Relações Institucionais da Vale, Helga Franco; diretor de Relações Governamentais da Abrasca, Felipe Cabral; diretor de Relações Institucionais da Ambev, Rodrigo Moccia; presidente da Crig e diretor de Relações Governamentais do Grupo Ultra, Rafael Luchini

VIGILÂNCIA SANITÁRIA / Especialistas alertam para a importância de realizar procedimentos em locais autorizados. Este mês, uma professora morreu após receber uma injeção para queda de cabelo em um estabelecimento clandestino

125 salões e clínicas interditados

» BEATRIZ MASCARENHAS

Com a crescente procura dos brasileiros por intervenções estéticas, o mercado tenta acompanhar o ritmo. De acordo com a Vigilância Sanitária do Distrito Federal (Divisa), a quantidade de estabelecimentos que oferecem procedimentos de alto risco acompanha essa ascensão. No entanto, nem todos os espaços estão autorizados a realizar procedimentos invasivos.

Este ano, a Divisa interditou 125 salões e clínicas de estética no DF que operavam em desacordo com as normas sanitárias e apresentavam riscos à população. No mesmo período em 2025, foram 129, enquanto, em 2024, dezoito foram interditados, parcialmente ou totalmente. A quantidade de reclamações também chama a atenção. Segundo o órgão, a Ouidoria recebeu 149 manifestações e denúncias de irregularidades em 2026. Em 2025, foram 149. Em 2024, houve o registro de 81 ocorrências.

Segundo a diretora da Divisa, Márcia Olivé, procedimentos invasivos — aqueles que rompem a barreira da pele — só devem ser realizados em “estabelecimentos classificados como de alto risco, que possuem vistoria prévia da Vigilância Sanitária”, explica. Critérios como a

habilitação do profissional de saúde, o projeto básico de arquitetura e o cumprimento de normas de biossegurança determinam quais serviços podem ser oferecidos no estabelecimento. Entre eles, estão agulhamentos, aplicações de enzimas, toxina botulínica e preenchimentos.

O avanço da oferta desses procedimentos se torna ainda mais preocupante diante da morte da professora Lidiane Gomes de Souza Alves, de 50 anos. Em um salão de beleza localizado em Ceilândia, ela recebeu uma injeção no glúteo, sob a promessa de que a substância combateria a queda capilar e fortaleceria os fios. Ela sofreu um choque anafilático horas depois e não resistiu.

O local operava clandestinamente, sem alvará sanitário, e oferecia o serviço injetável por meio de uma funcionária que não tem habilitação em biomedicina estética.

Márcia Olivé reforça que salões de beleza não têm permissão para realizar procedimentos estéticos invasivos. “Esse tipo de estabelecimento somente pode exercer atividades de risco médio. Tinturas, cortes, manicures e pedicures, entre outros”, exemplifica. “Medicamentos para queda de cabelo e fortalecimento de unha também não podem ser ofertados em salões de beleza. Ao encontrar alguma irregularidade, a

Maurenilson Freire



população pode acionar a Vigilância Sanitária”, orienta a diretora da Divisa.

Risco à saúde

Quando administrados de maneira inadequada, procedimentos estéticos invasivos podem provocar infecções locais. Segundo a dermatologista Paola Canabrava, os efeitos

podem surgir logo após a aplicação ou semanas ou meses depois.

Os riscos variam de reações alérgicas, provocadas pela resposta do organismo ao produto, até necrose do tecido. “Dependendo do injetável, como produtos à base de ácido hialurônico, pode acontecer uma oclusão de uma artéria ou de uma veia, e isso causar necrose e morte do tecido no local”, descreve

a especialista do Hospital Santa Lúcia Norte (HSLN).

Em casos raros, a pessoa pode perder a visão. De acordo com Paola, preenchimentos realizados no rosto podem provocar cegueira, caso o produto atinja e cause a oclusão de determinados vasos sanguíneos.

Entre os sinais de alerta após um procedimento estético estão dores intensas que aumentam

Onde denunciar

A Vigilância Sanitária orienta que denúncias de irregularidades ou reclamações podem ser feitas por meio do telefone 162. O atendimento é das 7h às 21h de segunda a sexta-feira, e aos sábados, domingos e feriados das 8h às 18h. A ligação é gratuita e pode ser feita de telefone fixo ou celular.

gradativamente, febre e inchaços que pioram com o passar do tempo. A dermatologista também cita o surgimento de lesões, bolhas e pus como sinais importantes que indicam a necessidade de procurar atendimento médico. “Em casos de aparecimento de colorações pálidas na pele, que se tornam arroxeadas, é preciso procurar um médico”, alerta Paola. Segundo a especialista, o ideal é verificar o registro do profissional que realizará o procedimento em sites oficiais, conferir o alvará de funcionamento do estabelecimento e se há registros de ocorrências no local. Além disso, verificar o lote do produto, checar a validade e confirmar se ele está lacrado.

Obituário / Sepultamentos realizados em 16 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Cecília Meireles da Silva, 87 anos
Francisco Hermógenes de Paula, 101 anos
Heloísa Xavier da Conceição, menos de 1 ano
Itamar Blado Jorge, 75 anos
João Rodrigues de Oliveira, 86 anos
Joice Araújo Maranhão, 31 anos
José Luís Ferreira Barbosa, 49 anos
Letícia Trindade da Rocha, 100 anos

Maria Betânia da Silva de Souza, 48 anos
Maria Clara Coelho Baumann das Neves, 104 anos
Sílvio Derlan Santos Duarte, 56 anos
Terezinha Filomena Cortes de Almeida, 95 anos
Willian Paulino de Albuquerque, 60 anos
Wilson Ney Batista, 85 anos

» Taguatinga

Acrísio Ribeiro de Oliveira, 77 anos

Edson Marra, 79 anos
Felipe da Silva Martins, 34 anos
Jefferson Ferreira do Monte, 34 anos
Jesus de Sousa, 69 anos
João de Deus da Silva Carvalho, 70 anos
Josielli Ribeiro Soares, 27 anos
Pedro Rodrigues Filho, 53 anos
Simone Araújo da Silva Reis, 65 anos
Valdeci Garcino Cruzeiro, 65 anos

» Gama

Francisco Chagas Pedroza, 69 anos
José Nonato da Rocha, 67 anos
Sandra de Jesus Matos, 43 anos
Tiodolina dos Santos Monte, 73 anos

» Planaltina

Emival Martins dos Santos, 66 anos

» Brazlândia

Maria Araújo de Andrade, 84 anos

» Sobradinho

João Benedito dos Santos, 72 anos

» Jardim Metropolitano

Francisca Maria Rodrigues Lima, 71 anos
Renato Pinheiro de Lima, 64 anos (cremação)
Rodrigo Marcelo de Almeida, 44 anos (cremação)



Do sedentarismo às competições

Mulheres 60+ trocam a vida sem atividades físicas pelas quadras e lagos e provam que têm capacidade de participar de campeonatos nacionais e internacionais, levando a vida com mais saúde, bem-estar e leveza



Equipe de canoagem participou do mundial da categoria de 2026 em Singapura

» LUIZ FRANCISCO*

Ao chegar nos 60 anos, o corpo da mulher enfrenta uma combinação de desafios ao praticar esportes, como a queda hormonal e a perda progressiva de massa muscular e óssea, gerando mais riscos de lesões que podem comprometer a integridade física. Mesmo com obstáculos, muitas dessas mulheres participam de competições esportivas e conquistam medalhas provando que a idade não é impedimento para elas fazerem o que gostam.

A Associação dos Veteranos e Amigos do Basquete de Brasília (Avabra) é referência ao integrar mulheres idosas ao esporte. A equipe feminina conta com cinco mulheres 60+ na categoria master que gostam do esporte e duas atletas que já jogaram em ligas profissionais.

De acordo com a coordenadora do time master feminino, Cintia Santos, de 50 anos, a associação tem como objetivo socializar jogadoras de basquete que acham que a vida esportiva ou o exercício físico não fazem mais parte do cotidiano. “Hoje, a gente consegue reunir mais de 30 mulheres em um horário que não é nobre. Então, tirar elas de casa para jogar basquete e incentivá-las para que disputem campeonatos é uma experiência muito importante para mim”, afirma Cintia Santos.

A jogadora Mônica Inocente, 60, é uma das atletas da equipe master. Ela conta que joga basquete desde 1985, porém, teve que interromper a carreira por conta de lesões e seguiu a vida pessoal. “Eu me arrependi profundamente do período em que eu parei de jogar, porque muita coisa evoluiu e o basquete feminino cresceu. Ou seja, perdi todo esse tempo de evolução de um esporte que eu gosto muito”, relata.

A mãe de família ressalta que jogar basquete nessa idade é uma motivação para os filhos e netos praticarem mais esportes e não ficarem parados como ela ficou. “Eu quero dar essa continuidade e ser o exemplo para a minha família”, destaca Mônica. “Também tem a questão da saúde, porque, jogar trabalha não só o corpo, mas a mente. Você se alivia, você relaxa, porque é uma terapia fazer um esporte coletivo na idade que eu tenho. Ao invés de ir para uma terapia de consultório, eu venho, jogo meu basquete e saio renovada.”

Canoagem

No Setor de Clubes Norte, a Associação do Remo Brasília também oferece aulas de canoagem para mulheres 60+. A equipe master de canoagem Havaiana recebeu medalhas em alguns campeonatos nacionais e também participou do mundial da categoria em 2026 — ocorrido, em agosto, em Singapura.

A treinadora Vanessa Veloso, 40, relata que a rotina da equipe master feminina é a mesma

para qualquer categoria. De acordo com ela, as meninas praticam de segunda a sexta, às 7h da manhã, além de realizar, pelo menos, uma hora de exercícios de musculação.

Vanessa atua como motivadora da equipe e destaca que é importante incentivar essas mulheres a permanecer na canoagem porque não é comum ter pessoas na terceira idade disputando esportes. “Acho um ganho na qualidade de vida que elas estejam nesse ambiente. Isso é importante para envelhecer com bem-estar”, afirma a treinadora. “Eu quero chegar à idade delas com essa sagacidade de estar competindo, e eu acho que elas motivam todas nós a continuar remando aqui. São grandes incentivadoras.”

As remadoras se sentem bastante motivadas pela treinadora. Priscila Mattos, 63, uma das atletas que faz parte da equipe do Remo Brasília, comenta que, desde que as mulheres 60+ do Remo Brasília começaram a se envolver na canoagem, elas se tornaram exemplo para outras pessoas. “Antes era muito difícil formar uma equipe na canoa, agora temos três times formados”, conta. “Eu acho muito interessante porque a gente está conseguindo trazer mais pessoas nessa faixa etária e agora competimos. Ou seja, é um esporte para a idade.”

Saúde

O psicogeriatra Gustavo Omena, considera a ideia de que o idoso deve ficar quieto para evitar lesões “um dos maiores desserviços culturais que a geriatria enfrenta atualmente”. Segundo ele, o repouso prolongado acelera a perda muscular, óssea e até cognitiva, que torna os pacientes em pessoas mais frágeis ao invés de minimizar os riscos.

O especialista avalia que a permissão para a prática de esporte não é determinada pela idade cronológica, mas está ligada à capacidade funcional da pessoa. Ele garante que, quando prescritos, os esportes de impacto são seguros e recomendados nessa faixa etária.

Nos atendimentos em consultório, Gustavo diz que a diferença entre uma pessoa idosa sedentária e outra que mantém uma rotina de esportes ativamente é visível. O especialista detalha que a prática esportiva envolve autonomia funcional para as atividades do dia a dia e a autoestima. Ele também explica que a autoconfiança na terceira idade tem uma “base concreta” na percepção de capacidade física real e não apenas uma questão psicológica abstrata. E conclui: “E digo sem ressalva que, hoje, o exercício físico é a intervenção médica isolada com maior impacto simultâneo em longevidade e qualidade de vida na mulher 60+. Não existe nenhum fármaco com esse mesmo espectro de benefício atuando, ao mesmo tempo, sobre músculo, osso, coração, cérebro e humor.”

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado



Time de basquete, que conta com cinco mulheres que gostam do esporte e duas que jogaram profissionalmente



A jogadora Mônica Inocente (D) com colegas de equipe: “jogar trabalha não só o corpo, mas a mente”

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

LIBERTADORES Confortável com a vantagem de dois gols construída em Quito contra o Independiente del Valle, Flamengo joga no Maracanã para consagrar Leonardo Jardim como o quinto técnico a classificar o clube à semifinal desde 2019

O próximo da fila

DANILO QUEIROZ

Leonardo Jardim está a um passo de entrar em uma lista larga da história recente do Flamengo. Hoje, às 21h30, no Maracanã, o treinador comanda o rubro-negro diante do Independiente del Valle para defender a vantagem construída na vitória por 2 x 0 na altitude de Quito e pode se tornar o quinto técnico diferente a conduzir o clube carioca à semifinal da Libertadores nas últimas oito edições. A missão é confortável: até uma derrota por um gol coloca os cariocas entre os quatro melhores do continente e vivo na luta para conquistar o bicampeonato da disputa continental. A partida terá transmissão da ESPN e do Disney+.

O dado revela uma característica incomum de um dos períodos mais vencedores da história do Flamengo. Enquanto a quantidade de títulos aumentou, a permanência dos treinadores manteve a falta da paciência histórica. Nas sete edições anteriores, o clube disputou todos os mata-matas com um nome diferente à beira do campo. Jorge Jesus levou o time à semifinal em 2019 e conquistou a taça; Rogério Ceni caiu nas oitavas em 2020; Renato Gaúcho alcançou a decisão em 2021 e terminou com o vice; Dorival Júnior foi campeão em 2022. Jorge Sampaoli deixou a competição nas oitavas em 2023; Tite caiu nas quartas em 2024; e Filipe Luís conduziu a equipe ao título em 2025.

Há uma curiosidade ainda mais significativa na sequência. Os quatro treinadores responsáveis por colocaram o clube na semifinal conseguiram carimbar o passaporte à decisão continental. Jesus, Renato, Dorival e Filipe Luís não apenas ultrapassaram a barreira das quartas como levaram o Flamengo até a última partida da competição. Jardim, portanto, pode repetir na primeira Libertadores pelo clube um caminho percorrido pelos comandantes de maior sucesso do período. A vaga em Montevideu, porém, ainda precisa ser conquistada no gramado. As partidas serão em outubro.

O treinador português chega à noite decisiva com uma vantagem construída longe do Rio de Janeiro e diante de uma temida adversidade dos times brasileiros. Em Quito, o Flamengo resistiu à altitude de 2.850 metros, deslançou apenas no segundo tempo e marcou duas vezes para derrotar o Independiente del Valle. Bruno Henrique abriu o placar, e Léo Pereira ampliou de cabeça. Foi uma vitória particularmente valiosa diante de um adversário embalado por uma temporada excepcional. Os

Fotos: Gilvan de Souza, Adriano Fontes e Marcelo Cortes/Flamengo e Divulgação/Conmebol



Leonardo Jardim mira engrossar lista composta por Jesus, Renato, Dorival e Filipe Luís; apenas Ceni, Sampaoli e Tite não levaram clube à semi

equatorianos lideram o campeonato nacional com 23 pontos de vantagem para a segunda colocada Universidad Católica. Agora, resta ao rubro-negra transformar a vantagem em classificação no Maracanã lotado.

Para Jardim, o bom momento não apareceu por acaso. O treinador vem defendendo publicamente a importância de um período maior de preparação e vê na sequência de treinos uma das principais explicações para a evolução apresentada pelo time. “Eu disse que quando tivéssemos um período para treinar, e depois desses jogos tivemos um período para treinar, o time melhorou. Aqui no Brasil não se acredita no treino. Acreditam que o jogador tem que jogar. Se tiver de férias, não interessa, tem que jogar. Eu acredito no

treino porque venho de uma escola que precisa acreditar no treino. No projeto, planejamento, empenho. Não acredito no aparecimento esporádico das coisas”, afirmou.

O reflexo da ideia apareceu também nos resultados. Depois da vitória em Quito, o Flamengo superou o Corinthians por 2 x 1 no Maracanã e manteve a liderança do Campeonato Brasileiro, chegando aos 57 pontos, contra 56 do vice-líder Palmeiras. O momento acrescenta confiança à preparação para a decisão continental, mas Jardim tenta impedir a confusão entre a vantagem de dois gols e a garantia de classificação. “Com certeza que o campeão do ano anterior é sempre um favorito. Mas vocês sabem da dificuldade de conquistar duas vezes a Libertadores. Por isso a gente tem que

pensar jogo a jogo, ter maturidade e saber que somente com intensidade de trabalho, um grupo forte, que a gente consegue chegar ao fim”, ponderou o treinador.

Do outro lado, o Independiente del Valle chega ao Maracanã obrigado a produzir uma reação de grandes proporções. A equipe precisa vencer por dois gols para levar a definição aos pênaltis e por três para avançar diretamente. A missão é ainda mais complexa diante de um Flamengo não apenas em vantagem, mas também impulsionado por quatro vitórias consecutivas no Brasileiro. Por isso, a noite pode ser importante em duas dimensões para Leonardo Jardim na tentativa de se garantir como o próximo da fila na lista de feitos de treinadores rubro-negros na Libertadores.

A primeira é imediata: confirmar a classificação e manter o Flamengo vivo na tentativa de repetir o título de 2025. A segunda é histórica: fazer parte de uma sequência na qual, apesar da constante troca de comando rubro-negro, o clube encontrou diferentes caminhos até as semifinais. São quatro treinadores, quatro estilos e quatro histórias diferentes. Agora, há espaço para um quinto. Jardim não precisa repetir Jesus, Renato, Dorival ou Filipe Luís. Apenas completar o trabalho iniciado em Quito. Mas, caso consiga, acrescentará o próprio nome a uma particularidade flamenguista recente: um clube em eterno looping de troca de treinador, mas capaz de encontrar maneiras de chegar perto do topo da América. E, talvez, aí esteja a próxima folha da história rubro-negra.

21h30

Estádio: Maracanã

Libertadores: Quartas de final (volta)



FLAMENGO

Agustín Rossi; Emerson Royal, Léo Ortiz, Léo Pereira e Ayrton Lucas; Erick Pulgar, Jorginho e Giorgian de Arrascaeta; Carrascal, Samuel Lino e Pedro

Técnico: Leonardo Jardim



IND. DEL VALLE

Aldair Quintana; Daykol Romero, Mateo Carabajal, Richard Schunke e Layan Loo; Jordy Alcivar, Hugo Quintana e Junior Somoza; Emerson Pata, Djorkaeff Reasco e Aron Rodríguez

Técnico: Joaquín Papa

Transmissão: ESPN e Disney+

Árbitro: Andrés Matonte (URU)

Timão cai no erro de Depay

A primeira semifinal de Libertadores composta totalmente por clubes brasileiros ficou apenas no papel. Após Palmeiras e Fluminense carimbarem a vaga com doses de sofrimento, o Corinthians desperdiçou a possibilidade ao perder para o Estudantes, na Neo Química Arena, por 1 x 0, com um doloroso pênalti perdido no último lance.

Com isso, os argentinos avançaram e esperam o vencedor de Flamengo e Independiente del Valle. O rubro-negro joga hoje e tem enorme vantagem para garantir a trinca brasileira na semifinal da disputa.

Durante os 90 minutos de bola rolando, o Corinthians enfrentou um jogo nervoso. O alvinegro teve mais posse de bola, mas pecou na criatividade. No primeiro tempo, apenas Kaio César chutou a gol, sem tanto perigo. A situação se repetiu na etapa final, mas somente Matheus Bidu assustando Muslera.

Diante da ineficiência do Corinthians, o Estudante deu o golpe fatal aos 42. Tomás Palacios foi até o limite da linha de fundo e cruzou na medida. Alexis Castro acertou belo chute de primeira e guardou. No abafa, o Timão conseguiu um pênalti no último lance. Memphis Depay assumiu a responsabilidade, mas decepcionou: isolou com um chute bisonho.

SUL-AMERICANA

Delfim brilha nos pênaltis e Atlético-MG avança à semi

LUCAS BRETAS
VITOR DE ARAÚJO

Belo Horizonte — Já diria o colunista Fred Melo Paiva, do *Estado de Minas*: “O 2 x 0 contrário em um mata-mata é a senha do Atlético-MG para falar com Deus”. Em mais uma noite histórica e digna de um roteiro de filme, com brilho intenso do goleiro Gabriel Delfim, o Galo buscou nova reversão desse placar em um mata-mata — desta vez contra o Santos, na Arena MRV, com vitória por 4 x 2

no tempo regulamentar e por 3 x 1 nos pênaltis, ontem.

O duelo foi marcado por um primeiro tempo alucinante na Arena MRV, com quatro gols. Impulsionado por grandes atuações individuais de Fred, Bernard e Reinier (o brasileiro marcou dois gols na partida), o Atlético-MG empilhou chances e foi cirúrgico para aproveitá-las, construindo um 3 x 1 já na metade inicial do confronto.

O segundo tempo teve crescimento de Santos, que marcou com Gabigol, e cenário de maior

Douglas Magno/AFP



Goleiro do Galo pegou três cobranças de jogadores do Peixe na Arena MRV

equilíbrio dentro das quatro linhas. Mas Cuello, que vive grande fase — já nos instantes finais — salvou o Galo com gol de cabeça e levou a disputa da vaga aos pênaltis.

Na marca da cal, brilhou a estrela do reserva de Everson, que pegou impressionantes três cobranças adversárias e deu mostras de ter sido um excelente “aluno”. Delfim

deixou marca memorável em noite de grande atuação na Arena MRV.

“Para mim, é de muita felicidade. Agradeço a Deus e a todos, os preparadores de goleiros. Todos os goleiros, Everson, o Robert, o Cobra. Todos unidos para fazer essa noite acontecer. Graças a todos, estamos juntos e, agora, é aproveitar”, comemorou Delfim. “Nem prestei atenção, depois dos pênaltis só desabei. Não estava acreditando, só aproveitei o momento. A gente estuda, com certeza, mas contamos também com o trabalho. Os dois em conjunto dá certo”, completou.

Agora, o Atlético-MG aguarda o vencedor do mata-mata entre Montevideo City Torque-URU e Cienciano-PER, hoje, às 21h30, para conhecer o adversário nas semifinais da Sul-Americana. Os peruanos venceram o embate de ida como mandantes, por 2 x 0.

Antes, as equipes voltam a atenção para a sequência da Série A do Campeonato Brasileiro. Atlético-MG e Santos se concentram em compromissos pela 28ª rodada no fim de semana. O Galo enfrentará a Chapecoense na Arena MRV, a partir das 16h deste sábado. No mesmo dia, mas às 18h30, o Peixe visitará o Remo no Mangueirão, em Belém. Os mineiros ocupam a sétima colocação e também estão nas semifinais da Copa do Brasil, contra o Grêmio. Os paulistas estão em 10º e com foco em escapar de vez do rebaixamento.

Com a classificação às semifinais do torneio continental, o Atlético-MG chegou aos R\$ 14 milhões em premiação somada ao longo de toda a competição. Por si só, a vaga entre os quatro melhores da Sul-Americana garantiu ao Galo 800 mil dólares (R\$ 4,12 milhões).

ESPORTES

LIBERTADORES Goleiro defende dois pênaltis, elimina LDU e classifica o Palmeiras para semi pela sexta vez na era Abel

Carlos Miguel dá sinal verde

MARCOS PAULO LIMA

Brasil tem um clube finalista da Copa Libertadores da América pela oitava edição consecutiva. Ontem, o Palmeiras eliminou a Liga Deportiva Universitaria (LDU) do Equador pelo segundo ano consecutivo e avançou às semifinais para enfrentar o Fluminense. Os times de Flaco López e Hulk decidirão se o tri continental (1999, 2020 e 2021) comandado por Abel Ferreira ou os campeões de 2023 liderados por Marcão irão a Montevideu na final única marcada para 29 de novembro no Estádio Centenário. O Palmeiras perdeu por 3 x 2 na altitude de Quito depois de vencer por 1 x 0 no Nubank Parque e avançou nos pênaltis por 4 x 3 com duas defesas do anjo da guarda Carlos Miguel. Expulso no segundo tempo, Abel Ferreira leva o time às semifinais pela sexta vez em sete participações pessoais dele no torneio, a 13ª na história do clube.

Palmeiras e Fluminense vão se encontrar na Libertadores depois de 55 anos. A única vez havia sido na fase de grupos de 1971. Os tricolores fizeram 2 x 0 no Parque Antártica com gols de Flávio. O Palestra deu o troco no Maracanã por 3 x 1 com bolas na rede de César Maluco, Pio e Héctor Silva. Samarone diminuiu. À época, apenas o primeiro colocado passava de fase. O time paulista avançou e o carioca ficou pelo caminho na Libertadores.

Ambos sonham com Glória Eterna em busca da realização de um sonho em comum: o título mundial. O Palmeiras reivindica à Fifa o reconhecimento da Copa Rio de 1951. O Fluminense também, referindo-se a 1952. O campeão da

Rodrigo Buendia/AFP



Carlos Miguel some na fila para abraçar o herói da classificação na altitude de Quito depois de o Palmeiras sofrer a virada em cinco minutos

Libertadores ganha duas oportunidades de dominar o mundo: uma na Copa Intercontinental, em dezembro, e outra na Copa do Mundo de Clubes da Fifa em 2029.

Emocionado, o volante Marlon Freitas projetou o duelo das semifinais e extravasou. “Jogo difícil, o Fluminense é qualificado, tem grandes jogadores, vai ser uma grande semifinal e que vença

o melhor. Mas agora deixa a gente comemorar depois de toda essa loucura”, afirmou.

Como previsto, o Palmeiras teve dois adversários, ontem, no Estádio Casablanca: a LDU e altitude de 2.850m da capital equatoriana. A receita alviverde para sofrer menos foi abrir o placar no início da partida. John Arias cobrou escanteio. Houve bate-rebate dentro da

área e o volante Marlon Freitas estufou a rede para cumprir o script.

A LDU devolveu na mesma moeda. O gol de empate partiu de uma cobrança de escanteio. Lucas Rodríguez bateu e Segovia usou a cabeça para igualar o placar. A pressão aumentou, mas o Palmeiras foi para o intervalo renovar o gás para a etapa final.

Quando parecia em apuros no

segundo tempo, o Palmeiras avançou ao ataque e teve um pênalti a favor. A bola tocou na mão de Richard Mina no cruzamento de Andreas Pereira. O juiz apontou a infração sem a necessidade do VAR. Vitor Roque havia entrado no lugar de Flaco López e assumiu a responsabilidade da cobrança. Deslocou o goleiro Gonzalo Valle e partiu para comemorar mostrando as garras de

“A gente trabalha para caramba para corresponder em momentos como esse. Não passo a estratégia porque tenho uma carreira pela frente. Não precisava ser sofrido”

Carlos Miguel, goleiro

tigre. Antes, o técnico Abel Ferreira havia recebido cartão vermelho por reclamação, o 15º dele no clube.

Aparentemente resolvido, o jogo ficou acelerado no fim devido ao abafa da LDU. Os donos da casa fizeram uma pressão nos últimos minutos e balançaram a rede duas vezes para forçar a decisão por pênalti. A primeira com Estrada deois de um chute de Quiñonez rebatido pelo goleiro Carlos Miguel. Na segunda, Estrada apareceu novamente para marcar o terceiro.

Nos pênaltis, Lucas Rodríguez e Segovia viram Carlos Miguel operar milagres em duas defesas de pênalti. Lucas Evangelista errou pelo Palmeiras, mas o time alviverde avançou por 4 x 3 depois de sofrer a virada no Casablanca.

Depois do susto, o atacante Vitor Roque lamentou o sufoco. “Estávamos preparados para qualquer situação do jogo e da disputa de pênaltis. Dar os parabéns aos meus companheiros e ao Carlos Miguel também que fez duas defesas, muito feliz de estar classificado”.

BRASILEIRÃO

Sob olhares de Tite, Botafogo vence Grêmio

No dia em que anunciou a contratação de Adenor Leonardo Bachi, o Tite, o Botafogo venceu o Grêmio por 3 x 2 ontem, no Estádio Nilton Santos, pela 21ª rodada do Campeonato Brasileiro, com o novo técnico na tribuna de honra. Em uma partida movimentada e com cinco gols, o Glorioso saiu na frente com Danilo, viu Jovane Cabral empatar ainda no primeiro tempo, mas voltou a abrir vantagem após o intervalo. Montoro e Danilo marcaram para os donos da casa, enquanto Gustavo Martins descontou para o tricolor, que teve a reestreia do ídolo Renato Gaúcho no cargo pela quinta vez.

Mais cedo, o Botafogo sacramentou a contratação do técnico Tite até dezembro de 2028. O gaúcho de Caxias do Sul havia comandado Flamengo e Cruzeiro depois dos seis anos e meio na Seleção Brasileira e estava desempregado havia seis meses. Tite chega com o auxiliar Matheus Bachi e o preparador físico Fábio Mahseredjian. Rodrigo Bellão, que estava como interino, passa a integrar a comissão técnico alvinegra.

Tite trabalhou com pelo menos quatro jogadores do Glorioso. Os meias Danilo, Ednilson e Allan, além do lateral-esquerdo Alex Telles. Ontem, o Remo também anunciou a contratação de novo técnico para a Série A. Thiago Carpin assume o lugar de Léo Condé.

Vitor Silva/Botafogo



Tite chega ao Nilton Santos para assumir a prancheta do time alvinegro

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES								
1º Flamengo	57	27	17	6	4	53	22	31
2º Palmeiras	56	27	16	8	3	47	21	26
3º Athletico-PR	46	27	13	7	7	41	31	10
4º Bahia	46	27	12	10	5	42	33	9
5º Fluminense	45	27	12	9	6	41	35	6
6º Cruzeiro	42	27	12	6	9	39	39	0
7º Atlético-MG	39	26	11	6	9	35	31	4
8º Coritiba	38	27	10	8	9	37	38	-1
9º Bragantino	36	26	10	6	10	32	29	3
10º Santos	35	26	9	8	9	39	39	0
11º Botafogo	35	27	9	8	10	41	43	-2
12º São Paulo	33	26	9	6	11	31	30	1
13º Vitória	33	27	9	6	12	27	39	-12
14º Corinthians	32	27	8	8	11	28	29	-1
15º Mirassol	29	27	7	8	12	31	42	-11
16º Grêmio	28	27	7	7	13	30	38	-8
17º Vasco	28	26	7	7	12	29	41	-12
18º Internacional	28	27	6	10	11	30	35	-5
19º Remo	23	27	5	8	14	31	45	-14
REBAIXADOS								
20º Chapecoense	17	26	3	8	15	28	52	-24

28ª RODADA

Sábado

16:00-Atlético-MG	x	Chapecoense
17:00-Mirassol	x	Botafogo
18:30-Remo	x	Santos
20:30-Vasco	x	Coritiba
21:00-São Paulo	x	Internacional

Domingo

11:00-Grêmio	x	Palmeiras
16:00-Corinthians	x	Fluminense
20:00-Vitória	x	Cruzeiro
18:30-Flamengo	x	RB Bragantino
19:30-Athletico-PR	x	Bahia

Destaque do dia

Vôlei

A Seleção Masculina venceu a Bolívia por 3 sets a 0, ontem, no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, com parciais de 25/18, 25/13 e 25/16. A equipe verde-amarela havia batido o Chile também por 3 sets a 0 na estreia. Pela terceira rodada, o Brasil encara a Colômbia hoje. Após pausa na sexta, a Seleção voltará à quadra no sábado, às 11h, diante da Venezuela. O último compromisso será contra a Argentina, às 10h.



David Normando/CFV



O fato você já viu. O contexto e a análise estão no Podcast do Correio.

Jornalistas do Correio, frente a frente com convidados, trazem entrevistas sobre os assuntos do seu dia a dia, com a credibilidade que você conhece.

EPISÓDIOS ESPECIAIS ELEIÇÕES 2026



Aponte a câmera e acompanhe episódios diários no canal do YouTube @correio.braziliense e principais plataformas de áudio

CORREIO BRAZILIENSE

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Sagitário. Os comentários e opiniões que nos damos licença para expressar são uma expansão de como funciona nossa mente o tempo inteiro, que apesar de ser um órgão de percepção como os outros cinco disponíveis, para nós se apresenta como uma espécie de locução simultânea daquilo que percebemos, e serve também para julgar e condenar o que percebemos. Sendo assim, emerge o exercício de buscar com quem conchavar para fazer intrigas, espalhar boatos e fofocas sem outro objetivo do que manifestarmos abertamente a maneira com que nossas mentes funcionam, sempre justificados por padrões morais que, evidentemente, reputamos ser superiores ao das pessoas e experiências que criticamos. Quem tiver tempo sobrando se dedicará a isso, porque quem tem coisa mais importante para fazer, passa através da cortina de murmúrios.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

Os murmúrios desgastam, mas seria melhor nem tentar enfrentar as pessoas fofoqueiras. Ao contrário, dê corda, ofereça espaço e testemunhe o quanto elas se enrolam e definham sozinhas, sem sua intervenção conflitante.

 TOURO
21/04 a 20/05

As tarefas que você procrastinar agora sua alma terá de enfrentar no futuro, e provavelmente de uma forma mais incômoda do que agora. Seria sábio de sua parte se debruçar sobre as obrigações e dar conta delas.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

Repetir o que em outro momento foi satisfatório não garante o mesmo resultado, pelo menos nesta parte do caminho. Seria interessante que você questionasse a real necessidade de buscar satisfação imediata. Só isso.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

O mal não era tão feio quanto o pintavam nem tampouco o bem era lá essas coisas, as experiências que você acumulou ao longo do tempo serviram para questionar o que você dava por sabido e garantido. Isso é amadurecimento.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Planeje direito seu futuro, pensando a longo prazo para que, ao se envolver nas discussões atuais, sua alma não se distraia com resultados imediatos, que podem até ser bons, mas seriam efêmeros também. Melhor não.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Os impedimentos que até pouco tempo atrás pareciam insuperáveis, agora demonstram vulnerabilidades que sua alma pode explorar. Nada faça seguindo qualquer tipo de manual, use a criatividade, só assim você os superará.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Alguém terá de chamar a atenção dessas pessoas teimosas que, em vez de seguir pela rota acordada, continuam fazendo tudo do jeito delas, que não seria o melhor para o momento. Conflitos surgem disso, mas muito bem-vindos.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Por mais que você tente desviar a atenção, sua mente está cheia de discussões e conflitos, que provavelmente nunca se expressarão abertamente, mas que nem por isso deixam de ser importantes. Encontre a utilidade.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

A constelação de relacionamentos há de ser passada a limpo nesta parte do caminho, mas faça isso com o coração na mão, porque se agir de forma exclusivamente racional, você sacrificará as boas pessoas também.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Seus planos podem ser os melhores da galáxia, mas nada garante que possam ser levados a cabo sem nenhuma mudança sobre a marcha. Se as circunstâncias mudarem, seria sábio que você mudasse os planos também.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

O tempo das limitações está terminando, não porque vão desaparecer para sempre, mas porque sua alma encontra alternativas que servem para driblar os impedimentos e se lançar à aventura da vida com criatividade.

 PEIXES
20/02 a 20/03

Raramente os desejos e as necessidades convergem, em geral tentamos argumentar de que necessitamos o que desejamos, quando na verdade somos motivados por caprichos apenas. Procure usar o discernimento.

CRUZADAS

Especialidade médica da personagem Meredith Grey na série "Grey's Anatomy"	↙	Aurora (?), fenômeno visual que ocorre no Hemisfério Norte	↘	Abrijo de Chaves no seriado homônimo	↙	Canal de TV famoso pelos videocliques	↘	Divulgação dos nomes dos classificados ou aprovados em provas
Nomenclatura ligada ao plano espiritual, associada à ideia de existência pós-morte	↘		↙			↘		↙
		Paula Deen, chef de cozinha dos EUA		Tipo de disco (pl.)	↘			
Percebe; capta	↘	↙		Carne de segunda	↘			
					"Madame (?)", filme brasileiro	↘		
					Separar	↘		
↘								
Veículo off-road de quatro rodas		Intacta	↘					↘
		Vasos sanitários (pop.)	↘					(?) Del Rey, cantora
Apri-moraram; poliram (fig.)		↙		Molécula-grama	↘			Reutilizáveis
	↘	↙		A mim	↘		Morada	↙
↘		↙		↘	(?) Holowka, criador de games	↘		
					Favorável	↘		
↘								
Tecido para secar louça				Campina; pasto		(?) Ely, ator	↘	
Unidade cromossômica	↘			↘		Peregrinação	↘	
↘				Orifício orgânico	↘			(?) Gama, humorista e dublador brasileiro
Sufixo de "brometo"	↘			Tomo; seguro	↘			
		Sílaba de "sarcasmo"	↘					
Antonio Fagundes, ator de "Bom Sucesso"	↘	↙			Lista encontrada em restaurantes	↘		
		Sentido do gosto	↘					
↘		↙						
		Aqueles sem roupa	↘					
Espécie de avião sem motor		Antônimo de "mole"	↘		Última parte do intestino delgado	↘		
Aventura amorosa (bras.)	↘			Xarope feito de groselheira-preta	↘			

BANCO. 3/ron. 4/|ana. 5/manet — vinis. 6/boreal — cassis.

14

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	V	D	S		S	A
F	I	V	E	R	A	C
P	E	N	A	I	O	S
C	R	I	S	A	L	A
O	O	T	I	A	E	M
S	A	L	A	D	A	R
D	I	S	S	A	B	O
C	H	T	R	O	A	R
	A	P	O	S	T	O

SUDOKU DE ONTEM

7	2	8	5	3	1	9	6	4
5	6	1	9	8	4	7	2	3
4	9	3	2	6	7	8	5	1
2	8	5	1	9	3	4	7	6
1	3	7	8	4	6	5	9	2
6	4	9	7	5	2	1	3	8
3	5	2	4	7	8	6	1	9
8	7	6	3	1	9	2	4	5
9	1	4	6	2	5	3	8	7

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desenho

Fácil

Palavra

Crônica

Humor

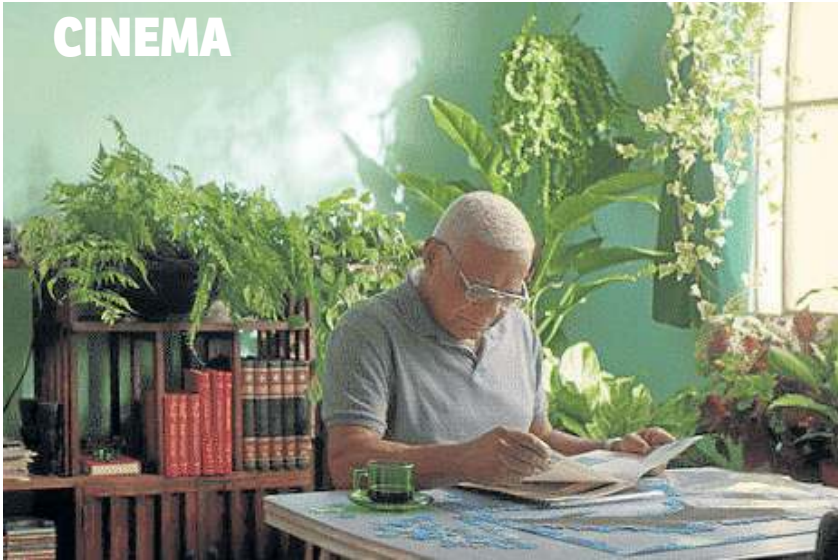
www.assinecoquetel.com.br

Siga a gente nas redes sociais

coquetel

editoraCoquetel

COQUETEL



Norberto Novais Oliveira interpreta o personagem Gilberto

A fantasia de um luto

» MARIANA REGINATO

Diretor de *Marte* um, sucesso do cinema nacional, André Novais Oliveira chega ao Festival de Brasília com o longa *Se eu fosse vivo... vivia*. Com protagonismo de Norberto Novais Oliveira, pai do diretor, e a estreia de Conceição Evaristo no audiovisual, o longa acompanha um casal que está junto há cinco décadas. Quando Jacira é internada, Gilberto passa a vivenciar acontecimentos perturbadores e que o conduzem a uma experiência profunda de memória e amor.

A descrição de um luto entrou em um lugar fantástico para o diretor. Após a perda de sua mãe, começou a refletir sobre a dualidade da morte. “Ao mesmo tempo que é a coisa mais natural do mundo, é também a mais inacreditável de acontecer. Comecei a associar a morte ao universo do fantástico e da estranheza, porque o luto nos transforma em muitas camadas. Achei que era necessário falar para poder entregar essa estranheza que queria ver refletida na tela”, conta.

Por meio de conversas entre membros da produtora Filmes de Plástico, o nome de Conceição Evaristo surgiu como sugestão. “Eu adorei a ideia. Foi muito bonito o jeito que ela recebeu

o convite falando que aceitava porque adorava desafios novos. Sei que foi desafiador para ela por ser a primeira atuação em cinema. Foi um processo muito bonito, porque ela abraçou todo mundo da equipe, de uma forma muito delicada. Ficamos extremamente felizes com o resultado”, destaca.

Diferentemente de Conceição, Norberto Novais está nos sets com seu filho desde 2014. “Hoje, ele já tem ao lon-

go da carreira, aproximadamente, 15 filmes realizados. E, agora, com esse projeto, ele volta como protagonista. Para gente, é especial tê-lo no set. Apesar de inusitado, é bom poder unir a família em torno de uma afinidade e de uma paixão. É forte essa nossa união para fazer cinema lá em casa”, afirma.

A conexão de André com o Festival veio em 2011, quando *Contagem*, longa da Filmes de Plástico, foi exibido. “Foi bem impressionante ter o filme exibido no Cine Brasília naquele momento. Foi quando a gente sentiu mesmo a força e potência do Festival pela primeira vez. Eu tenho uma profunda admiração pelo Festival, o mais antigo e mais político do Brasil, por toda sua potência, história e por tudo que o festival representa. É algo de extrema importância voltar ao festival de novo e também fazer parte dessa história”, finaliza o diretor.



TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

ENTREMENTES

Foi melhor assim, restos de um ilusório edifício desmoronando no asfalto quente — como escombros de uma paixão fervente inexistente como um peso sobre os ombros que sentes e entrementes mentes ainda que sejas crente ainda que seja somente semente de algo que nunca será.

Luís Olavo Fontes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

1			2	4				9
		2						
	9	7			1			
9	5				7			
	2				6			
	3	4		8			5	
			7				4	
			5		4			
		6					2	8

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

Divulgação



Meu amigo Nietzsche, de Fauston Silva: carreira internacional

Diego Bresani/Divulgação



Rodas de gigantes, de Catarina Accioly: participação em 89 festivais e mais de 30 prêmios

De Brasília para o mundo

Diretores brasileiros, que se destacaram internacionalmente a partir da Mostra Brasília de Cinema, falam sobre a importância do prêmio e sobre os problemas da produção

» MARIANA REGINATO

Com a exibição de *O agente secreto* na edição passada, homenagens a grandes artistas nacionais e seleção de filmes de todo o país, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro tem se mostrado cada vez mais como uma alavanca para filmes brasileiros, de todos os cantos do território. Com toda dificuldade de realização e o foco nos principais nomes da cena nacional, ainda existe espaço para o cinema da capital em seu próprio festival?

Essa responsabilidade de iluminar as produções brasileiras tem ficado quase exclusiva com a Mostra Brasília, já que a Mostra Competitiva Nacional trouxe apenas um filme do DF este ano. Catarina Accioly, diretora, conta que frequenta o festival desde antes da existência da Mostra Brasília. “Como na competitiva nacional são selecionados pouquíssimos filmes, é fundamental que tenhamos espaço para distribuir nossos projetos em nossa cidade. Imagina uma produção circular no mundo e não ser vista na cidade onde foi realizada e pelos profissionais que a fizeram. É importante que o público do DF se veja nas telas”, destaca.

Catarina apresentou *Rodas de Gigante*, projeto sobre a trajetória de Hugo Rodas, na Mostra Brasília e considera necessário que o público da capital assista em primeira mão. O prêmio de Melhor Filme, ao lado de Melhor direção e Melhor montagem, fez com que o filme se difundisse em outros festivais. “O prêmio de melhor filme garantiu que pudéssemos participar de 89 festivais e, hoje, termos mais de 30 prêmios, tendo passado em todos continentes. Sendo assim, para um filme de guerrilha como o *Rodas de Gigante*, um filme de guerrilha como o *Rodas de Gigante*, um filme de guerrilha como o *Rodas de Gigante*, um filme de guerrilha como o *Rodas de Gigante*, um filme de guerrilha como o *Rodas de Gigante*”, conta.

O diretor André Luiz Oliveira, realizador de *Meteorango Kid* — *Herói Intergalático* e *Mito e Música: a mensagem de Fernando Pessoa*, acredita que a Mostra Brasília sempre será positiva e que, fora o FAC, é uma das responsáveis pelo fomento dos filmes brasileiros. “É um dos poucos



Trailer do filme Feito pipa



mecanismos de celebração, reconhecimento e visibilidade da pungente porém ainda pouco conhecida, atividade cinematográfica brasileira. Outro dia, por exemplo, conversando com o gerente de um banco, ele ficou pasmo quando falei que se produzia cinema em Brasília. Assim pensa a maioria das pessoas que ocupam os espaços públicos de decisões políticas e governamentais”, diz André.

O realizador já foi premiado com *Mito e Música: a mensagem de Fernando Pessoa*, e *Ziriguidum Brasília: arte e o sonho de Renato Matos* no festival. Para ele, o cinema brasileiro precisa de energia e de vontade política. “Precisa também de estratégias de reeducação do público que se afastou demais para ocupar o seu próprio mercado consumidor, e produzir a cultura de transformação que ele sabe produzir quando tem condições”, ressalta. *Mito e música: a mensagem de Fernando Pessoa* foi exibido em Portugal.

A Mostra Brasília também foi responsável por impulsionar cineastas iniciantes. Fauston da Silva exibiu o curta *Meu Amigo Nietzsche* no festival, o que foi a primeira porta aberta para o projeto. “Foi uma porta de entrada incrível. Acho que a mostra cumpre esse papel para muitos realizadores daqui. Muitas vezes, é a primeira oportunidade de ter o trabalho reconhecido, de ver o filme no Cine Brasília, com público, vivendo aquilo que é uma parte essencial do cinema: a experiência

coletiva. Para quem está começando, principalmente, ter essa primeira janela é fundamental. Comigo foi assim”, relata.

Após o Festival de Brasília, o projeto passou pela Espanha, por Cuba e pela França, no Festival Internacional de Curta-Metragem de Clermont-Ferrand. “Na exibição, numa sala com cerca de 1.400 pessoas, o público terminou de pé, aplaudindo e cantando. É uma daquelas experiências que ficam para sempre na memória de quem faz cinema”, conta. O festival francês tinha a política de não conceder dois prêmios ao mesmo filme, mas o projeto brasileiro saiu com melhor comédia e prêmio do público.

“Talvez uma das coisas mais bonitas seja perceber que essa trajetória não terminou no circuito de festivais. Até hoje *Meu Amigo Nietzsche* é muito exibido em escolas e universidades. É um filme presente no ambiente educacional brasileiro, inclusive em cursos de filosofia. Ele continua encontrando novos públicos muitos anos depois de ter sido realizado. E, quando olho para tudo isso, penso que essa trajetória começou ali, na Mostra Brasília”, reflete Fauston.

Renato Barbieri, que já foi premiado na mostra com *Cora Coralina - Todas as Vidas*, *Atlântico Negro na rota dos Orixás* e *Tesouro Natterer*, qualificado na categoria documentário para o Oscar, tem uma grande consideração pelo espaço. “A Mostra Brasília é uma janela de oportunidade de uma projeção no Cine Brasília, que as sessões de tarde são muito disputadas. A Câmara Distrital dá um voto de consideração ao cinema de Brasília que eu acho que deveria ser seguido pelo Governo do Distrito Federal”, comenta.

Após a premiação no Festival de Brasília com *Tesouro Natterer*, Renato pode trabalhar a trajetória do projeto. “Estamos trabalhando o filme em festivais internacionais. Nós ganhamos fôlego. E, agora, conseguimos, por conta desse esforço, a gente venceu o edital nacional do Ministério da Cultura e o filme foi contemplado na linha dois. Vai permitir o lançamento nacional digno do filme. Então, eu considero que o prêmio na Mostra ajudou muito o nosso filme a deslançar”, ressalta.

CRÍTICA // Todo o sentimento ★★★★★

Ser felizes juntos

“Eles roubaram o antes e o depois”: não é difícil, em meio ao retrato de uma distopia narrada pelo filme de Glenda Nicácio e Ary Rosa, que prega unificação de comportamentos, entender quem seriam eles. Na nova realidade, muitos se acomodam às barreiras impostas, e vivem sob perseguição intermitente e numa onda de tédio propiciada pela domesticação, com programas de tevê condenáveis como o da Tia Crentinha e do Tiozão. Acrescente-se a isso, Silas Macedo, um suposto evangelizador, num contexto de “humanos direitos”, retruque de “pederastia” e abolição de álcool, entorpecentes e livros condicionados ao atestado de carimbo do governo.

Dos ataques à democracia, no 8 de janeiro de Brasília (com imagens no filme), a trama passa para o morno 2027, com o ódio instituído roçando o cotidiano do

eremita Henrique (Aldri Anunciação) no desejado exílio em que não exerce mais a condição de cineasta. Vidas sob os reflexos intrusivos do Estado passam à ter a metade do potencial. A imobilidade de Henrique (cabeleirante), na fazenda colonial Cachoeira, mudará, pela chegada do jovem Gustavo (Lucas Leto), enviado como novo empregado e repleto de admiração pelo patrão.

Entre a singeleza e o roteiro algo cru, Glenda e Ary, de filmes como *Café com canela* e *Ilha*, do qual *Todo o sentimento* deriva, quebram barreiras, no “mundo que dá voltas”, pela “defesa do tesão de viver”. Despudorado e é libertário, o filme traz bons momentos como o do ataque ao homofóbico e algumas sequências risíveis como a ameaça representada pela criança. Entre boa dose de humor, a cena das “sacanagens faladas” parece herdada de superado modelo de choque oitentista. (RD)



Divulgação

Finalista escolhido

Escolhido entre seis finalistas para concorrer à vaga no Oscar 2027, como representante do Brasil na categoria de melhor filme internacional, o longa *Feito pipa*, de Allan Deberton, tem estreia marcada para 5 de novembro. O longa, que trata reflexos do Alzheimer na trama apresentada por Gugu (Yuri Gomes), neto de Dilma (Teca Pereira), relutante no contato com o pai homofóbico, foi rodado em

Quixadá (Ceará). Na trajetória, o filme, no 76º Festival de Berlim, venceu o Urso de Cristal de melhor filme, além do Grande Prêmio do júri da mostra Generation K-Plus. No Festival de Guadalajara (México) foi considerado o melhor filme e obteve prêmios para os intérpretes centrais. Já no Festival de Gramado, venceu quatro prêmios Kikito: melhor direção, melhor atriz e melhor ator coadjuvante (Lázaro Ramos), além do Prêmio do júri popular. Na conceituada Variety, Yuri Gomes foi apontado como criador de “um jovem personagem inesquecível” (RD).



Desafios para a realização

O cinema brasileiro tem sofrido dificuldades de fomento, assim como boa parte da cultura do Distrito Federal. Para Catarina Accioly, a descontinuidade na política cultural e audiovisual local compromete a periodicidade, a qualidade e a projeção do cinema do DF.

“Produzimos muito, mas porque somos muito resistentes. Não dá mais para direcionar investimentos que deveriam ser feitos na gestão cultural para tampar rombos nas questões administrativas de governo. Política cultural é coisa séria, não pode ser constantemente ameaçada. Esse ano quase não tivemos festival. Tem FAC correndo risco de não sair. Isso é um desperdício com quem faz cultura na capital”, afirma.

A existência de editais permanentes e respeito à produção distrital são pilares essenciais para o cinema brasileiro. “No momento, a cultura e as artes, sobretudo o audiovisual brasileiro está sob o maior ataque da sua história desde quando foram criadas as leis e políticas culturais permanentes, tanto ao Festival de Brasília, que quase não sai este ano, quanto ao edital de 2025”, conta André Luiz Oliveira que passou três décadas acompanhando o trabalho da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo (ABCV) e da Aprocine.

“Resta-nos a esperança que este governo, mesmo alegando falta de repasses, consiga reverter a situação de calamidade cultural como fez com o Festival de Brasília. As centenas de profissionais envolvidos em centenas de projetos aprovados agradecem. Ou seja, os fazedores de arte e cultura da capital do Brasil revivendo o tempo do pires na mão”, ressalta André.

Outro ponto importante, para Fauston da Silva, é recuperar o público brasileiro. “Para mim, isso é uma questão muito importante. Um país precisa se ver na tela. A gente precisa combater essa ideia, que ainda existe, de que o cinema brasileiro é inferior. Não é. O cinema brasileiro é respeitado no mundo inteiro, e o cinema de Brasília também tem conquistado cada vez mais espaço”, destaca. Para Fauston, também é preciso pensar em outras formas de distribuição dos filmes.

Renato Barbieri ressalta que o cinema do DF está cada vez mais aprimorando a sua produção e a presença em festivais internacionais têm mostrado isso. “Isso mostra como o cinema brasileiro está pensando seriamente o cinema, os produtores e produtoras estão pensando com muita seriedade, muito profissionalismo. Independentemente do governo que assuma, eu acho que é necessário uma política de Estado de apoiar fortemente, e estrategicamente o cinema de Brasília. É preciso essa sensibilidade”, finaliza. (RD)



STF dá voltas e não e não sai do lugar

Maria Eduarda Lavocat

A terça-feira (15/09) foi marcada por uma das sessões mais emblemáticas da história do Supremo Tribunal Federal (STF). Em meio à maior crise da Corte, o plenário iniciou o julgamento com o propósito de decidir se seria autorizada a abertura de inquérito para investigar o vice-presidente do STF, ministro Alexandre de Moraes. O que se viu, porém, foi uma longa discussão preliminar, marcada por ironias e embates entre os ministros, sem que o mérito do pedido de investigação chegasse a ser analisado.

Um dos primeiros embates da sessão ocorreu quando o ministro Flávio Dino acusou o presidente do STF, Edson Fachin, de ter avocado cinco processos relacionados à crise envolvendo investigações da Polícia Federal, o caso do Banco Master e ministros do STF. Avocatória é o ato pelo qual uma autoridade chama para si a condução de um processo que estava sob responsabilidade de outra.

Fachin respondeu diretamente às críticas de Dino e negou ter avocado ou assumido a relatoria dos processos. Segundo o presidente do STF, os autos não foram retirados dos relatores por decisão da Presidência, mas encaminhados a ela pelos próprios relatores para que a questão fosse submetida ao plenário, que, em sua avaliação, é o juiz natural da controvérsia.

Questão de ordem

Na sequência, o ministro Gilmar Mendes apontou o que classificou como “irregularidades” na atuação de Fachin na condução de processos relacionados ao Banco Master. O decano da Corte defendeu que o julgamento fosse adiado para a próxima semana, em 23 de setembro, e analisado conjuntamente com o caso envolvendo o ministro André Mendonça. “Essa questão de ordem levou a tarde toda em votação e debate” ressaltou Antonio Gonçalves, advogado criminalista e pós-doutor em Ciências Jurídicas.

Na avaliação do criminalista, há dois grupos de ministros com interesses bem destacados, mas não complementares. De um lado, estariam Moraes, Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. Para ele, esses ministros teriam interesse em proteger Moraes e permitir uma investigação coletiva. “Por isso que eles têm interesse não apenas em investigar o André Mendonça. Eles querem investigar todos os magistrados que forem citados nas operações da Polícia Federal. Esse

Gustavo Moreno/STF



Uma sessão no STF que vai ficar para a história

foi o pedido”, afirma.

O outro grupo, na avaliação do advogado, seria formado por ministros preocupados com a imagem institucional do Supremo e que entendem que a Corte é mais importante do que qualquer um de seus integrantes. Entre eles, Gonçalves cita Fachin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e André Mendonça. “Eles têm o máximo interesse na transparência, na publicidade, no devido processo legal, na ampla defesa e no contraditório”, acredita.

Para Pedro Paulo Wendel Gasparin, advogado especialista em direito processual civil e sócio-fundador do escritório Gasparini, Barbosa e Freire Advogados, “existe uma cortina de fumaça que foi lançada no STF”. Segundo ele, ficou claro que Dino foi responsável por levantar as questões de ordem apresentadas durante a sessão. “Partiu do Dino que levantasse todas aquelas questões de ordem que nós vimos”, afirmou.

Outra questão destacada pelo especialista é a participação de Alexandre de Moraes na votação. No início da sessão, o ministro Kassio Nunes Marques se declarou impedido, sob o argumento de que a discussão poderia ter impacto em sua atuação como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e deixou o plenário. Dias Toffoli, por sua vez, relatou que, após deixar a relatoria do caso Banco Master, passou a se declarar suspeito em julgamentos relacionados ao processo na Segunda Turma, como forma de preservar a Corte. O ministro permaneceu no local para

acompanhar a sessão.

Para Pedro Paulo Gasparin, a participação de Moraes deveria ter sido questionada pelos demais integrantes da Corte, uma vez que a discussão, embora preliminar, estaria diretamente relacionada a uma investigação envolvendo seu nome.

“Estava se decidindo ali, naquela questão, entre outras coisas, como ele mesmo, Alexandre, disse, se iria extinguir ou arquivar, porque existia um pedido da Procuradoria da República para extinguir ou arquivar a PET do Mendonça. Então, já existia ali um impedimento enorme para que ele se manifestasse, até na questão preambular”, argumenta.

Pedido de vista

Outro ponto importante para entender a sessão foi o embate entre os ministros Gilmar Mendes e André Mendonça. A discussão começou após Mendonça se dirigir ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, ao comentar a atuação da PGR no caso.

Gilmar interrompeu a manifestação e saiu em defesa de Gonet, classificando as colocações de Mendonça como “leviandade”. Mendonça, reagiu pedindo que Gilmar respeitasse sua fala. O tom da discussão aumentou. “É impressionante a desfaçatez desse sujeito”, afirmou Gilmar, enquanto Mendonça rebateu, em tom elevado: “A desfaçatez de Vossa Excelência. Me respeite”.

Na sequência, Gilmar respondeu: “Pode chorar, pode chorar”. Diante da escalada do

embate, o ministro Flávio Dino interveio classificando a sessão como “desastrosa” e pediu vista do processo.

Naquele momento, o placar era de 4 a 2 pela reunião dos casos. Gilmar Mendes, Dino, Cristiano Zanin e Moraes votaram pelo julgamento conjunto. Já Fachin e Mendonça defenderam a análise separada. Após o pedido de vista, Luiz Fux e Cármen Lúcia também apresentaram seus votos e acompanharam Fachin. Com isso, Fachin proclamou o placar formal de 4 votos a 3 pela análise separada dos casos envolvendo Moraes e Mendonça.

Para Pedro Paulo Wendel Gasparin, no entanto, o pedido de vista feito por Dino seria contraditório. Segundo o advogado, o ministro já havia apresentado sua posição sobre a questão preliminar e, portanto, não estaria diante de uma dúvida que justificasse a suspensão do julgamento.

“Ele pede vista, alegando que nós temos uma eleição e, de uma maneira deselegante, criticando o presidente da Corte, que não estava conduzindo bem. Ora, o pedido de vista pressupõe que o magistrado está em dúvida sobre o que está sendo julgado. Ele não estava em dúvida. Ele declarou o seu voto e a posição dele ficou clara para todos”, afirmou.

O advogado Antônio Gonçalves explica que, com o pedido de vista, o ministro Flávio Dino tem até 90 dias úteis para devolver o processo com seu voto. Segundo ele, Dino pode apresentar o voto já nesta quarta-feira, na próxima semana ou somente ao fim do prazo, o que poderia levar a análise para o próximo ano.

No entanto, há uma sessão marcada para a próxima terça-feira (23/9), destinada à análise do processo envolvendo o ministro André Mendonça. A realização do julgamento depende da definição sobre a questão de ordem apresentada nessa sessão, que discute se os processos envolvendo Mendonça e Alexandre de Moraes devem ser analisados conjuntamente ou de forma separada. “Então, não dá para você julgar o processo do ministro André Mendonça sem decidir se essa análise é separada ou coletiva”, explica Gonçalves.

Diante disso, resta saber como o presidente do STF, Edson Fachin, dará encaminhamento à questão. Para Gonçalves, do ponto de vista regimental, o processo de Mendonça teria de permanecer suspenso enquanto a questão de ordem não for definida. “Ele nem tem nada a analisar na semana que vem, por problemas evidentemente processuais. Existe uma grande possibilidade de que a sessão da semana que vem seja cancelada”, avalia.

ENTREVISTA — GUILHERME VEIGA, advogado, doutor em direito constitucional

“Independência não significa ausência de limites institucionais”

ANA MARIA CAMPOS

A crise interna no Supremo Tribunal Federal (STF) expôs divergências entre ministros e criou um ambiente de guerra na instância máxima do Judiciário brasileiro. Mais do que nunca, deu munição para o debate sobre os limites da atuação da Corte, os mecanismos de controle e as garantias de imparcialidade em situações

que envolvem os próprios integrantes do Tribunal. Para o advogado constitucionalista Guilherme Veiga, o momento exige transparência, sobriedade e a preservação da instituição acima das disputas pessoais.

Do ponto de vista constitucional, é adequado que o próprio STF decida se deve ou não ser aberta uma investigação contra um de seus ministros? Existe algum mecanismo que garanta maior imparcialidade nesse tipo de situação?

Do ponto de vista constitucional, não há outra instância judicial para a qual essa questão possa ser simplesmente deslocada. A Constituição atribui ao próprio Supremo competência para processar e julgar seus ministros por infrações penais comuns e, portanto, eventual investigação submetida ao Poder Judiciário necessariamente passa pelo STF. Trata-se, evidentemente, de uma situação excepcional e inédita na história da Corte. Justamente por isso, devem ser reforçadas as

garantias de imparcialidade. A primeira delas é a transparência absoluta do procedimento. A segunda é o afastamento de quem tenha interesse direto na decisão. Com todo respeito, a meu ver, o ministro Alexandre de Moraes não deveria participar da votação destinada a decidir se deve ou não ser aberta investigação contra ele próprio. É uma decorrência elementar da imparcialidade e da ideia de que ninguém deve atuar como julgador em causa própria.

Até que ponto uma crise interna no STF pode afetar a confiança da população no Judiciário e nas instituições brasileiras?

Uma crise interna dessa magnitude no Supremo Tribunal Federal inevitavelmente repercute sobre a confiança da sociedade no Poder Judiciário e nas próprias instituições brasileiras, especialmente porque o STF ocupa a posição de cúpula do sistema constitucional e judiciário. Por isso, em momentos de crise, a preservação institucional exige transparência nos procedimentos e, sobretudo, que a instituição seja colocada acima das pessoas.

Quando os ministros passam a trocar acusações publicamente, isso pode comprometer a percepção de imparcialidade das decisões da Corte?

Quando ministros passam a trocar acusações publicamente, o problema vai além da percepção de imparcialidade. O que se compromete, sobretudo, é a imagem de urbanidade, serenidade e equilíbrio institucional que se espera de integrantes de uma Suprema Corte Constitucional. A postura dos ministros diz muito sobre a própria Corte. Divergências são naturais e até necessárias, mas precisam ser manifestadas com respeito e sobriedade, especialmente porque o exemplo institucional deve partir dos mais altos cargos da República. Em momentos de tensão, é justamente quando se exige maior cuidado com as palavras e preservação da instituição acima das divergências pessoais. Episódios de confronto público entre ministros já ocorreram em outros momentos do Supremo, e a sessão de 15 de setembro voltou a expor esse tipo de tensão, o que é muito ruim.

O presidente do STF, Edson Fachin, foi questionado durante a sessão sobre a condução dos processos e a relatoria. Quais são os limites do poder do

Divulgação



presidente da Corte para definir o rito e a distribuição desses casos?

A Presidência do Supremo tem atribuições relevantes na condução das sessões e na organização da pauta, embora isso evidentemente não signifique um poder discricionário para retirar processos de seus relatores ou alterar livremente as regras de distribuição. O ministro Edson Fachin esclareceu, na sessão de ontem, que não avocou processo algum e explicou que os casos chegaram à Presidência dentro do procedimento adotado no próprio Tribunal. Na sessão, Fachin também sustentou que, diante do dever institucional da Presidência de zelar pelas prerrogativas do Tribunal, caberia ao presidente ocupar a posição de relator nessa situação excepcional e levar a questão ao Plenário.

O pedido de vista de Flávio Dino suspendeu o julgamento. O que acontece agora e quais são os

próximos passos possíveis para que essa questão seja retomada?

Com o pedido de vista do ministro Flávio Dino, o julgamento foi suspenso. Pelas regras do Supremo, o ministro tem até 90 dias, contados da publicação da ata da sessão, para devolver o processo. Ele pode fazê-lo antes desse prazo. Se os autos não forem devolvidos, ao final dos 90 dias ficam automaticamente liberados para a continuidade do julgamento. Na sessão, o Supremo sequer chegou ao mérito da questão. O que estava sendo discutido era uma questão de ordem para definir se as duas petições deveriam ser julgadas conjuntamente ou separadamente. O placar ficou em 4 a 3 pelo julgamento separado. O ministro Flávio Dino chegou a manifestar posição favorável à reunião dos casos, mas, ao pedir vista, solicitou que sua posição não fosse computada naquele momento. Na prática, o prazo de vista permite que essa indefinição atravesse todo o período eleitoral, caso o ministro utilize parcela significativa dos 90 dias. Somente depois da retomada será definida, primeiro, a forma de processamento das duas petições e, posteriormente, poderá ser enfrentada a questão sobre a abertura ou não de investigação. E é importante deixar isso muito claro. Não se está discutindo culpa ou responsabilidade de qualquer ministro. A questão é anterior: saber se existem elementos que justifiquem a abertura de uma investigação para que os fatos sejam formalmente apurados. Até agora, essa decisão não foi tomada pelo Supremo.

Essa crise pode alimentar uma discussão mais ampla sobre os limites dos poderes do STF e sobre os mecanismos de controle da Corte?

Essa crise já alimenta uma discussão mais ampla sobre os limites dos poderes do Supremo Tribunal Federal e sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da

Corte. Na minha obra *Jurisdição Constitucional Dialógica*, defendo, justamente, uma ideia de autocontenção qualificada do Supremo, no sentido de que a interpretação constitucional deve permanecer dentro de um corredor metodológico delimitado pela própria Constituição. A independência judicial é indispensável, mas independência não significa ausência de limites institucionais. Esse debate hoje alcança temas como a duração do mandato dos ministros, os critérios de escolha e os mecanismos de responsabilização e transparência. Há, inclusive, proposta em tramitação no Senado prevendo mandato de dez anos para ministros do STF. Também ganhou força a discussão sobre um Código de Ética para a Corte, que foi anunciado pelo presidente Edson Fachin como prioridade de sua gestão, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia, embora a iniciativa enfrente resistência interna e dificuldades para avançar no atual ambiente de crise.

Quem deve atuar como mediador quando o conflito está dentro da Suprema Corte?

Em princípio, o presidente do Supremo Tribunal Federal é quem possui a melhor posição institucional para exercer esse papel de mediação dentro da Corte. A Presidência não apenas conduz os trabalhos do Tribunal, mas também pode contribuir para preservar o diálogo, a urbanidade e a própria institucionalidade do Supremo. Mas toda mediação tem um limite fundamental: ela depende da disposição das partes para dialogar. Não existe mediação efetiva quando os envolvidos não estão dispostos a construir algum espaço de convergência. E, pelo que estamos assistindo, parece que ainda não chegamos a esse momento. Quando as posições se tornam absolutamente inconciliáveis, a capacidade da mediação de produzir resultados diminui significativamente. Infelizmente, esse parece ser o cenário atual.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Rosinei Coutinho/STF



Na linha de frente, em favor de Moraes

Rosinei Coutinho/STF



Nesta terça-feira histórica (15/09), o ministro Alexandre de Moraes teve no plenário do STF dois aliados que atuaram como advogados de sua causa. Dois magistrados eloquentes e com personalidade: o decano, Gilmar Mendes, e Flávio Dino. Os dois criaram uma situação em que ficou difícil debater a abertura de processo contra Moraes e entrar no mérito das suspeitas apontadas pelo relator da Operação Compliance Zero, André Mendonça. Nem mesmo a autoridade do presidente do STF, Edson Fachin, foi suficiente para fazer a sessão avançar. Com pedido de vista de Dino, depois de mais de oito horas de discussões, o debate não saiu das preliminares. Moraes tem no seu exército dois fortes combatentes.

Como será?

O clima de guerra pode piorar. Caso consiga passar ileso da crise atual, o ministro Alexandre de Moraes vai assumir em setembro de 2027 a presidência do Supremo Tribunal Federal. Como será a relação com o Executivo caso Flávio Bolsonaro (PL), que hoje corre cabeça a cabeça com Lula pela presidência da República, esteja no Palácio do Planalto?

Victor Piemonte/STF



Generalizações

A OAB, a Associação dos Magistrados e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) reagiram às declarações do ministro Flávio Dino na sessão desta terça-feira (15/09). Dino disse que este “é o momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil”. “Generalizações não amparadas em dados prestam um desserviço à credibilidade das instituições e ao bom funcionamento do regime democrático”, afirma a ANPR.

Pauta positiva: licenças-maternidade iguais para todas

Um dia depois da grande confusão no plenário, o STF discutiu, ontem, uma pauta positiva, sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes: unificação de prazos de licença-maternidade biológica e adotiva. Moraes propõe uniformizar as regras para garantir a todas as mães, em qualquer situação, licença de 120 dias, prorrogável por mais 60 dias. Segundo o ministro, a Constituição não faz distinção entre filhos biológicos e adotivos, e, portanto, não deve haver diferença entre as licenças. Até o momento, há quatro votos com esse entendimento. A ministra Cármen Lúcia e os ministros Flávio Dino e Dias Toffoli acompanharam o relator.



Pacífico



Contaminação

Entre os 10 ministros do STF, metade teve algum tipo de contato pessoal ou por meio de um familiar com Daniel Vercaro. Fica difícil imaginar um julgamento sobre suspeitas envolvendo a relação com o ex-banqueiro sem qualquer tipo de contaminação. Todos os ministros do Supremo têm algum tipo de impedimento ou suspeição, seja por interesse direto no desfecho do caso ou amizade e inimizade com os alvos.

Divulgação



Uma lupa no direito penal

Foi lançada nesta terça-feira (15) a obra *Estudos sobre Direito Material e Processual Penal - Homenagem ao ministro Teodoro Silva Santos*, em evento no Espaço Cultural do STJ, com a presença de magistrados, advogados e integrantes do Ministério Público. Organizado por Fernanda Mathias de Souza Garcia e Wilson Furtado Ribeiro, com apresentação da ministra aposentada Laurita Vaz, o livro reúne textos de juristas sobre temas como juiz de garantias, cadeia de custódia, provas digitais, Tribunal do Júri, Acordo de não persecução penal, colaboração premiada, prisão cautelar, reconhecimento de pessoas, sistema carcerário, crimes tributários e empresariais, justiça restaurativa, organizações criminosas, entre outros de interesse de quem trabalha com direito penal. O livro celebra a trajetória do ministro Teodoro Silva Santos, do STJ, que percorreu todas as etapas do sistema de Justiça brasileiro. Foi delegado, promotor de Justiça, desembargador e, desde novembro de 2023, é ministro (na foto, ao lado dos advogados Elias Albuquerque e Raul Saboia).

A vida de quem faz a Procuradoria acontecer

O que acontece no dia a dia de procuradores quando os processos se fecham na vida de quem lida com pareceres, ações judiciais e recursos? Para contar um pouco desse bastidor, a jornalista e assessora de comunicação social da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA) Mara Santana lança, hoje (17/09), o livro *Casos e Causos da PGE-BA: entre prazos, cafezinhos e risadas*. O evento será realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, durante o 4º Congresso Brasileiro de Comunicação Pública (ComPública).



Divulgação

Rosinei Coutinho/STF



“O Poder Judiciário existe para tranquilizar o povo e nós geramos intranquilidade”

Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF)

Visão do Direito



Leonardo Furtado

Diretor da AASP Associação dos Advogados

Protagonismo individual é o maior inimigo do Supremo

A crise que hoje atravessa o Supremo Tribunal Federal (STF) não deveria ser analisada apenas a partir da pergunta sobre qual ministro tem razão. Talvez, a questão mais importante seja: em que momento a força individual de integrantes da Corte passou a disputar espaço com a força da própria instituição?

Os episódios recentes envolvendo membros da mais alta corte do nosso país, os aparentes conflitos de interesse, vazamentos, decisões individuais e acusações cruzadas produziram uma situação particularmente grave. Não apenas porque envolvem integrantes do STF, mas porque revelam um problema que ultrapassa pessoas e circunstâncias, representado pela progressiva personalização do tribunal.

Nesse cenário, ainda que possa haver inúmeros culpados, há apenas uma vítima: o próprio STF.

É necessário ter a clareza de que a crise atual não pode ser reduzida a uma disputa

entre ministros, pois mais uma vez se incidiria no erro que é a gênese do problema, qual seja, o monocratismo.

De fato, estamos acostumados a discutir o tema sob a perspectiva meramente processual, tratando de decisões individuais capazes de produzir efeitos de enorme alcance político, econômico e social. Mas, talvez, seja necessário ampliar essa reflexão.

O monocratismo também se manifesta quando integrantes de uma instituição passam a exercer seu poder, sua influência ou sua exposição pública de maneira cada vez mais dissociada do colegiado que representam.

O Poder Judiciário possui, por natureza, uma função contramajoritária. Sua legitimidade não deriva da popularidade de seus integrantes nem da capacidade de conquistar apoio nas redes sociais, nos eventos empresariais, nos ambientes políticos ou na opinião pública. Juízes não precisam — aliás, não devem — ser populares. Precisam ser independentes, imparciais e confiáveis.

Quando a identidade de um tribunal passa a se confundir excessivamente com a personalidade de seus integrantes, críticas dirigidas a pessoas atingem a instituição. Relações pessoais produzem dúvidas institucionais. Conflitos individuais transformam-se em crises de Estado. E decisões que deveriam ser compreendidas juridicamente passam a ser interpretadas segundo alinhamentos políticos, preferências pessoais ou disputas de poder.

É nesse ponto que todos perdemos. A manutenção da democracia pressupõe um Supremo forte, pois cabe a ele ser capaz de contrariar maiorias circunstanciais, proteger direitos fundamentais, limitar abusos dos demais Poderes e garantir a defesa da Constituição a qualquer custo, inclusive da popularidade.

Mas é absolutamente necessário ter claro que a força necessária para cumprir essa missão deve pertencer à instituição, e não às pessoas que temporariamente ocupam suas cadeiras.

Decisões individuais continuarão sendo

indispensáveis em determinadas circunstâncias, mas questões capazes de alterar profundamente a vida institucional do país precisam, sempre que possível, encontrar no colegiado seu espaço natural de deliberação.

Instituições fortes são aquelas capazes de estabelecer limites inclusive para quem exerce o poder em seu nome.

Nenhum ministro pode ser maior do que o Supremo. Nenhuma trajetória individual, por mais relevante que seja, pode justificar exceções aos deveres inerentes ao cargo. As pessoas passam. As instituições precisam permanecer.

Em uma Democracia, instituições sólidas não precisam de protagonistas permanentes. Precisam de pessoas capazes de compreender que exercer poder também significa saber contê-lo. Porque preservar a autoridade do Supremo é preservar algo muito maior do que seus onze Ministros: é preservar a confiança no sistema de Justiça e na própria Democracia.

Visão do Direito



Alexandre Piquet

Advogado licenciado nos EUA, fundador e managing partner da Piquet Law Firm

A nova lógica da imigração para os Estados Unidos

Durou exatamente sete meses a estratégia do Departamento de Estado norte-americano de congelar a emissão de vistos permanentes para imigrantes de 75 países, incluindo os brasileiros. Uma juíza federal dos EUA anulou o decreto que estava em vigor desde 21 de janeiro e que suspendia a análise dos pedidos de vistos destinados à residência permanente.

Com isso, os consulados deverão retomar esse tipo de atendimento. Entretanto, ainda cabe recurso por parte do governo federal. Por isso, a recomendação imediata é que os interessados em se mudar definitivamente para os EUA acelerem o pedido de emissão. Esta é uma janela de oportunidade que não sabemos quanto tempo pode durar. O enrijecimento do governo norte-americano em relação a esses países não deverá ser interrompido apenas com essa decisão judicial.

A emissão de vistos de turismo e negócios B-1/B-2 e de vistos permanentes para quem tem dupla cidadania, desde que seja de algum país fora da lista, não foi afetada. Os pedidos de residência permanente continuaram sendo recebidos nos consulados durante a suspensão e agora esses casos acumulados deverão ser analisados.

É possível prever que haverá um congestionamento nas análises desses pedidos que estão na fila há mais tempo, e isso torna ainda mais urgente o agendamento de novos requerentes. Quanto mais rápido for o encaminhamento, maiores as chances de conseguir uma resposta em tempo hábil, antes que possa haver uma nova tentativa de interrupção por parte do governo dos Estados Unidos.

Dentre os documentos obrigatórios estão os pessoais básicos, como certidão de nascimento, bem como de casamento ou de divórcio e

certidão de antecedentes criminais. Além disso, o solicitante deve apresentar o Formulário de Imigração I-130 ou I-140 totalmente preenchido, a depender da origem do processo (familiar ou de emprego), exame médico, carteira de vacinação e declarações que comprovem a capacidade financeira do candidato ou de seu patrocinador (Affidavit of Support).

A residência permanente nos EUA não é um sonho impossível, mas o procedimento é complexo e exige uma atenção muito minuciosa de quem está requerendo o visto. O mais recomendável é que isso seja feito com cuidado, de modo a entregar todas as informações exigidas pela política migratória. E, agora, é preciso que isso seja feito o quanto antes.

Justificativa para a suspensão

A declaração de imposto de renda, por exemplo, tende a ser tratada como um dos documentos mais importantes pelo

Departamento de Estado. Isso porque a suspensão em janeiro deste ano ocorreu sob a justificativa, apresentada pelo órgão federal dos EUA, de que os imigrantes de 75 países representavam um “alto risco de dependerem da assistência social ou de se tornarem um peso para as finanças públicas”.

À época, já projetávamos uma exceção de vistos aos cidadãos com mais condições financeiras de se manter no país. Ainda mantemos essa posição. Está claro que o governo dos EUA vai conceder residência permanente somente àqueles que comprovarem envergadura financeira, domínio da língua local e idade menos avançada. O governo quer priorizar pessoas autossuficientes, que não venham a depender de políticas sociais num médio-longo prazo, seja no período de suspensão, seja agora. Essa decisão, ao que parece, não vai mudar.

Visão do Direito



Ílison Dias Dos Santos

Professor investigador Ramón y Cajal de direito penal na Universidade de Alcalá (Madri, Espanha)

A biruta do voto e o poder punitivo

A atmosfera de nossas cidades e dos meios de comunicação já é outra. Um espírito diferente paira no ar, sem cerimônia, sem pedir licença para entrar e permanecer: é a efervescência da campanha eleitoral, iniciada em agosto, que nos acompanhará até as eleições de outubro.

Esse fenômeno deveria ser mais um exercício da cidadania em nossa democracia, com seus trancos e barrancos. Mas, em uma sociedade marcada por profunda desigualdade socioeconômica, altos índices de letalidade e expansão do marco de poder do totalitarismo financeiro da exclusão, o punitivismo tem se tornado uma estratégia eleitoral que transforma o direito penal em arma de guerra.

Há políticos que perceberam que discursos belicosos como “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos para humanos direitos” soam como música aos ouvidos de parte do eleitorado. É como se portassem uma biruta daquelas que ajudam a identificar a direção do vento — ou melhor, do voto. A aposta está na promessa fácil de que mais punição, encarceramento e letalidade seriam a solução para todos os males atinentes à questão criminal.

Essa estratégia também joga com uma espécie de pânico moral midiático que

dissemina a ideia de que prendemos pouco, de que há impunidade generalizada e de que as prisões estão cheias de autores de crimes horrendos, como homicídios e estupros. Esse retrato oculta pessoas pobres, presas sob acusação ou em cumprimento de pena por crimes contra o patrimônio ou por envolvimento no pequeno comércio de drogas. Oculta, também, o papel dos estereótipos na seleção criminalizante exercida pelas polícias, alimentada pelos preconceitos mais profundos de nossa sociedade, marcada pela cicatriz escravocrata.

A falácia desse discurso, negacionista das ciências criminais, está em simplificar a questão criminal e reduzi-la à criação de novos tipos penais, ao endurecimento das penas e à eliminação de mecanismos de contenção do poder punitivo, como as audiências de custódia. É como se cada possível autor de delito fosse um estrategista calculista que, ao tomar seu café da manhã, antes de sair de casa, folheasse o Código Penal para verificar as penas e os novos crimes e ponderar a viabilidade de cometê-los.

Esse raciocínio, além de absurdo, desconsidera o contexto sociopolítico em que o poder punitivo opera: o racismo, os estereótipos criminais, a divisão da sociedade brasileira em verdadeiras castas, nas quais os párias

são os indesejados herdeiros da cicatriz escravocrata, hoje excluídos e destinatários da seleção criminalizante.

Desconsidera também a alta, altíssima, letalidade desse poder, particularmente a de suas agências executivas, as polícias. A violência que vitima policiais tampouco pode ser ignorada: os corpos negros predominam tanto entre os agentes assassinados quanto entre as pessoas mortas em intervenções policiais.

O saber criminológico que esses candidatos desprezam procura extrair e interpretar os dados da realidade, que muitas vezes falam mais pelo que ocultam do que pelo que apresentam. Há, sobretudo, algo que esse discurso esconde: a ampliação da criminalização e da letalidade está destinada aos próprios vulneráveis que a reivindicam ao eleger candidatos comprometidos com essa plataforma falaciosa. A biruta da política, ao sentir a força desse vento eleitoral, responde precisamente nessa direção.

Em outras palavras, temos no Brasil um fenômeno duplamente perverso em relação à questão penal, que se torna mais nítido no período eleitoral: parte da população é enganada por um recorte da realidade que não contempla a complexidade do combate à criminalidade e pode tornar-se, ela própria, vítima das respostas fáceis e falsas que apoia.

Por isso, quando o leitor eleitor estiver diante de candidatos que apelam a esse expediente, levando a complexa questão criminal ao terreno raso da falsa dicotomia entre o delinquente como vítima ou vilão da sociedade, saiba que a biruta do voto orienta esse discurso. Por cálculo ou irreflexão, esses candidatos reproduzem uma fórmula fácil e barata para obter votos: a ideia enganosa de que tudo se resolve com mais punição, letalidade e encarceramento.

O conhecimento produzido pelas ciências criminais não autoriza essa promessa de solução geral. Ela pode, ao contrário, aprofundar o encarceramento em massa e a violência letal contra os mesmos vulneráveis que, sem perceber, pedem mais cárcere e mais violência contra si próprios.

Esperamos que os ventos sejam favoráveis, portanto, a uma eleição em que o punitivismo não funcione como método de obter votos sem esforço e sem propostas estruturais. Que fique exposta a perversidade de um discurso que subestima a inteligência do eleitor. E que este, percebendo a estratégia de políticos inescrupulosos que seguem a direção indicada pela biruta do voto, responda de modo contundente, sem se deixar enganar, mostrando que não é biruta, que tem a cabeça bem-feita.

Visão do Direito



Cassio Barreto

Sócio de Barreto Lamussi Nunes Advogados, com atuação em direito imobiliário e estruturação de operações patrimoniais

O que os distratos em alta revelam sobre o contrato de incorporação

Os primeiros balanços trimestrais das incorporadoras de 2026 mostram um sinal de atenção específico para o setor: em pelo menos duas das maiores incorporadoras focadas em habitação de baixa e média renda do país, o volume de distratos cresceu de forma expressiva ante o mesmo período do ano anterior — uma delas registrou alta de mais de 100% no primeiro trimestre e de mais de 35% no segundo. As causas identificadas pelas próprias companhias variam — de descontinuidade de subsídios regionais que complementavam programas habitacionais a questões pontuais de licenciamento — mas o padrão de fundo é o mesmo: contratos de

incorporação seguem expostos a um risco que, em ciclos de crédito mais restritivo, deixa de ser hipotético.

A Lei do Distrato (Lei 13.786/2018) trouxe objetividade a um tema antes predominantemente jurisprudencial, estabelecendo percentuais de retenção, prazos de devolução e a obrigatoriedade de um quadro-resumo claro no contrato. No entanto, a aplicação correta da lei exige atenção e requisitos que muitos contratos de incorporadoras ainda não atendem. O regime de patrimônio de afetação, por exemplo, altera significativamente o percentual de retenção permitido, podendo chegar a 50% do valor pago, além da comissão de corretagem. Essa distinção, porém,

nem sempre é representada com precisão no quadro-resumo entregue ao comprador.

Tem-se verificado que um quadro-resumo impreciso ou uma cláusula penal desproporcional têm sido alvo de revisão judicial com frequência crescente. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, em mais de uma oportunidade, sobre os limites de validade dessas cláusulas — o que significa que uma incorporadora que redigiu seu contrato de forma genérica corre o risco de recuperar, na prática, menos do que a lei formalmente permitiria reter.

A recomendação prática, portanto, não é reagir ao distrato quando ele acontece, mas revisar a estrutura contratual antes: confirmar

se o regime de afetação está corretamente refletido no quadro-resumo, se a cláusula penal está dentro de parâmetros que resistem a revisão judicial, e se o processo de comunicação da desistência ao comprador está alinhado à forma exigida pelo Código Civil para o distrato — que, em regra, deve seguir a mesma formalidade do contrato original.

Em um cenário de juros ainda elevados e crédito mais seletivo, é razoável esperar que o volume de distratos continue relevante ao longo de 2026. Nesse contexto, um contrato de venda e compra de unidade bem estruturado deixa de ser um detalhe técnico e se traduz, na prática, em capacidade de reter — ou não — o que a lei já autoriza reter.

Visão do Direito



Isadora Fingerhann
Sócia de TozziniFreire na
área penal empresarial



Luiza Helena Duarte
Advogada sênior de TozziniFreire na área penal empresarial

Entre a contravenção e a regulação: o início do julgamento dos jogos de azar no STF

O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do Tema 924 da repercussão geral, que discute a validade constitucional da contravenção de exploração de jogos de azar, prevista no artigo 50 da Lei de Contravenções Penais.

A Corte deve decidir se a criminalização permanece compatível com a Constituição de 1988 ou se as transformações sociais, econômicas e legislativas das últimas décadas comprometeram os fundamentos que sustentaram a intervenção penal nesse campo.

Embora a controvérsia envolva uma norma editada em 1941, os primeiros debates revelam uma questão mais ampla: como compatibilizar a proibição penal dos jogos de azar com a expansão das modalidades de apostas autorizadas e reguladas pelo próprio Estado brasileiro?

A discussão evidencia um paradoxo. Enquanto a lei penal mantém a exploração de jogos de azar como contravenção, o ordenamento passou, nas últimas décadas, a admitir determinadas modalidades de apostas. O fortalecimento das loterias públicas, a regulamentação das apostas de quota fixa e o desenvolvimento do mercado de bets demonstram uma mudança gradual de postura legislativa em relação ao setor.

Nesse cenário, a controvérsia ultrapassa

a recepção constitucional da norma penal e coloca em questão a coerência de um sistema que criminaliza determinadas formas de exploração do jogo, mas admite, regula e tributa outras atividades estruturadas sob lógica semelhante.

O tom do julgamento foi definido pelo voto do relator, ministro Luiz Fux, que se manifestou pela recepção do artigo 50, mantendo a proibição, mas reconstruindo seus fundamentos constitucionais. Fux afastou a ideia de que a restrição esteja baseada, exclusivamente, em razões morais ou religiosas e destacou a proteção da saúde, do patrimônio, da autonomia individual e do bem-estar social, diante de riscos como compulsão, endividamento, vulnerabilidade econômica e assimetria informacional entre operadores e apostadores.

A mudança de enfoque desloca a justificativa da intervenção estatal da reprovação moral para a gestão de riscos e a proteção de vulnerabilidades. A criminalização passa a ser apresentada como mecanismo de contenção de danos individuais e coletivos, como superendividamento e dependência comportamental, em movimento que dialoga com a análise de Jesús-María Silva Sánchez sobre a expansão do direito penal nas sociedades contemporâneas.

A partir dessa fundamentação, surge uma questão inevitável sobre as apostas permitidas pelo ordenamento. Muitas das preocupações apontadas no julgamento, como compulsão, publicidade agressiva e assimetria informacional, também aparecem no debate sobre as bets.

Foi nesse ponto que o ministro Flávio Dino trouxe a tensão para o centro da discussão. Embora tenha acompanhado Fux quanto à recepção constitucional da contravenção, Dino defendeu que o Supremo também estabeleça parâmetros constitucionais para as modalidades de apostas autorizadas por legislação específica, incluindo restrições publicitárias, mecanismos de proteção aos apostadores e medidas de prevenção à dependência.

A divergência entre os ministros revela duas visões sobre os limites da atuação da Corte. Para Fux, o recurso está restrito à análise da recepção constitucional do artigo 50, e questões relativas às bets e às casas de apostas devem ser discutidas em processos específicos. A posição privilegia uma atuação jurisdicional contida, limitada ao objeto da repercussão geral.

Dino, por sua vez, entende que a análise da constitucionalidade da proibição penal não pode ser inteiramente dissociada da

realidade normativa atual. Para essa perspectiva, reconhecer a validade da contravenção sem considerar a expansão das modalidades autorizadas poderia gerar um cenário de difícil justificação sistêmica. A preocupação está, portanto, menos na validade abstrata da norma e mais na coerência constitucional do modelo regulatório como um todo.

O embate reproduz, em certa medida, a tensão entre minimalismo e maximalismo judicial. Enquanto o relator privilegia uma decisão vinculada à questão submetida ao STF, Dino propõe aproveitar a oportunidade para estabelecer parâmetros mais amplos capazes de orientar o legislador e os agentes reguladores.

O pedido de vista de Dino interrompeu, temporariamente, o julgamento. Os primeiros votos, contudo, já mostram que a discussão ultrapassa os limites da recepção constitucional de uma norma editada há mais de oito décadas. Em última análise, o STF enfrenta a tensão entre uma política criminal que mantém a proibição dos jogos de azar e uma política regulatória que admite e tributa determinadas modalidades de apostas. A questão central passa a ser a capacidade do sistema jurídico de justificar, de forma coerente, onde termina o jogo proibido e começa a aposta permitida.

Visão do Direito



Edgard Leite Jr
Advogado e sócio do Edgard Leite
Advogados Associados

Cidade Jardim: preservar a cidade não significa impedir seu futuro

A discussão sobre o zoneamento da Cidade Jardim ultrapassa o bairro. O que está em debate é como São Paulo deve conciliar preservação, desenvolvimento urbano e segurança jurídica.

É legítimo que moradores defendam as características urbanísticas e ambientais da região. O problema surge quando essa preocupação se transforma na ideia de que um modelo de ocupação, por existir há décadas, deve permanecer inalterado.

São Paulo jamais foi uma cidade estática. Regiões hoje densamente ocupadas já foram

horizontais. Infraestrutura e transporte modificaram as formas de morar, trabalhar e circular. Preservar não significa congelar.

A cidade enfrenta escassez de solo bem localizado e grandes deslocamentos. Precisa conter a expansão horizontal e aproveitar melhor a infraestrutura existente.

Há uma distinção jurídica fundamental. Empreendimentos imobiliários não alteram o zoneamento. Quem define os parâmetros de uso e ocupação do solo é o Poder Público. O particular apresenta seu projeto conforme as normas vigentes,

sujeito a licenciamento, estudos de impacto e medidas mitigadoras.

Audiências e debates integram a construção das políticas urbanas. Participação, entretanto, não significa poder de veto.

Baixa densidade não é sinônimo de sustentabilidade. A expansão horizontal amplia deslocamentos e exige infraestrutura. Utilizar melhor áreas urbanizadas pode aproximar moradia, emprego e serviços. Isso não significa defender verticalização indiscriminada.

Há, ainda, a segurança jurídica. Leis urbanísticas regularmente aprovadas

orientam projetos e investimentos. Havendo vício, cabe ao Judiciário reconhecê-lo. Controlar a legalidade, porém, não significa substituir escolhas urbanísticas dos Poderes legitimados.

O desafio da Cidade Jardim não é destruir suas qualidades nem congelá-la no tempo. É permitir uma transformação planejada e responsável, protegendo o que merece ser preservado e admitindo a evolução do que pode ser modernizado.

Preservar São Paulo não é impedir que a cidade evolua.

Visão do Direito



Sâmla Campissi
Advogada especialista em
leilão de imóveis. Sócia
fundadora da Arrematei



Jorge Silva
Secretário-geral da
Comissão Especial de
Leilões (OAB/RJ)



Lucia Mugayar
Presidente da Comissão
Nacional de Leilões OAB e
sócia da Arrematei

Segurança jurídica nos leilões judiciais

A arrematação judicial é o momento em que um bem levado a leilão é efetivamente transferido para viabilizar o pagamento de uma dívida. Assim, a segurança desse processo é fundamental não apenas para quem compra, mas para o próprio funcionamento dos leilões judiciais, pois a confiança na preservação de uma aquisição regularmente realizada favorece a participação dos interessados, a competitividade dos lances e a efetividade da execução.

Nesse sentido, o art. 903 do Código de Processo Civil estabelece que, depois de assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irratável, ainda que posteriormente sejam julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma prevista no § 4º. A previsão estabelece um marco para a estabilidade da aquisição e protege quem participa regularmente do leilão contra a transferência indiscriminada de controvérsias existentes entre as partes do processo.

Essa proteção se mostra necessária, principalmente, quando surgem discussões posteriores relacionadas ao credor, ao devedor ou às obrigações constituídas antes da alienação, porque a existência de uma

controvérsia juridicamente relevante não significa que seus efeitos possam ser automaticamente transferidos ao arrematante. A segurança prevista pelo CPC depende, portanto, da distinção entre os vícios que efetivamente comprometem a arrematação e as questões que devem ser resolvidas entre os respectivos interessados.

O Superior Tribunal de Justiça enfrentou uma dessas situações no Tema 1.134, ao considerar inválida a previsão editalícia que atribui ao arrematante a responsabilidade pelos débitos tributários incidentes sobre o imóvel cujo fato gerador seja anterior à alienação. Ao reconhecer a sub-rogação prevista no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, o entendimento delimita os encargos que podem ser transferidos ao adquirente e preserva a segurança esperada de uma aquisição realizada sob a condução do Poder Judiciário.

A estabilidade conferida à arrematação não elimina a possibilidade de controle de eventuais irregularidades, uma vez que o próprio art. 903 prevê hipóteses de invalidação, ineficácia e resolução do ato. Depois da expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, eventual invalidação deverá ser discutida por ação autônoma, com a participação do arrematante, solução que permite

corrigir vícios sem manter indefinidamente aberta a discussão sobre uma aquisição regularmente aperfeiçoada.

Sob essa perspectiva, a segurança jurídica decorre do equilíbrio entre a possibilidade de revisão e a existência de limites para que ela ocorra, especialmente porque a estabilidade dos atos processuais perderia sua finalidade caso qualquer controvérsia paralela pudesse suspender seus efeitos por tempo indeterminado. A doutrina sobre as estabilidades processuais contribui para essa compreensão ao reconhecer situações que, embora sujeitas a controle, exigem fundamento juridicamente adequado para sua alteração.

Esse limite assume especial importância diante da existência de outro processo relacionado às partes ou ao bem arrematado, considerando que o art. 313, V, “a”, do CPC admite a suspensão quando uma causa efetivamente depender da solução de outra. A existência de demanda paralela, portanto, não basta para impedir os efeitos de uma arrematação regularmente concluída.

A mesma preocupação se apresenta quando a carta de arrematação ainda aguarda registro imobiliário, pois o CPC estabelece a assinatura do auto como marco

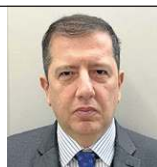
de aperfeiçoamento da arrematação. A pendência registral possui efeitos próprios e não autoriza, isoladamente, a reabertura de questões relacionadas à formação do ato.

Nessas circunstâncias, eventual suspensão também precisa considerar os prejuízos suportados pelo arrematante, que pode assumir IPTU, condomínio, conservação e regularização enquanto aguarda a consolidação da aquisição. A análise do perigo de dano deve, assim, considerar os interesses envolvidos em ambos os lados da controvérsia.

Em contrapartida, preservar a arrematação não afasta o direito à reparação de quem demonstre prejuízo decorrente de conduta ilícita, vício anterior ou relação jurídica estranha ao adquirente. Conforme o caso, a recomposição pode ser buscada contra o responsável, inclusive mediante perdas e danos, sem exigir necessariamente a desconstituição da aquisição.

Por fim, a estabilidade da arrematação ultrapassa a relação entre credor, devedor e adquirente, pois a confiança na alienação judicial influencia a participação nos leilões e a formação dos lances. Preservar os mecanismos legais de controle sem ampliar excessivamente os riscos do adquirente contribui para a segurança jurídica e para a efetividade da execução.

Visão do Direito



Alan Bousso
Advogado e mestre em direito pela PUC São Paulo

O patrimônio que não vemos também precisa de planejamento

Dois temas apontam para a importância do planejamento jurídico. Um envolve dívidas condominiais e a responsabilização de proprietários. O outro trata do destino de milhas, créditos em aplicativos, carteiras digitais e benefícios após a morte. Ambos revelam: o patrimônio mudou e a forma de lidar com ele também.

Nos condomínios, a obrigação está vinculada ao imóvel. O artigo 1.345 do Código Civil estabelece que o adquirente responde pelos débitos do alienante, inclusive juros e multas. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também já consolidou que, em determinadas situações, a responsabilidade pode ser definida pela relação material com o imóvel,

e não apenas pelo registro.

Para quem compra, olhar apenas para preço e condições físicas não basta. Antes de assinar, é prudente verificar débitos, documentação e situação do imóvel. O contrato pode definir quem arcará com obrigações anteriores.

Por muito tempo, patrimônio significava casas, terrenos, automóveis e contas bancárias. Hoje, parte da riqueza não é tão concreta. Milhas, créditos, contas digitais e investimentos podem representar valores. Alguns têm valor econômico; outros envolvem privacidade.

E os problemas já chegaram aos tribunais. Em 2025, o STJ reconheceu que, no caso de pessoa falecida, pode ser necessário

procedimento próprio, vinculado ao inventário, para avaliar esse patrimônio.

Isso reforça a importância de inventariar o patrimônio enquanto se está vivo, incluindo contas digitais, ativos financeiros, créditos e participações. É possível organizar documentos e localização, sem expor senhas.

Também é importante verificar os contratos. No caso das milhas, o STJ já considerou válida cláusula que previa a extinção dos pontos com a morte do titular. Um saldo não significa, automaticamente, que será transmitido aos herdeiros.

É nesse contexto que o planejamento ganha importância. Não se trata de antecipar cenários indesejados, mas de organizar

contratos, propriedades e patrimônio enquanto ainda há tempo para tomar decisões.

O planejamento sucessório não deve ser associado exclusivamente a grandes fortunas. Ele pode identificar bens e direitos, organizar documentos, verificar contratos, avaliar a necessidade de testamento e preservar a vontade do titular. Quando há patrimônio digital, essa organização também precisa incluir aquilo que não aparece em uma declaração patrimonial convencional.

A orientação jurídica deve integrar o planejamento da vida, e não apenas a resolução de conflitos. O direito pode atuar na prevenção, independentemente do tamanho do patrimônio.

Visão do Direito



Valmir Soares Santos

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

A crise no STF: janela de oportunidades

As crises na Suprema Corte se apresentam como sintoma da necessidade de mudança de um modelo que vem se mostrando inadequado para o processamento dos grandes escândalos criminais do Brasil. A solução não passa pelo enfraquecimento do Supremo Tribunal Federal, ao contrário: o seu fortalecimento institucional confirmará a democracia como um contraponto ao autoritarismo que vem ganhando força e adeptos mundo afora, na esteira da falta de respostas efetivas aos grandes desafios do nosso tempo.

Algumas questões emergem como precursoras da atual crise revelada pelo caso Master: ausência de regramento dos limites do poder de investigação do juiz/relator; concentração de poder no cargo de PGR e revisão dos poderes do presidente do Senado Federal nos pedidos de impeachment.

A solução dos conflitos de interesses institucionais possui limites fixados na Constituição Federal, cuja relativização de forma casuística, tem afastado o direito processual penal do sistema acusatório, ao conferir poderes de controle direto e ativo das diligências policiais ao juiz/relator que, abandonando sua posição de garantidor da legalidade das investigações, passa a atuar na busca ativa das provas indiciárias, passando a controlar e orientar as investigações desenvolvidas pela Polícia Federal (PF).

Essa posição ativa do juiz/relator revela invasão das atribuições da PGR que, pela norma constitucional, tem o poder/dever de controlar e fiscalizar as atividades da PF nos inquéritos que tramitam perante o STF, cabendo ao juiz/relator atuar na garantia dos direitos fundamentais, para não perder a imparcialidade que deve nortear a sua atuação jurisdicional.

Possivelmente o nome Polícia Judiciária cria essa confusão conceitual, levando as autoridades policiais e seus agentes a buscarem uma interlocução direta com o juiz/relator, que deveria se manter na posição de garante dos direitos fundamentais, decidindo somente as questões cautelares que possam limitar os direitos fundamentais dos investigados (como buscas, prisões e quebras de sigilo), cujo resultado será objeto de análise técnica pelos investigadores/peritos com a sua remessa para ao PGR, a fim de que possa exercer, no inquérito policial, o controle das atividades policiais e, ao final, formar a sua convicção sobre a existência

de provas da materialidade e da autoria dos fatos investigados e, assim, exercer seu papel constitucional de titular da ação penal pública (arquivar ou denunciar).

O Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de seguir a lei processual que criou o Juiz das Garantias e preferiu não aplicar a sistemática prevista a partir do artigo 3º-A do CPP ao tribunal, mantendo poderes investigativos e de controle das atividades policiais, nos inquéritos originários, concentrando poderes nas mãos do juiz/relator durante a fase inquisitorial, perdendo a oportunidade de implementar o sistema acusatório previsto na Constituição Federal.

A permanência de poderes investigativos com o juiz/relator tem causado debate sobre ofensa ao sistema acusatório e em relação à imparcialidade do julgador, pois, na sistemática do STF, o juiz/relator continuará atuando na fase processual, podendo participar do recebimento da promoção de ação penal (denúncia), comandar a produção judicial das provas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa e ser um dos juízes do mérito da demanda penal (condenar ou absolver).

Referida concentração de poderes (juiz/relator/julgador) tem motivado críticas tanto na visão popular do direito (redes sociais), quanto no mundo dos especialistas em direito constitucional e processual penal, diante da difícil e quase impossível tarefa de explicar/justificar para a opinião pública as circunstâncias jurídicas que autorizam o mesmo juiz/relator a atuar no inquérito policial, conduzindo, orientando e decidindo os rumos das investigações da Polícia Federal e, proposta a acusação (denúncia), continuar sendo o juiz/relator, participar do recebimento da peça acusatória, presidir a produção das provas e, se

entender necessário, determinar diligências complementares para sanar alguma dúvida, participar do julgamento do mérito do processo e condenar (ou absolver) o acusado, sem que tenha a sua imparcialidade colocada em dúvida.

Nesse contexto, abre-se a oportunidade de o STF repensar a sua jurisprudência, tornar-se o verdadeiro guardião da Constituição Federal, limitando os poderes de seus integrantes, sob a luz do sistema acusatório, livrando nosso Código de Processo Penal e o regimento interno do STF dos resquícios do sistema inquisitório, pas-

sando a aplicar ao juiz/relator as limitações previstas no sistema do artigo 3º-A do CPP, como condição mínima de imparcialidade na condução dos inquéritos policiais e processos penais da competência da Corte máxima da Justiça brasileira.

Em relação à concentração de poderes do Procurador-Geral da República, a solução me parece muito mais simples, pois, no chão de fábrica (Promotorias de Justiça e Procuradores da República) já existe regulamentação pela aplicação da sistemática prevista do artigo 28 do CPP, que prevê a possibilidade de recurso, contra as promoções de arquivamento, pelos diversos sujeitos legitimados, garantindo que a discordância seja submetida à análise e decisão do recurso pela Câmara de Coordenação e Revisão Criminal.

Referido sistema de controle não é aplicado às promoções de arquivamento manejadas pelo PGR, mas, uma simples mudança interpretativa, poderá submetê-las ao mesmo sistema de controle recursal, com atuação da Câmara de Coordenação e Revisão e/ou do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a fim de que as decisões individuais do PGR, sejam passíveis de recurso e decisão por órgão

colegiado, conferindo maior segurança jurídica e caráter democrático às relevantes decisões tomadas nos inquéritos policiais que tramitam perante o STF.

Da mesma forma, o Senado Federal deve aproveitar a crise para revisar e regulamentar as atribuições do presidente do Senado Federal em relação aos pedidos de impedimento dos ministros do STF, alterando seu regimento interno para fixar prazo para avaliar se recebe, despacha ou engaveta denúncias contra autoridades, pois o modelo de decisão individual transforma o presidente do Senado em um filtro político ilimitado, blindando alvos de denúncias conforme a sua própria conveniência, motivo de críticas pela omissão que impede o exercício do controle recíproco previsto na Constituição Federal.

Estabelecer prazos fixos ou exigir deliberação do plenário do Senado para analisar a admissibilidade de denúncias retiraria o caráter discricionário (ou soberano) de uma única pessoa, conferindo caráter democrático e eficácia ao instituto do impeachment como ferramenta de responsabilização republicana, sendo referida alteração realizada pelo plenário do Senado sem interferência externa, como um ato de autolimitação interna em prol da soberania do colegiado.

Citada modificação significa a democratização interna (decisão democrática do conjunto de todos os senadores) e a preservação da soberania do Senado Federal (atuação do plenário, órgão máximo de representação do Senado) que daria a palavra final sobre o arquivamento ou andamento de um processo de impeachment, fortalecendo a instituição, evitando as constantes críticas sobre a concentração de poder e o uso de tal medida como forma de barganha política que enfraquece o Senado Federal, colocando em cheque um dos pilares da democracia — a independência dos poderes.

A crise que abala o Supremo Tribunal Federal revela-se monumental, exigindo dos juízes Supremos e atores políticos a tomada de decisões desafiadoras, sem a utilização de gambiarras jurídicas, aplicando as soluções previstas nas normas processuais para conferir máxima efetividade à nossa Carta Magna indicando o caminho que nos conduzirá à segurança e previsibilidade jurídicas, afinal, a lei deve ser para todos.

"A permanência de poderes investigativos com o juiz/relator tem causado debate sobre ofensa ao sistema acusatório e em relação à imparcialidade do julgador"

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 17 de setembro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expomoss and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

R MACAÚBA sl 36m2 garagem nasc próx ao metrô R\$ 230 mil. Fianc. Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

ADELSON IMÓVEIS
R MACAÚBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil á Tr.99857115 c1533



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qts cobertura 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qts pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qts pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabo 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MIRANDA CORRETOR de Imóveis Desde 1999 F: 98121-2023 c/8827

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS



QD 1.303 vdo excelente Apto.3 quartos todos com armários, sala, cozinha com armários, banheiro social, área de serviço separada da cozinha com banheiro, piso taco 3 andar, vazado, escada larga, muito bem ventilado, área 68m2 útil condomínio R\$ 515,00 quitado e escriturado, aceito financiamento, só R\$ 465 mil. Aceito financiamento. Plantão. 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

SQSW 306 v.livre 3q st gar DCE desoc ref and alto 99983-1953 c3149

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

3 QUARTOS

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS



QNL 05 bloco B vdo excelente apartamento 3quartos, sala com 2 ambientes, cozinha com armários, 2 banheiros, 3 andar de frente de canto, vista livre pro nascente, porcelanato, desocupado, quitado e escriturado, 82m2. Aceito financiamento. Plantão. 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 07 Vdo exc casa reformada 3qts ste churr gar 99983-1953c3149

QD 07 Vdo exc casa reformada 3qts ste churr gar 99983-1953c3149

1.3 CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

DIRETO C/ PROPRIETÁRIO
Q 1 03 Vdo casa térrea 3 suítes pisc, garagem p/ 3 carros 99585-8326

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS



QNL 06 vdo casa de conjunto 2 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, porcelanato, garagem para 2 carros, portão eletrônico, mais um excelente apartamento com 01 (um) quarto, sala, cozinha, banheiro social, área de serviço, porcelanato, com laje e estrutura para mais um andar, entrada individual, desocupado e reformado pronto para investimento, quitado, aceito financiamento, só R\$ 465 mil. Aceito financiamento. Plantão. 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**
**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

Curso de Departamento Pessoal e eSocial
Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.
Presencial - Asa Sul Brasília - DF
61 99940-5573



CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

1.3 TAGUATINGA

1.3 CASAS

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldivieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

710 N Prédio vazado Morar/Dividir 05 Kits 999Mil 98121-2023 c8827

710 N Prédio vazado Morar/Dividir 05 Kits 999Mil 98121-2023 c8827

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND. AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil, financiamento Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

QR CODE

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO EXCELENTE FAZENDINHA Município de Goianésia-GO são 22 alqueires c/2 casas. Represa, tanque de peixe, córrego nos fundos, água por gravidade na porta da sede, somente 28Km de Goianésia, sentido a Pirinópolis na GO 338, somente 6Km de estrada de chão. Ótima propriedade para criação de gado e lazer. (62) 99104-1161 zap

PONTE ALTA SUL VENDO CHACARA 5.000m. Próximo da pista. R\$95.000. Aceito Carro. Tr: (61) 99683-0205

PONTE ALTA SUL VENDO CHACARA 5.000m. Próximo da pista. R\$95.000. Aceito Carro. Tr: (61) 99683-0205

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QD 205 - Condomínio Espaço Línea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

QD 103 Mozart. Lindo and alto lavabo ste var 2gar Laz comp. Dir próprio. 99972-4404 c4664

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

QR CODE

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

Condomínio Solar

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

46ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE 01/2026

SESSÃO PERMANENTE

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026

SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19h00min - FORMA HÍBRIDA

O Síndico do Condomínio Solar de Brasília, situado na DF-001, km 23 a 26, Setor Habitacional Jardim Botânico, Brasília, DF, de acordo com o inciso I do art. 1348, art. 1353 e o art. 1354-A e seus parágrafos, do Código Civil Brasileiro, e em cumprimento ao parágrafo 1º do artigo 54, artigo 60 e o inciso IV do artigo 81, da Convenção do Condomínio, convoca todos os condôminos para participarem da **46ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE 01/2026**, na MODALIDADE VIRTUAL na forma HÍBRIDA (eletrônica e presencial), a ser realizada na Churrasqueira nº 2 do Condomínio, localizada na Área de Lazer, Quadra II, do Condomínio Solar de Brasília, no dia 21 de setembro de 2026, segunda-feira, às 19:00 horas, em primeira chamada, e às 19 horas e 30 minutos, em segunda e última chamada, com o quórum específico para aprovação da opção do loteamento fechado – MAIORIA ABSOLUTA (50% + 1 - cinquenta por cento mais 1) dos condôminos – inciso VIII do Art. 14, do Decreto nº 48.416, de 25 de março de 2026, com encerramento previsto para às 22:00 horas.

O acesso virtual será realizado por intermédio do link: <https://admin109065.superlogica.net/clients/areadocondominio> ou pelo Aplicativo - Área do condomínio, disponível no Play Store (Android) e Apple Store (iOS).

Após o acesso, deverá ser inserido, no campo específico, o e-mail cadastrado na Administração pelo condômino TITULAR do imóvel (PROPRIETÁRIO) com direito a voto e realizado o cadastro da senha para o primeiro acesso. Em seguida, na opção "Assembleias", ocorrerá o acesso à transmissão, deliberação e votação.

O acesso virtual será realizado na modalidade Webinar, a fim de permitir os direitos de voz e debate dos condôminos.

É primordial o estabelecimento do acesso para efetuar a votação virtual, somente após a somatória de todos os votos e a sua divulgação será lavrada a respectiva Ata, final ou nova ata parcial, caso o quórum não seja ainda alcançado.

As instruções detalhadas sobre o acesso, a manifestação e a forma de coleta de votos dos condôminos poderá ser obtida pelo link: <https://www.solarbsb.org.br/informativos>, buscando o arquivo com o nome "Orientações de acesso e votação assembleia virtual".

O condômino adimplente poderá ser representado na Assembleia, presencialmente, por procurador, seja o representante outro condômino ou não, desde que a procuração seja apresentada conforme os termos previstos no art. 67 da Convenção do Condomínio.

A Assembleia irá deliberar e votar sobre a seguinte pauta:

APROVAÇÃO DA OPÇÃO DO LOTEAMENTO FECHADO.

Brasília, DF, em 16 de setembro de 2026.

MARCELO FEIJÓ - Síndico

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRN 704 Norte c/3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

2.4 SOBRADINHO

SOBRADINHO

QD 04 Alugo Excel Loja c/100mt. 2 banheiros, frente pista Ed. Serrano. Tr: 3322-2585/ 99554-8356 SPR Imóveis

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

2.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CIDADES SATÉLITES

BR 020 KM 19 Planaltina-DF Galpão 850m² terreno 3ha frente Atacadão Tr: 99629-6272

2.6 QUARTOS E PENSÕES

CIDADES SATÉLITES

TAGUATINGA - Alugo QSA quarto mobiliado c/ WIFI Tr. 98324-1000

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

NISSAN

KICKS 2023/24 branca perolizada, c/ 22mil/km rodados R\$ 96mil Tr. (61) 98256-8714

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 JEEP

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.3 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE PARTICULAR
ADVOGADA
63897/DF 748945/GO
INVESTIGAÇÕES CONJUGAIS, familiares e empresariais, levantamento de dados, relatórios e provas sigilosas (61) 99596-7718/ (61) 991074836

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

A EMPRESA SWISSPORT
BRASIL LTDA S/A
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca Victor Hugo de Oliveira Paranhos CTPS 0650260 Série 9104 ausente desde o dia 11/08/2026 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

5.2 CONVOCAÇÕES

NOTIFICAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE AFASTAMENTO

A CASA do Marceneiro LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.122.835/0001-91, notifica o Sr. Damião Sousa de Figueiredo, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação, apresente documentação atualizada que comprove a continuidade de seu afastamento. Conforme informações disponíveis à empresa, o último benefício previdenciário foi cessado em 30/03/2026, e o último atestado do médico apresentado é de 10/04/2026, não havendo, até o momento, nova documentação que justifique a continuidade do afastamento. Na ausência de documentação comprobatória, o empregado deverá, dentro do mesmo prazo, entrar em contato com a empresa para se apresentar e receber as orientações para realização do exame ocupacional de retorno ao trabalho. A presente notificação destina-se à regularização da situação funcional e à adoção dos procedimentos trabalhistas e de saúde ocupacional cabíveis.

MÍSTICOS

CURA IMPOTÊNCIA SEXUAL

ABA . Cura Impotência Sexual e traz o seu amor rápido na palma de sua mão. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Resultado garantido . Sigilo total . 61.99149-8430 Falar c/ Dona Carmem

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

BRÁSILIA COUNTRY CLUB
VENDO Título Patrimonial, quitado em dia, Documentação ok. Transferência imediata na Secretaria. Aceito proposta à vista. Tratar com o proprietário: 61 99981-2145

OUTROS

ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO
MACHAO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

LUANA LINDA LOIRA
ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE JARDINAGEM para morar. Casal Tr 99976-4334.

CONTRATA-SE
BOMBEIRO HIDRÁULICO c/experiência na área, salário R\$ 2.534,02 + VA+ VT + gratificação por desempenho, De Segunda a Sexta das 8h às 18h. CV para: recolcontrata@gmail.com

CABELEIREIRO e Auxiliar p/ fins de semana Asa Norte 99176-2845

CONTRATA-SE
ELETROTÉCNICO - 02 vagas c/experiência na área, salário R\$ 2.534,02 + VA+ VT + gratificação por desempenho, Segunda a Sexta das 8h às 18h. CV para: recolcontrata@gmail.com

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

CABELEIREIRO e Auxiliar p/ fins de semana Asa Norte 99176-2845

POLIMIX CONCRETO LTDA
Aviso de Recebimento da Licença de Operação

POLIMIX CONCRETO LTDA CNPJ 29.067.113/0062-08, torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 81/2026, válida até 14/09/2036, para a atividade de Usina Dosadora de Concreto, no endereço Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 01, Lote 275, Brasília – RA I – DF, CEP 70.632-100, Processo nº 00391-00000592/2026-14.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Pregão Eletrônico n.º 180/2026

Objeto: Prestação de serviços de auxiliar em saúde bucal. Data da sessão pública: 30 de setembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 17 de setembro de 2026
VALERIA CHRYSTIANE RODRIGUES DOS SANTOS
Coordenadora de Licitações e Contratos Substituta

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE
MEIO OFICIAL Bombeiro Hidráulico, 02 vagas, salário R\$1.811,17 c/ experiência na área, Salário R\$1.811,17 + VA + VT + gratificação por desempenho. Segunda a Sexta 8h às 18h. Enviar CV p/ recolcontrata@gmail.com

CONTRATA-SE trabalhador c/ experiência, p/ morar com a família em chácara no Distrito Federal. Exigimos: Nada Consta e referências. Salário e benefícios a combinar (61) 99863-6663

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE/ CONFERENTE De Cargas Salário inicial R\$ 1.791,88 + benefícios para trabalhar no SIBs Núcleo Bandeirante. Enviar CV para: planetacargasbsb@gmail.com

AUXILIAR DE SAÚDE Bucal (ASB) c/ experiência e Registro CRO p/ Gama . CV: rhciobgama@gmail.com

AUX . Administrativo(a) c/ exper. e pacote office . Enviar currículo para: rde.imoveis@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A) com exper. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT + VR. Tag. Sul. Enviar CV para: empregoextintores@gmail.com

CONTRATA-SE
AUXILIAR ADMINISTRATIVO com experiência em Notas Fiscais e Atendimento. Enviar CV p/ premoldadosvagas@gmail.com

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO c/CNH p/ trabalhar no Gama/DF. CV p/ rh.escavo@gmail.com

SUBGERENTE, ATENDENTE, Cozinheira e sushimam. Restaurante contrata. Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão. Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
MOTORISTA DE CAMINHÃO Categoria "D c/ Experiência em Munck . Enviar CV: premoldadosvagas@gmail.com

PROMOTOR DE VENDAS c/veículo próprio p/ Novo Gama Enviar CV: brasiliadentista@yahoo.com.br

RENTA EXTRA - Investimentos FINFUNDs. www.finnfund.fi/en/finnfund/ - Invista 500 US, em 3d receba 300 US. - <https://finglobalinv.vip/register?ref=614>

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

6.3 AULA PARTICULAR

ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

REFORÇO ESCOLAR EM, EF concursos c/ Prof Kanes 98324-1000

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

CONDOMÍNIO DO ÁGUAS CLARAS SHOPPING & OFFICE

CNPJ 07.961.375/0001-67

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ACS Administração de Shopping Center S/A, enquanto síndica do Condomínio do Edifício Águas Claras Shopping & Office, convoca os condôminos do condomínio, a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a ser realizada na sala de reuniões da Administração, localizada na Av. das Araucárias, lotes n.º 1835, 1905, 1955 e 2005, no 3º piso do Águas Claras Shopping, na área da garagem, Bairro Águas Claras, na cidade de Brasília/DF, CEP 71.936-250, no dia 25 de setembro de 2026, quinta-feira, às 10h em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos condôminos, ou às 10:30h em segunda convocação, com qualquer número de condôminos presentes, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1. Deliberar sobre a alteração do endereço oficial do Condomínio do Águas Claras Shopping & Office.

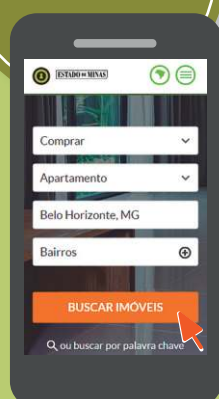
Somente poderão votar os condôminos proprietários, desde que adimplentes com as respectivas obrigações condominiais. As pessoas que comparecerem na qualidade de procuradores – não se aplica aos representantes legais dos Condôminos – deverão apresentar, antes do início da Assembleia, as respectivas procurações com os poderes de representação necessários e a firma reconhecida (Código Civil – Art. 654, Parágrafo 2º / §2º do artigo 20 da Convenção de Condomínio) ou assinada digitalmente com o uso de certificado digital via ICP – Brasil e/ou GOV.BR. As procurações deverão ser entregues via física no endereço Av. das Araucárias Lote 2005 Sala 328 e via e-mail no endereço eletrônico atendimento@aguasclarashopping.com.br.

Águas Claras – DF, 16 de setembro de 2026.
ACS Administração de Shopping Center S/A
Síndica

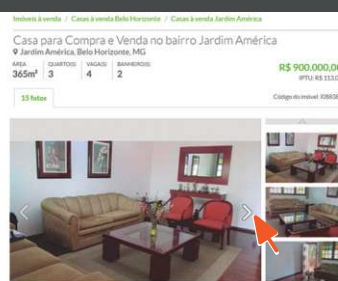
PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

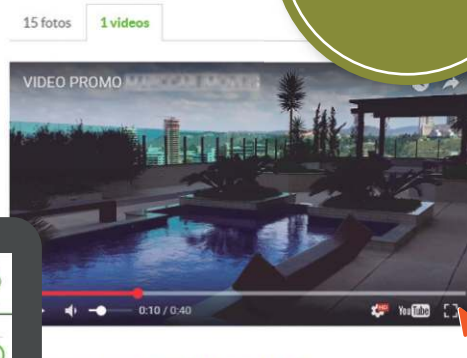
Busca rápida e descomplicada



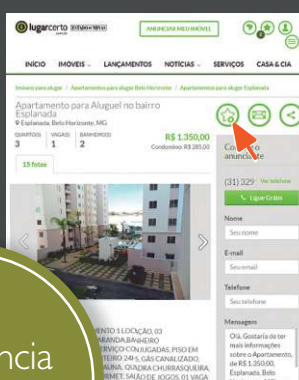
Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo